



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Wanderson Silva Bonifácio Junior

**Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da  
Ilha das Flores, na Década de 1920**

São Gonçalo

2023

Wanderson Silva Bonifácio Junior

**Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

B715 Bonifácio Junior, Wanderson Silva.  
TESE Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920 / Wanderson Silva Bonifácio Junior. – 2023.  
110f.

Orientador: Prof. Dr. Luis Reznik.  
Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Imigrantes – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 2. Emigração e imigração – Teses. 3. Portugueses – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Reznik, Luis. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CRB/7 - 4994 CDU 314.15 (815.3)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Wanderson Silva Bonifácio Junior

**Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: História Social

Aprovada em 03 de outubro de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Luís Reznik (Orientador)

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Lená Medeiros de Menezes

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - UERJ

---

Prof. Dr. Paulo César Gonçalves

Universidade Estadual Paulista

São Gonçalo

2023

## **DEDICATÓRIA**

Em memória de Vanderlei Silva

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família pelo apoio incondicional durante toda a minha caminhada nos estudos. Sem o incentivo e apoio deles, seria impossível finalizar esta etapa dos meus estudos.

Aos meus pais, Wanderson e Ana Paula, sempre fizeram o possível e o impossível para me proporcionar a melhor educação. Sem o incentivo e o apoio deles, minha caminhada seria impossível.

Aos meus avós Ivaldenir e Wanda pelo carinho, vocês são muito especiais para mim.

À minha madrinha Sandra que sempre esteve junto comigo e sempre demonstrou seu amor incondicional.

A Marcelo, meu padrasto que me leva para fazer as provas em lugares que eu não sei chegar sozinho.

À minha namorada Beatriz, por me apoiar e sempre estar ao meu lado quando preciso.

Ao meu orientador Luís Reznik, pelas conversas, orientações de pesquisa, o convívio e principalmente pela humanidade.

À minha amiga Millah, que teve um papel fundamental me ajudando a transcrever alguns dados dos livros de registro da Hospedaria da Ilha das Flores.

À Joyce Borges, minha companheira de grupo de pesquisa na graduação, pessoa que ajudou muito com a criação do meu pré-projeto.

À Lená Medeiros de Menezes, Rui Aniceto e Paulo Cesar Gonçalves, por aceitarem participar da minha banca, fazendo apontamentos críticos no intuito de melhorar a dissertação.

A todo o Grupo do Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores por me oferecer um ambiente de discussão acadêmica sobre a imigração, responsável pelo enriquecimento do meu arcabouço teórico-metodológico.

Ao Programa de Pós Graduação em História Social da UERJ-FFP pelas disciplinas ofertadas que contribuíram para o meu amadurecimento intelectual.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

BONIFÁCIO JUNIOR, W. *Imigração Portuguesa no Rio de Janeiro e a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, na Década de 1920*. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

O presente trabalho tem como objetivo compreender o fluxo imigratório português para o Rio de Janeiro na década de 1920 a partir da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Pretende-se analisar os livros de registro da Hospedaria da Ilha em conjunto com os relatórios ministeriais para compreender o significado da Hospedaria para os portugueses. O intuito é demonstrar que, na década de 1920, esse fluxo imigratório na Ilha apresentava características específicas. Ao compararmos a imigração portuguesa na Ilha em 1920 com a Grande Imigração, é possível observar que os portugueses praticamente abandonaram a Hospedaria, retomando seu uso somente após uma mudança legislativa. Além disso, nota-se que a imigração portuguesa na Ilha se tornou exclusivamente direcionada para a capital do Rio de Janeiro, indicando o abandono do uso da Hospedaria da Ilha das Flores como entreposto para o destino desejado. Por fim, buscamos, por meio dos dados dos livros de registro, traçar um perfil da imigração portuguesa na década de 1920.

Palavras-chave: imigração; imigração portuguesa; Ilha das Flores.

## ABSTRACT

BONIFÁCIO JUNIOR, W. *Portuguese Immigration in Rio de Janeiro and the Immigrant Hostel of Ilha das Flores in the 1920s*. 2023. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2023.

The present work aims to understand the Portuguese immigration flow to Rio de Janeiro in the 1920s from the Immigrant Hostel of Ilha das Flores. The intention is to analyse the registration books of the Ilha Hostel together with ministerial reports to comprehend the significance of the hostel for the Portuguese. The goal is to demonstrate that in the 1920s, this immigration flow on the island carried specific characteristics. By comparing Portuguese immigration on the island in 1920 with the Great Immigration, it can be seen that the Portuguese practically abandoned the hostel, only resuming its use after a legislative change. Furthermore, it is noted that Portuguese immigration on the island became exclusively directed towards the capital of Rio de Janeiro, indicating the abandonment of using the Ilha das Flores Hostel as a stopover for the desired destination. Finally, we aim to outline a profile of Portuguese immigration in the 1920s through the data from the registration books.

Keywords: immigration; portuguese immigration; Flower Island.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Vista da Hospedaria .....	26
Figura 2 – Cais do Desembarque em 1909 .....	27
Figura 3 – Alojamentos da Ala Norte construídos em alvenaria em 1909 .....	28
Figura 4 – Página do livro de registro onde se encontra a família .....	87
Figura 5 – O registro de uma mulher sendo colocada como chefe .....	87

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890) .....	29
Tabela 2 – Movimento imigratório português na Ilha das Flores para o Rio de Janeiro e outras regiões do Brasil (1901-1914) .....	40
Tabela 3 – Movimento da imigração portuguesa no Rio de Janeiro de 1901-1914 ....	46
Tabela 4 – Movimento do Porto do Rio de Janeiro 1920-1929 .....	52
Tabela 5 – Proporção entre entrada no Porto do Rio e entrada na Ilha das Flores .....	59
Tabela 6 – Entrada e saída de imigrantes portugueses na Hospedaria da Ilha das Flores (1920-1930) .....	62

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	Distribuição de Gênero em 1920 .....	65
Gráfico 2 –	Estado Civil dos Homens Portugueses em 1920 .....	65
Gráfico 3 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1920 .....	66
Gráfico 4 –	Distribuição de Gênero em 1924 .....	67
Gráfico 5 –	Estado Civil dos Homens Portugueses em 1924 .....	67
Gráfico 6 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1924 .....	68
Gráfico 7 –	Distribuição de Gênero em 1925 .....	69
Gráfico 8 –	Estado Civil dos Homens Portugueses em 1925 .....	69
Gráfico 9 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1925 .....	70
Gráfico 10 –	Faixa Etária em 1925 .....	72
Gráfico 11 –	Faixa Etária Masculina em 1925 .....	72
Gráfico 12 –	Faixa Etária Feminina em 1925 .....	72
Gráfico 13 –	Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1925 .....	74
Gráfico 14 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1925 .....	74
Gráfico 15 –	Distribuição de Gênero em 1928 .....	75
Gráfico 16 –	Estado Civil dos Homens Portugueses em 1928 .....	75
Gráfico 17 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1928 .....	76
Gráfico 18 –	Faixa Etária em 1928 .....	77
Gráfico 19 –	Faixa Etária Masculina em 1928 .....	77
Gráfico 20 –	Faixa Etária Feminina em 1928 .....	78
Gráfico 21 –	Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1928 .....	79
Gráfico 22 –	Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1928 .....	79
Gráfico 23 –	Distribuição de Gênero em 1929 .....	80

Gráfico 24 – Estado Civil dos Homens Portugueses em 1929 .....	81
Gráfico 25 – Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1929 .....	81
Gráfico 26 – Faixa Etária em 1929 .....	82
Gráfico 27 – Faixa Etária Masculina em 1929 .....	83
Gráfico 28 – Faixa Etária Feminina em 1929 .....	83
Gráfico 29 – Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1929 .....	84
Gráfico 30 – Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1929 .....	85

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>1</b>	<b>IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA ILHA DAS FLORES DURANTE A GRANDE IMIGRAÇÃO .....</b>	<b>25</b>
1.1	<b>Ilha das Flores .....</b>	<b>25</b>
1.2	<b>O Rio é lusitano .....</b>	<b>30</b>
1.3	<b>Transição da Monarquia para a República em Portugal .....</b>	<b>37</b>
1.4	<b>Os Portugueses na Ilha das Flores .....</b>	<b>40</b>
<b>2</b>	<b>IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA ILHA DAS FLORES NA DÉCADA DE 1920 .....</b>	<b>49</b>
2.1	<b>Emigração Portuguesa para o Brasil .....</b>	<b>49</b>
2.2	<b>Imigração Portuguesa .....</b>	<b>52</b>
2.3	<b>Estatísticas da Imigração Portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores .....</b>	<b>64</b>
2.4	<b>A Primeira República: instabilidade econômica e política .....</b>	<b>88</b>
2.5	<b>A Ditadura e a Nova Perspectiva do Emigrante Português .....</b>	<b>91</b>
2.6	<b>Emigração Portuguesa para a França .....</b>	<b>92</b>
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>103</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como proposta fazer a análise da imigração portuguesa no Rio de Janeiro a partir da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores na década de 1920. O objetivo é entender como se deu a imigração portuguesa nesta década após um tempo de intervalo da imigração portuguesa em massa no período da Primeira Guerra Mundial, analisando os livros de registro da Hospedaria e os relatórios ministeriais. Além disso, procuramos entender a relação dos imigrantes portugueses com a Hospedaria na década de 1920.

A década de 1920 foi uma fase de retomada da imigração europeia no Brasil após o fim da Primeira Guerra Mundial, fluxo que foi limitado pelo conflito. Por causa deste evento, abriu-se mais espaço no final da década de 1910 para a imigração asiática, responsável por ocupar os espaços não preenchidos pela indisponibilidade de europeus.

Essa presença japonesa não chegou ao Brasil sem oposição. Havia no discurso médico-racial sérias oposições a entrada de imigrantes asiáticos inspiradas nas teorias raciais desenvolvidas nos Estados Unidos. Os contrários à imigração nipônica, os adjetivavam como inassimiláveis<sup>1</sup>. Este adjetivo era justificado pela diferença cultural dos japoneses que supostamente tendiam ao isolamento no interior de seu próprio grupo étnico. Assim como pela questão racial, já que viam a miscigenação do povo brasileiro com a raça amarela como um resultado prejudicial para a evolução do tipo racial brasileiro sob um ponto de vista eugênico. Desta forma, os asiáticos eram vistos como não desejáveis<sup>2</sup>.

Mesmo com certa oposição à chegada da imigração asiática, fazendeiros paulistas financiaram a imigração japonesa. A importação desta mão de obra obedeceu a ciclos

---

<sup>1</sup> RAMOS, J. S. (1996). "*Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920*". In: M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade* Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, p.72.

<sup>2</sup> Desejáveis e não desejáveis segundo Jair de Souza Ramos, não são adjetivos que designam certos povos de uma vez por todas, mas sim, são categorias que são mobilizadas por agentes sociais para classificar populações imigradas. Ou seja, desejáveis e não desejáveis não foram categorias estáticas, dependendo do contexto grupos que foram considerados indesejáveis durante algum momento da política imigratória brasileira, tornaram-se desejáveis em outras conjunturas. Essas categorias foram mobilizadas por intelectuais, políticos e imigrantes nos processos de lutas simbólicas que envolveram o discurso da imigração. Alguns exemplos de grupos étnicos que flutuaram nessas categorias foram os japoneses e os alemães. Cf. *Ibidem*, p.62.

delimitados pela falta de braços oriundas da Europa. Este processo funcionou até 1922, ano em que São Paulo parou de subvencionar a imigração japonesa<sup>3</sup>.

Na Europa, as consequências da guerra foram diversas. O conflito motivou inúmeras transformações na década de 1920. Ele foi responsável por alterar a conjuntura sob o âmbito político, econômico e social. Regimes seculares caíram de vez, novos regimes políticos autoritários emergiram e a economia se estagnou. Todos esses fatores possuíam efeitos diretos ou indiretos no deslocamento em massa de pessoas do continente europeu em direção ao continente americano.

A história da economia mundial desde a Revolução Industrial é caracterizada por um acelerado progresso técnico, de contínuo, mas irregular crescimento econômico e divisão mundial mais elaborada e complexa de trabalho. Criando uma rede de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global<sup>4</sup>.

A história da economia, no geral, tendeu a ser descrita como sendo de crescente expansão, mas, a década de 1920 não seguiu esse trajeto. Por diversos critérios de medição, a expansão da economia parou ou regrediu. Diversas questões da dinâmica econômica foram perturbadas e uma delas foi o movimento emigratório. Os quinze anos que precederam a Primeira Guerra Mundial foi o recorte temporal com o maior deslocamento voluntário de pessoas de um continente para o outro, números que não foram recuperados no Entreguerras<sup>5</sup>. Na verdade, a década de 1920, foi um momento de transição, foi o último período da emigração em massa da Europa.

Há alguns motivos para o fim emigração em massa: a mudança na dinâmica econômica e social na Europa; o surgimento de políticas restritivas no continente americano e a ascensão de regimes totalitários na Europa<sup>6</sup>.

A Primeira Guerra Mundial mudou a economia internacional, as relações entre as comunidades assentadas e os mercados europeus foram afetadas. Isto significou que

---

<sup>3</sup> O motivo da suspensão da subvenção da imigração japonesa para além de ter casado com a retomada da imigração europeia para o Brasil, foi fruto do discurso vencedor no debate público da imigração propagados por duas figuras importantes no meio médico do Brasil, que tinham como temas recorrentes a discussão o tema da imigração no Brasil. Arthur Neiva e Miguel Couto, ambos ressaltavam a dificuldade de aculturação do imigrante japonês e alertavam sobre a possibilidade de isso se tornar o ponto de partida de uma colonização japonesa em terras sul-americanas. Medo compartilhado pela campanha imperialista japonesa no continente asiático. Cf. *Ibidem*, p.73.

<sup>4</sup> HOBBSAWM, E. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p.93.

<sup>5</sup> *Ibidem* p.94.

<sup>6</sup> BAINES, D. *Emigration from Europe 1815-1930*. Studies in Economic and Social History. Londres: MacMillan, 1991, p.71.

investimentos feitos no continente americano foram diminuídos, enquanto que as comunidades de imigrantes que costumeiramente investiam em produtos de sua terra natal perderam o acesso ao mercado europeu<sup>7</sup>. Outra transformação ocorrida por esse evento, foi a abertura de outras possibilidades para potenciais emigrantes. Com o confronto, muitos países foram arrasados, logo, necessitaram de braços para concretizar a reconstrução dessas nações. A França foi um exemplo de opção que se abriu para o recebimento de mão de obra imigrante, se tornando, após o conflito, o principal país de imigração dentro da Europa.

As políticas imigratórias restritivas dos Estados Unidos foram fundamentais para a diminuição das taxas de emigração no continente europeu. As cotas de 1924 e 1927 afetaram consideravelmente os deslocamentos da Europa em direção ao continente americano, porque ela era a nação que atraía o maior número de imigrantes europeus com uma larga diferença em comparação com outras nações. O propósito das cotas foram dois: diminuir os números totais de entradas de imigrantes e alterar a composição étnica da nação, inspiradas por teorias científicas racistas que focavam no melhoramento da “raça”. Quando houve a limitação de entradas nos Estados Unidos, os outros possíveis destinos (Argentina, Canadá, Brasil, Uruguai) não conseguiram absorver todo o fluxo de pessoas que se deslocavam anualmente para lá. Outro efeito desse fenômeno, foi o espalhamento de políticas restritivas pelo continente. Elas tiveram diferentes abordagens de acordo com a realidade de cada nação, mas a estipulação de cotas para a imigração e outras medidas de caráter restritivos inspiradas nas teorias eugênicas foram implementadas, contribuindo para a diminuição das taxas de deslocamentos transatlânticos em massa<sup>8</sup>.

A ascensão de países de regimes totalitários induziu a diminuição da emigração, sejam eles de esquerda, sejam direita, em certos momentos, passaram a intervir no deslocamento de pessoas. A União Soviética e a Hungria foram os primeiros países com governos dessa natureza a adotarem medidas restritivas, foram seguidos pela Itália e Alemanha. Em relação a Itália, temos que ter mais atenção, haja vista que ela foi um caso específico. No início da década de 1920, no governo de Benito Mussolini, o fascismo italiano incentivou a emigração de italianos até 1927 e então passou a desencorajar a emigração de seus cidadãos<sup>9</sup>.

Como podemos notar até aqui, a década de 1920 foi uma conjuntura de retomada. Não com os mesmos números de deslocamentos que outrora registrou, porém, ainda movimentou

---

<sup>7</sup> Ibidem.

<sup>8</sup> Ibidem. p.71.

<sup>9</sup> Ibidem, p.72.

números significantes de pessoas oriundas do continente europeu. Contudo, contraditoriamente foi o período em que começou as mudanças que puseram fim a era de saídas massiva de cidadãos europeus que zarpavam nos vapores dotados de suas bagagens, informações concretas e esperança de que ao “fazer a América” estariam garantindo um futuro melhor.

Soma-se a conjuntura, um quadro de maior diversidade de nacionalidades adentrando no Brasil. Recebemos as nacionalidades clássicas do período anterior ao conflito de proporções mundiais, como os portugueses, espanhóis, italianos, em menor medida, alemães, austríacos e russos ainda prevaleciam, mas japoneses, libaneses, sírios, eslavos, romenos, poloneses, sem contar com as nacionalidades que foram aglutinadas no termo “nacionalidades diversas”<sup>10</sup>.

Alemães, austríacos e russos estavam espalhados preferencialmente pelo Sul. Os italianos ocuparam em menor parte os núcleos coloniais do sul do país se compararmos com a imigração para São Paulo, que foi o destino mais escolhido para se assentarem. Os portugueses e espanhóis constituíam o maior contingente da imigração urbana para o Rio de Janeiro. No entanto, São Paulo também recebeu grande grupos desses imigrantes devido ao subsídio dos senhores de café para a contratação de braços para as fazendas, inclusive de famílias empobrecidas andaluzes e de portugueses tradicionalmente solteiros. O estado paulista também foi o destino preferido da imigração japonesa. Libaneses, sírios, romenos e poloneses chegaram depois. Os dois primeiros eram compostos por homens solteiros que vieram para os centros urbanos para trabalhar no comércio. Os últimos chegaram em grupos familiares, se estabelecendo no Sul do país, principalmente no Paraná e Santa Catarina<sup>11</sup>. Por fim, temos a imigração judaica e armênia, que tinha o objetivo de ser permanente, tendo em conta que a emigração representava a ruptura com um ambiente marcado por perseguições religiosas e étnicas, que tornavam inviável a volta para o país de origem<sup>12</sup>.

Em geral, a década que nos propomos a estudar possui poucos estudos dedicados integralmente a esse período. Quando recortamos para a imigração portuguesa no Rio de Janeiro, essa condição se agudiza. Logo, acreditamos que este trabalho possa contribuir com a

---

<sup>10</sup> GONÇALVES, P. C. *A Grande Imigração no Brasil (1880-1930)*. In: REZNIK, Luís. (Org.). HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL. 1aed.Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p.121.

<sup>11</sup> Ibidem, p.121-122.

<sup>12</sup> RIBEIRO, P. *A década de 1920 e aspectos da imigração urbana para o Brasil*. In: REZNIK, Luís. (Org.). HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL. 1aed.Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 135.

historiografia ao abordar a imigração portuguesa para o Rio de Janeiro a partir da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

No capítulo 1 discutiremos brevemente a imigração portuguesa no Rio de Janeiro para a Ilha das Flores durante a Grande Imigração. Nesta parte do trabalho, abordamos a imigração portuguesa a partir dois pontos. O primeiro foi a presença lusitana no Rio de Janeiro, remontando a imigração da primeira metade do século XIX até a segunda metade do século, momento em que o fluxo imigratório português aumentou. O segundo ponto, foi verificar a presença portuguesa na Ilha das Flores, que carregava a contradição de que os portugueses eram o grupo com maior representatividade numérica no Rio de Janeiro, todavia, essa presença não se repetia nos números de ingressos na Hospedaria da Ilha das Flores. Ainda neste capítulo, discorreremos sobre a criação da Hospedaria da Ilha das Flores, tendo em vista que é importante entendermos o que foi a Ilha das Flores, seu funcionamento, evolução de acordo com a recepção de estrangeiros e a sua relação com as políticas imigratórias nacionais para a atração de europeus para terras brasileiras.

No segundo capítulo, o principal, abordamos a imigração portuguesa na década de 1920, estudando a presença imigrante no Rio de Janeiro com o enfoque na Hospedaria. Para tal tarefa analisamos os livros de registro da Hospedaria de 1920-1930 junto com os relatórios ministeriais da agricultura de 1920-1929. A abordagem escolhida foi expor o que ocorreu em Portugal no momento de retomada dos deslocamentos transatlânticos da Europa para o continente americano, apresentando as condições sociais existentes e a abertura de um novo destino para emigrantes portugueses na década de 1920. No Brasil, pesquisamos a imigração portuguesa no Rio de Janeiro a partir da Ilha das Flores, ao analisar os números de entradas de imigrantes portugueses no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores. Além disso, fizemos um estudo com alguns dados dos imigrantes portugueses ingressos na década de 1920, procurando discutir o perfil da imigração portuguesa na década de 1920.

As fontes principais que possibilitaram a conclusão deste trabalho foram os Livros de Registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e os Relatórios Ministeriais da Agricultura apresentados ao presidente. A primeira fonte citada é uma série de livros que neles podemos encontrar os registros de entrada e saída de imigrantes e dependendo do momento, migrantes do Norte e Nordeste. Estes últimos se fizeram presente na Hospedaria no início da década de 1920, motivados pela seca na região.

Quando o imigrante chegava na Hospedaria, deveria ser registrado. Neste processo era incontornável a entrega de seus dados para o funcionário responsável por fazer esses registros. O ingressante fornecia: o vapor em que veio, procedência, nome, sexo, parentesco, idade,

estado civil, nacionalidade, profissão. Quando ele fosse sair da Ilha das Flores, o escrivão preenchia o destino, transporte e alguma observação caso fosse necessário. Havia outros campos também para fazer o mesmo, mas esses eram menos importantes e muitas vezes ficavam em branco. Fato não muito incomum até para os dados mais importantes como parentesco, nome, estado civil, dados que são comumente encontrados sem preenchimento. Além disso, devemos relativizar alguns dados dos livros de registro, como o de profissão, uma vez que a profissão dada no registro tinha pouco significado, pelo menos para a imigração portuguesa. Muitos imigrantes portugueses eram oriundos de pequenas aldeias, tendo suas vidas até então limitadas pelas atividades rurais. No entanto, é deveras conhecido o caráter urbano da imigração portuguesa.

Para termos uma compreensão sobre a profissão do imigrante, é mais valioso prestar a atenção nos destinos, já que pela região que o imigrante escolheu se realocar, podemos presumir o possível tipo de atividade escolhida. Isto é, caso o imigrante tenha escolhido seguir o caminho do interior do Rio de Janeiro, regiões do Vale do Paraíba, como Cantagalo, Cordeiro, haveria uma boa possibilidade que ele fosse aproveitar a sua experiência prévia nas aldeias portuguesas trabalhando nas fazendas de café ou outras atividades típicas do labor na região rural. Por outro lado, caso escolhesse a capital do Brasil naquele momento, poderia ser um indício de que ele seguiria o perfil já conhecido da imigração portuguesa, se assentaria na Região Portuária, abriria um comércio ou trabalharia para algum conterrâneo.

Quanto aos Relatórios Ministeriais da Agricultura, o nome é autoexplicativo. Trata-se de um material destinado à apresentação ao presidente, abordando os resultados de diferentes temas estratégicos do país, sendo um deles a imigração. Para obter informações sobre a imigração, é necessário consultar o relatório do Serviço de Povoamento, órgão responsável pelos trabalhos relacionados aos serviços de imigração e colonização, promovidos ou auxiliados pelo governo federal.<sup>13</sup> Nestes relatórios, podemos encontrar as políticas migratórias do país, reflexões referentes a entrada e saída de imigrantes de acordo com os projetos da nação, estatísticas referentes a entrada de estrangeiros no Porto do Rio de Janeiro, em outros portos, assim como estatísticas mais específicas, como profissão, “indesejáveis”, etc.

Nos livros de registro, utilizamos os dados de entrada e saída de imigrantes, parentescos, estado civil, idade e gênero. Enquanto que na leitura dos relatórios,

---

<sup>13</sup> COSTA, J. C. O. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907)*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015, p.84.

compreendemos as ações do governo federal relativas à volta do movimento imigratório europeu para o Brasil após o fim da Primeira Guerra. Assim como, levantamos os números de entradas de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro, especialmente dos imigrantes portugueses.

A partir dos dados levantados, efetuamos diversos processos, cruzamos as fontes ao analisar a relação da imigração portuguesa na década de 1920 na Hospedaria da Ilha das Flores com outras nacionalidades no período. Fizemos o mesmo ao relacionar a entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro com a entrada de imigrantes na Hospedaria de Imigrantes na Ilha das Flores.

Ao trabalhar com as estatísticas dos livros de registro na década de 1920, inicialmente, não havíamos considerado a questão de gênero. A ideia primária era utilizar os dados de forma generalizada, referindo-se a eles como 'os portugueses'. Pretendíamos abordar informações sobre todos os imigrantes em geral, destacando apenas a diferença numérica entre homens e mulheres para embasar a narrativa de uma imigração composta, em sua maioria, por homens, conforme indicado pelos números encontrados. Embora essa narrativa seja verdadeira – a imigração portuguesa foi predominantemente composta por homens nas faixas etárias de 20 a 26 anos, com diferentes perfis, alguns casados, outros solteiros – reconhecemos a possibilidade de explorar mais profundamente esse aspecto.

Logo no início da consulta, um fato nos chamou a atenção para a questão das mulheres. Encontramos um registro de uma mulher sendo colocada como chefe da família pelo funcionário da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores responsável por registrar as entradas e saídas. À primeira vista, pensamos ser interessante e anotamos, já que nos saltou os olhos que um homem ou até mesmo uma mulher colocaria uma pessoa do gênero feminino em uma posição de poder, tendo em vista que havia outras palavras para serem utilizadas como mulher, mãe, termos que também foram utilizados. Ao aparecer no início da pesquisa, pensávamos ter sido um fenômeno intrigante, mas isolado, não obstante mostrou-se o extremo oposto. No decorrer da pesquisa, foram encontradas mais de centenas de mulheres nesta condição, estando incluso, um caso de uma mulher sendo colocada como chefe de família na presença de seu marido.

Durante a homérica tarefa de anotar os dados dos livros, foi uma etapa concomitante com o período em que estávamos fazendo um curso de línguas estrangeiras fora do programa de pós-graduação, cuja professora tinha como um projeto pessoal paralelo, a aglutinação de materiais acerca da mulher na História da Filosofia. O projeto conta com textos, links de entrevistas, blogs, grupos de trabalhos, podcasts. Um dos rituais deste curso é a divulgação de conteúdos culturais relacionados a proposta do curso. EMm uma dessas dicas, juntando o

projeto e o curso, houve a indicação da Michelle Perrot e seu livro “Minha História das Mulheres<sup>14</sup>”, que apesar de ser um livro de História, a obra se encaixa no projeto, pela relação indissociável entre a Filosofia e a História, assim como por via da reflexão presente acerca do apagamento da mulher na História.

Michelle Perrot é uma figura que dispensa apresentação, já conhecíamos de antemão sua notoriedade pelos estudos de memória e já tivemos algum contato com sua obra sobre os excluídos. Mas pela questão da formação, o contato tinha sido marginal. Ao ler a respeito da exclusão das mulheres, um trecho foi impactante na escolha de como utilizar os dados da Ilha das Flores. A constatação de que as estatísticas são quase sempre assexuadas, sejam elas no domínio da economia, trabalho ou indústrias, a tendência é a da assexuação das estatísticas, que se constituiu como uma das formas de apagar as mulheres da História. Desta forma, a sexuação dos dados estatísticos foi uma demanda das sociólogas do trabalho feministas, já que é preciso conhecer para analisar<sup>15</sup>.

A influência dessa obra se materializou na construção das estatísticas no final do segundo capítulo, abordagem que abre margem para alguns questionamentos que os leitores podem ter à primeira vista. Mas, iremos discutir os possíveis questionamentos e justificaremos a escolha feita na produção do trabalho.

Dois possíveis questionamentos que podem ser feitos se encontram no fato de a exposição ter sido feita ano a ano e a segunda seria na quantidade de gráficos. A abordagem de dados ano a ano foi uma tentativa de entender o perfil da imigração portuguesa anualmente, se há variações na faixa etária, nas quantidades de solteiros e casados ou na quantidade de homens e mulheres na Ilha das Flores. Qualquer flutuação brusca poderia se materializar em alguma questão para o trabalho ou até para futuras pesquisas. Ao unificar os dados de anos diferentes, onde existe um desequilíbrio numérico nas entradas de imigrantes, o fenômeno poderia passar despercebido no momento de representar nos gráficos. Houve anos com desequilíbrio nos números de entradas, porém, surpreendentemente encontramos um padrão nas estatísticas mesmo com tal discrepância.

Referente ao segundo questionamento, poderíamos realmente economizar nos gráficos fazendo gráficos sobre “os portugueses” generalizando homens e mulheres, tornando o capítulo mais enxuto, talvez mais bem apresentável, sem a presença de inúmeros gráficos. Todavia, fizemos os gráficos do estado civil masculino e feminino, gráficos de faixa etária

---

<sup>14</sup> PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Contexto, 2007.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p.21.

masculina e feminina e dos portugueses em geral, também acerca da relação entre estado civil e faixa etária masculina e feminina. Nossa opção foi feita inspirada na leitura já referenciada, já que ao assexualizarmos as estatísticas, poderíamos repetir o apagamento das mulheres nos registros históricos. Fizemos o inverso, procuramos fazer o máximo de gráficos possíveis levando em consideração o tempo de pesquisa limitado do mestrado. Somados a isso, acrescentamos dados coletados do livro de registro no texto que não estão representados em gráficos, produzindo o máximo de dados possíveis relativos ao nosso objeto.

Levando em consideração que é necessário conhecer para analisar<sup>16</sup>, então, urge a necessidade de produzir-se fontes, não somente para futuras pesquisas sobre mulheres, mas também homens portugueses, crianças, etc. Desta maneira, mesmo com possíveis fraquezas e talvez a necessidade de mais amadurecimento, cremos que a possibilidade que esta abordagem apresenta seja onde reside a maior potencialidade da pesquisa.

### **Cadeias e redes migratórias**

Alguns conceitos são centrais para o respectivo trabalho, e eles aparecerão implicitamente no decorrer da obra. Partimos de uma posição chamada por Joaquim da Costa Leite de Nova Perspectiva da Imigração Portuguesa, ela retira a ênfase do lado negativo do movimento emigratório português e coloca o foco nas relações interpessoais como elemento fundamental na manutenção do movimento emigratório transatlântico para o Brasil<sup>17</sup>.

A Perspectiva Tradicional possui como temas: propaganda; engajadores; abusos; abandonados; miseráveis; mito do enriquecimento fácil e fado. A Nova Perspectiva se foca nos temas: informação; amigos e parentes; oportunidades; comunidades; proprietários; vantagem salarial e liberdade. A Nova Perspectiva não desacredita nos casos negativos, mas ela relativiza esses casos, tendo em vista que as relações interpessoais garantiam acesso a informações concretas sobre as condições nos dois lados do Atlântico. Mesmo havendo um grande número de propagandas contendo narrativas de portugueses substituindo escravos, no sentido literal, por parte da imprensa portuguesa, que buscava desincentivar a emigração para o Brasil, ou propagandas das agências de imigração com a divulgação de mitos de enriquecimento fácil, os portugueses interessados tinham acesso a outras informações. Geralmente, essas informações provinham de amigos e parentes que haviam emigrado para o

---

<sup>16</sup> Ibidem.p.21.

<sup>17</sup> LEITE, J. C. “*Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851- 1973)*”. In Actas das V Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004.

Brasil. Detalhes como lugares para se estabelecer, salários, condições de trabalho e até mesmo a própria ausência de notícias teriam algum significado para a família que permaneceu em Portugal<sup>18</sup>.

Os conceitos que acreditamos ser fundamental são os de cadeias, redes migratórias e redes sociais formais e informais, pois são conceitos que possuem caráter teórico-metodológico e influenciam a interpretação das fontes e o enfoque em temas da agência humana no processo migratório.

O conceito de cadeias migratórias teve sua formulação clássica pelos MacDonald's, que definiram o conceito como:

o movimento pelo qual migrantes futuros tomam conhecimento das oportunidades de trabalho existentes, recebem os meios para se deslocar e resolvem como se alojar e como se empregar inicialmente por meio de suas relações sociais primárias com emigrantes anteriores<sup>19</sup>.

Esta formulação foi usada para pensar a imigração italiana nos Estados Unidos e a formação dos bairros étnicos, como as *Little Italies*<sup>20</sup>. O conceito viria a competir com interpretações puramente estruturalistas do *push and pull* que viam as variações dos fluxos migratórios como uma relação puramente de causa e consequência com a economia, cujas taxas de emigração reagiriam aos fatores estruturais de atração e retração.

A formulação clássica sofreu algumas críticas na sua definição e aplicabilidade. Robert Harney teceu críticas ao conceito e a sua aplicação ao expor que no estudo sobre os bairros étnicos no Estados Unidos, os MacDonald's não levaram em consideração durante a análise, as relações de classe, mais especificamente, a exploração proveniente destas relações sociais<sup>21</sup>. Para Devoto, as críticas ao conceito se inseriam de outra maneira, destacaremos duas. A primeira é a contraposição excludente entre as cadeias migratórias e políticas públicas

---

<sup>18</sup> LEITE, J. C. *Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista*, em Nizza da Silva, Ioannis Baganha, Maria José Maranhão, e Míriam Halpern Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX)*, Lisboa, Fragmentos.

<sup>19</sup> TRUZZI, O. *Redes em processos migratórios*. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702008000100010&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 23 Nov. 2022. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>, p. 202.

<sup>20</sup> MACDONALD, L. & MACDONALD J. S. "Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks." *The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII, 1, 1964, pp. 82-96).

<sup>21</sup> DEVOTO, F. "Las cadenas migratórias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino". In: *Studi Emigrazione*. Vol. XXIV, 87, 1987, p.360.

presentes no artigo dos MacDonal'd's. A segunda é a extensão demasiada do conceito de cadeias migratórias, que abarcava tipos muito diferentes de processos migratórios<sup>22</sup>. Desta forma, ele delimitou com maior precisão o termo e restringiu sua abrangência, propondo uma tipologia que diferencia as cadeias migratórias de outros três tipos de emigração:

a) emigração por meio de mecanismos de assistência impessoais; b) emigração por meio de mecanismos semi-espontâneos, em que o processo começa incentivado por informações de parentes e de conterrâneos, ou “públicas”, mas o movimento é produto de iniciativas e de recursos de um indivíduo ou de uma família isoladamente; c) emigração por intermédio de *padroni* ou de outros sistemas mais difusos de mediação e clientelismo, nos quais a gestão do processo está em mãos de intermediários externos à cadeia<sup>23</sup>.

Já Joaquim da Costa Leite, não citou o conceito de cadeias migratórias, mas citou a noção de redes. Contudo ele não desenvolve o conceito. Apesar de não desenvolver a discussão conceitual, elas estão implícitas na exposição da temática de suas obras e sua disputa com uma historiografia que enfoca a propaganda como motor da imigração portuguesa<sup>24</sup>.

Acerca do *push and pull*, havia historiadores que se inspiravam neste modelo. Os defensores acreditavam que os imigrantes calculavam como seria seu padrão de vida no novo território em comparação com as condições de vida em seu país natal. Por padrão de vida<sup>25</sup>, entende-se somados nesta equação todos os benefícios, sejam eles de ordem material e não material. Caso a diferença nos padrões fosse exacerbada, presume-se que a escolha por emigrar seria a seguida. Todavia, se o oposto ocorresse, o imigrante ficaria em seu país de origem<sup>26</sup>.

Baines foi um crítico do uso do *push and pull* (atração e repulsão). Para ser contrapor aos defensores da teoria, argumentou que o *push* e o *pull* são fatores que não são independentes um do outro. Ele reconheceu que possivelmente os imigrantes faziam esse

---

<sup>22</sup> Ibidem, p.362.

<sup>23</sup> TRUZZI. op. cit., p.203.

<sup>24</sup> LEITE, J. C. “*O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)*”. In: Boris Fausto (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.

<sup>25</sup> Escolhemos usar o termo padrão de vida como tradução para *lifetime welfare*. Ele não é a tradução exata para o termo, mas acreditamos que uma adaptação seria a melhor maneira de expressar a ideia por trás da palavra utilizada por Dudley Baines. A tradução literal da palavra poderia ser bem estar vitalício ou bem estar ao longo do tempo. Por outro lado, existe na língua inglesa o equivalente ao termo que utilizamos, que é a palavra *standard of living*. BAINES, D., op.cit., p.13.

<sup>26</sup> Ibidem, p.13.

processo de calcular a possibilidade de ganho no padrão de vida no ato de emigrar ou ficar no país natal. Mas, o fenômeno era mais complexo que isto. Com a exceção dos imigrantes fugindo de perseguições ou fome generalizada, a maioria teria dificuldade em explicar se foram atraídos para fora do continente europeu ou repulsados em direção ao continente americano. Neste mesmo seguimento, o autor defendeu que caso a teoria fosse aplicada nos países europeus, o resultado deveria expressar que a taxa de emigração desses países é inversamente proporcional ao grau de desenvolvimento econômico. Assim como, se esperaria que as taxas de emigração diminuíssem à medida que os países fossem se desenvolvendo.

Joaquim da Costa Leite caminhou neste mesmo sentido ao criticar a aceitação dela na historiografia da imigração portuguesa:

O tema da repulsão ou atração (push-pull) não deve ser visto como um exercício de seleção de um fator e eliminação de outro, uma vez que nem a atração nem a repulsão existem em termos absolutos, antes se definem uma em relação à outra. Por outras palavras, as migrações não acontecem em função exclusiva da necessidade ou da oportunidade, mas sim, da conjugação, em situações concretas, da necessidade com a oportunidade<sup>27</sup>.

A crítica à teoria da atração e repulsão não é negar as condições nos países de origem dos imigrantes. Pobreza, pressão demográfica, crises no campo, foram fatores que influenciaram concretamente o ato de emigrar. Porém, precisamos relativizar a questão, porque há implicitamente na teoria, a leitura nas estatísticas de um emigrante saindo em desespero cego, quando na verdade era o oposto. Ele tinha acesso a informações concretas e esperavam as melhores oportunidades para concluir sua travessia.

O conceito de redes tem origem na antropologia inglesa da década de 50. Três autores foram fulcrais no desenvolvimento e formação do conceito, que são Raymond Firth, John A. Barnes e Elizabeth Bott. Em “*Social organization and social change*“, Firth usou o termo organizações sociais como um processo relevante onde as ações e as relações operam com a finalidade de atingir objetivos. Barnes empregou o termo “rede social” no seu trabalho “*Class and committers in Norwegian island parish*“, onde promoveu um estudo sobre uma comunidade de pescadores noruegueses com o objetivo de analisar os laços de amizade e conhecimentos construídos nela. A partir da observação desta estrutura social, ele chegou à interpretação de que ela pode ser lida sob o fundo de relações interpessoais que se entrelaçam na esfera de atividades, ao invés de termos de função ou status dos membros. Bott em “*Family and social networks. Roles, norms and external relationships in ordinary urban*

---

<sup>27</sup> LEITE, J., 1999. op. cit., p.183.

*families*”, usou o conceito no estudo das funções conjugais nas famílias de Londres. Para ela, em contexto urbano, amigos, parentes e vizinhos constituem estruturas organizadas entre indivíduos e instituições<sup>28</sup>.

Cunhado na antropologia urbana, o termo foi apropriado pela sociologia das migrações e foi deste campo que se originou o conceito de redes sociais formais e informais. As redes formais são definidas como associações que são caracterizadas por uma “organização” que são fundadas a partir de um regimento jurídico-administrativo, funcionando a partir de adesão voluntária. As redes informais, são formadas quase que naturalmente para seus membros, não precisam ser explicadas e nem instituídas. A razão disso é porque essas relações são fundadas a partir de laços de parentesco, biológicos, espirituais ou então de relações aldeãs no interior de uma sociedade local. Essas redes são englobadas de valores que não podem ser negados, logo a sua adesão não é voluntária<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup> HILY, M. ; BERTHOMIÈRE, W. ”*La notion de "réseaux sociaux" en migration.*” In : Hommes et Migrations, n°1250. Réseaux sociaux en migration. p.6-12, 2004. P.8.

<sup>29</sup> Ibidem, p.9.

# 1 IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA ILHA DAS FLORES DURANTE A GRANDE IMIGRAÇÃO

## 1.1 Ilha das Flores

A Hospedaria da Ilha das Flores foi um local criado pelo Império para atender as demandas do interesse nacional. Alguns deles foram a atração de braços para o trabalho no campo, a questão racial, se defendia que trazer “a civilização para o país atrasado” era trazer europeus, vistos como um povo superior racialmente. Por fim, a questão do vazio demográfico.

Em 1883 foi comprada a Ilha que era vista como local adequado para a construção da Hospedaria, propriedade particular do senador José Ignácio Silveira da Motta. Segundo o relatório da comissão do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, que avaliou as condições da Ilha das Flores como: “o terreno da ilha está, em grande parte, inculto; a porção, porém, aproveitada em jardim, horta, pomares e roças mostra a feracidade natural, pelo desenvolvimento e viço do arvoredo e plantações”<sup>30</sup>. Ainda contava com muitas árvores frutíferas, plantas leguminosas, galinheiros, currais, casa do senador que tinha um anexo para a recepção de hóspedes, continha armazéns destinados à guarda de instrumentos de trabalho e barcos, casas de empregados espalhados por diferentes locais da ilha e havia seis tanques destinados a criação de peixes que comportava até 6 mil unidades<sup>31</sup>.

Imediatamente após a aquisição da ilha, começaram as obras do prédio da Hospedaria com capacidade de 800 a 1000 pessoas e localização estratégica<sup>32</sup>. A localização se justificava por dois fatores. O primeiro era a potencialidade sanitária do local, por se tratar de uma ilha, ela não tinha contato permanente com a Capital. Então, ficava afastada dos surtos pandêmicos que lá existiam. Desta maneira, a Ilha tinha uma lógica de quarentena reversa, isolando os

---

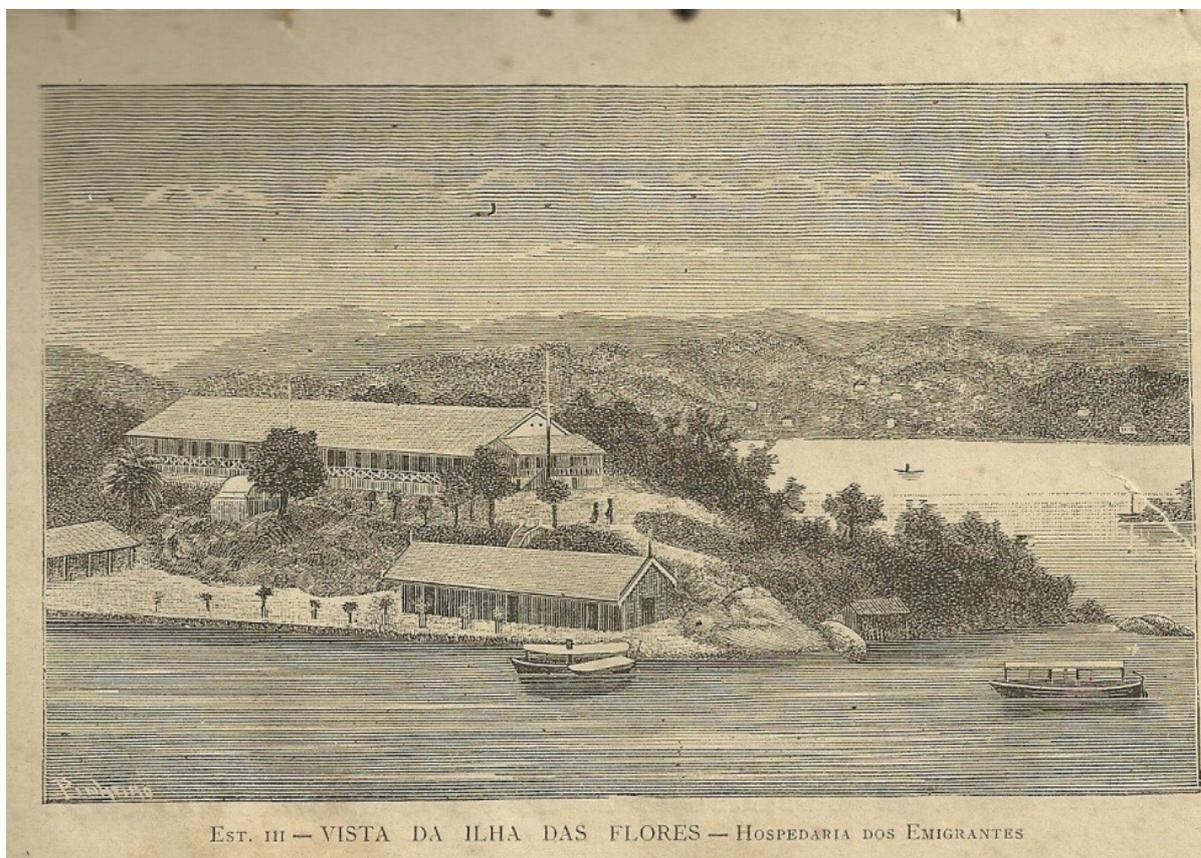
<sup>30</sup> IMPERIAL apud REZNIK, L.; FERNANDES R. A. N.; *Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*, In: *História* (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf>>. Acesso em: 09 de nov. de 2020, 1876, p. 3.

<sup>31</sup> REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N. *Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*. *História* (São Paulo. Online), v. 33, p. 242, 2014. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742014000100012&script=sci\\_abstract&tlng=es](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010190742014000100012&script=sci_abstract&tlng=es).

<sup>32</sup> *Ibidem*, p.242.

imigrantes saudáveis da zona portuária do Rio de Janeiro que era suja e doente. O segundo motivo era a beleza do local, a ilha possuía uma beleza marcante, que servia como propaganda da política imigratória brasileira.

Figura 1 - Vista da Hospedaria



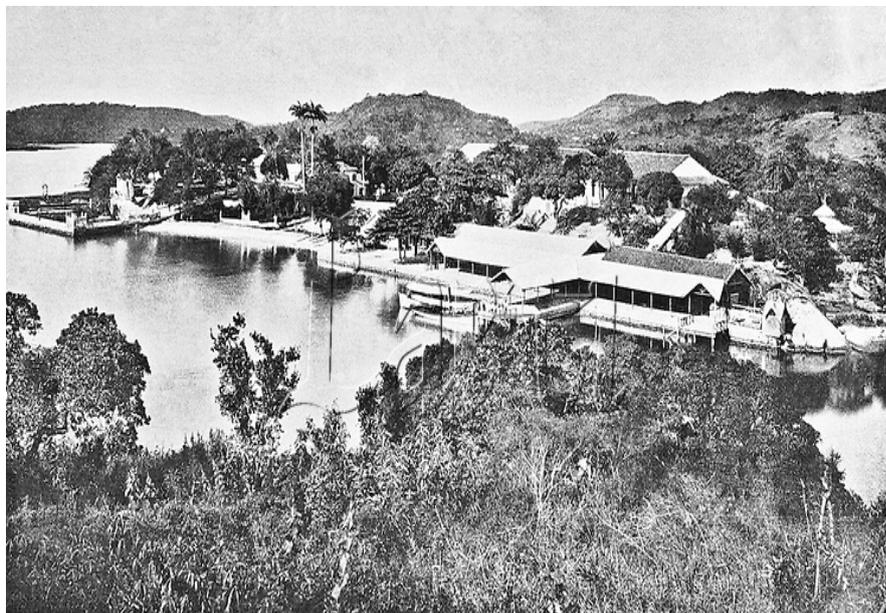
Fonte: FERREIRA, Felix. A província do Rio de Janeiro. Notícias para o emigrante. Rio de Janeiro: Imprensa a vapor H. Lombaerts & Comp., 1888. p. 23.

O roteiro geral dos imigrantes na Ilha das Flores passava pelo desembarque no Cais do Desembarque e imediatamente seguia para o Escritório da Diretoria, local onde eram registrados pelo escrivão. Nos livros de registros eram computados os seguintes dados: procedência, nome do navio, nome, idade, estado civil, data de entrada e saída, nacionalidade, profissão e destino. Após este procedimento, passavam pelo consultório médico para um *check-up*, com o objetivo de prevenir doenças infecciosas<sup>33</sup>. A inspeção medica funcionava como uma triagem, caso o imigrante estivesse saudável, receberia sabão e roupas de camas limpas para cuidar de sua higiene. Se fosse o oposto, eram encaminhados para o Hospital de São João Batista, em Niterói. Em casos mais simples, seria direcionado para as enfermarias

<sup>33</sup> COSTA, J., op. cit., p.58.

existentes na própria Ilha das Flores<sup>34</sup>. Os ingressos ficavam por volta de 8 dias, neste tempo de estadia, deveria procurar emprego nas lavouras de café, nas cidades ou então adquirir terras nos núcleos coloniais. O Estado ficava com o papel de fornecer as passagens gratuitas.

Figura 2 - Cais do Desembarque em 1909



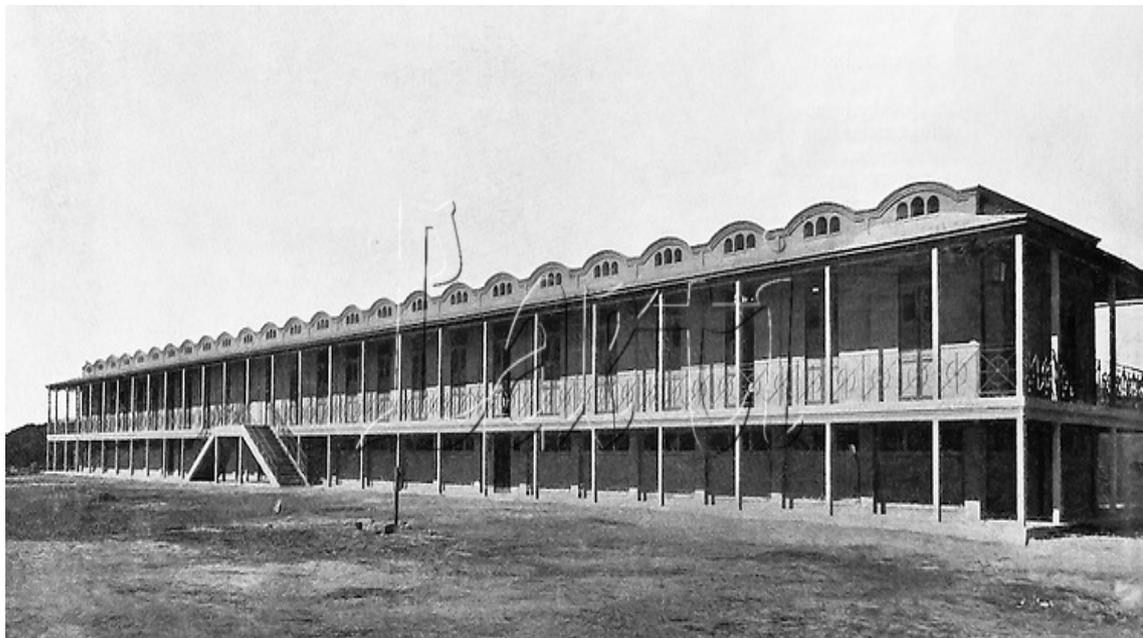
Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

No início do funcionamento da Hospedaria, tanto homens, quanto mulheres eram alojados na mesma estrutura, por causa da existência de ter apenas alojamentos na Ala Sul da Ilha. Com a construção de novos alojamentos, ocorreu uma separação de gênero. Em 1888 foram construídos novos alojamentos de madeira, posteriormente, em 1907, foram levantados três pavilhões em alvenaria na Ala Sul. Os novos alojamentos foram construídos com o pé direito elevado, com a finalidade de garantir uma boa circulação de ar e evitar a propagação de doenças como a tuberculose. É importante nos atentarmos para os materiais usados nas construções dos edifícios, em razão de ela nos demonstrar as concepções sanitárias em voga nos respectivos momentos de construção. As estruturas feitas de madeira denotam uma preocupação com as doenças infecciosas que assolavam o Rio de Janeiro – febre amarela e cólera –. Caso houvesse algum problema, a construção seria queimada para acabar rapidamente com os surtos de doenças infecciosas. Os edifícios de alvenaria nos mostram uma ruptura com a concepção de que construções de madeira eram a melhor medida para interromper surtos de doenças, porque em 1907, as noções da microbiologia e a ideia de que são um conjunto de fatores que provocam as doenças foram apropriadas e aplicadas nas novas

<sup>34</sup> REZNIK, Apud: COSTA, J. Op. cit., p.60.

construções da Ilha<sup>35</sup>. Ainda, havia nesse complexo, uma cozinha e refeitório que cabiam 400 pessoas.

Figura 3 - Alojamentos da Ala Norte construídos em alvenaria em 1909



Fonte: Coleção Laeti. Acervo: Centro de Memória da imigração da Ilha das Flores/ UERJ.

As obras de melhorias e expansão da capacidade da Ilha das Flores foram ocorrendo à medida em que houvesse necessidade. Portanto, foram as experiências cotidianas na Hospedaria que incentivaram as intervenções no espaço dela. Como veremos na tabela abaixo, desde o ano de seu início de funcionamento até 1890, a Ilha das Flores desfrutava de um aumento expressivo das entradas de imigrantes, resultado das políticas públicas da imigração. Neste sentido, as criações de novos alojamentos é consequência do aumento do fluxo imigratório que usufruía dos serviços da Ilha. Para aumentar os Alojamentos, em 1888, ocorreu a necessidade da criação de um edifício exclusivo para a enfermaria.

---

<sup>35</sup> REZNIK, L.; COSTA, J. C. O. Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 15-32, jan.-mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0015.pdf>.

Tabela 1 - Imigrantes ingressos no Brasil, no Porto do Rio de Janeiro e na Hospedaria da Ilha das Flores (1883 – 1890)

ANO	BRASIL	RIO DE JANEIRO	ILHA DAS FLORES
1883	24.827	---	7.402
1884	19.608	17.999	8.138
1885	29.408	22.727	10.579
1886	25.741	22.236	12.501
1887	54.990	33.310	18.834
1888	131.745	55.863	33.384
1889	65.187	---	26.848
<b>1890</b>	<b>107.100</b>	<b>85.162</b>	<b>66.494</b>

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. 1883-1890 apud Costa 2015

Outras melhorias aconteceram. Em 1889, criou-se um plano orçamentário para estender a capacidade para 3000 mil pessoas. Dentro deste plano orçamentário estavam inclusos expansão do armazém, refeitório, compartimento exclusivo para os serviços da secretária, para além da expansão dos alojamentos.

Em 1890, outros novos edifícios foram feitos. Construiu-se um necrotério próximo a uma praia no interior da Ilha, assim como uma morada para o ajudante do administrador. Mais cinco quartos para alojamento dos serventes, quatro mictórios em diversos locais, sarjetas na extensão de 244m para a canalização de águas pluviais, por meio de manilhas. Um alpendre de madeira coberto de zinco abrangendo toda a frente da Hospedaria e uma cobertura em toda a extensão do cais para preservar as bagagens<sup>36</sup>.

Portanto, a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores representou o processo de amadurecimento das políticas públicas de imigração da nação. A criação de uma hospedaria oficial, expõe um aprofundamento no processo de transição da mão de obra escrava para a mão de obra imigrante. Não somente isto, a Hospedaria teve o papel de controlar, fazer a triagem e encaminhar os imigrantes recém-chegados. Além disso, as melhorias feitas na Hospedaria mostram a preocupação de fornecer a melhor experiência possível para os ingressos, que em contrapartida, mudou o patamar da nação como país receptor.

<sup>36</sup> COSTA, J. Op. cit., p. 63.

## 1.2 O Rio é Lusitano

Quando referenciamos algum grupo étnico-social que escolheu o Rio de Janeiro como local para se assentar, torna-se improvável não pensarmos nos portugueses como primeira opção, tendo em vista o tamanho da herança cultural (seja material ou imaterial) presentes na cidade.

A presença portuguesa no Rio de Janeiro tem origem na relação colonial. Contudo a imigração portuguesa para o Brasil começou após 1822, marco temporal da independência brasileira. Demarcar o período posterior ao ano de 1822 não significa explicitar que não houve saída de portugueses para o Brasil no período anterior. O território brasileiro foi parte importante do Império Português. Principalmente pela chegada da família real, que culminou no processo de interiorização da metrópole; soma-se a isto a construção de um ideal de império luso-brasileiro, que procurou atenuar as contradições existentes em uma relação colonial<sup>37</sup>. Logo, é notório que houve deslocamentos, tendo em vista a complexa relação Metrópole-Colônia.

Acerca da imigração portuguesa na primeira metade do século XIX no Rio de Janeiro, há poucos trabalhos dedicados exclusivamente a este período. Neste tempo, a política imigratória brasileira ainda estava dando os primeiros passos e a atração de mão de obra livre ainda não pautava o debate de maneira central nas elites políticas do país. Quando se discutia a questão dos braços para a economia cafeeira, a escravidão era o tema que estava na centralidade dos debates públicos, seja por influência interna ou externa. Acrescenta-se a questão, as poucas fontes existentes sobre a imigração portuguesa nas primeiras décadas do século XIX. Desta forma, os estudos da imigração se concentram na segunda metade, momento em que o Brasil se colocou como uma nação interessada na atração de imigrantes europeus.

As levas de imigrantes portugueses escolheram o Rio de Janeiro como local para se assentar por causa de uma série de fatores. Podemos citar o crescimento da capital imperial alavancado pela abertura do Porto do Rio de Janeiro com a chegada da família real ao Brasil,

---

<sup>37</sup> Para entender o processo de interiorização da metrópole cf. DIAS, M.O. L.S. *A Interiorização da Metrópole*. In: MOTA, C. G.(org.). 1822: Dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184. Para entender a construção de uma ideia de império luso-brasileiro ver “K. Maxwell, “A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro”, in Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais, São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 157-207.

gerando um boom econômico no início do século XIX. Assim como, a produção do café da década de 1830, que incrementou uma onda de crescimento econômico<sup>38</sup>.

Os deslocamentos de portugueses para o Brasil na primeira metade do século XIX foi voltada para o Rio de Janeiro. O Norte<sup>39</sup> atraía uma parte das levas, mas com o passar dos anos, ela foi diminuindo na mesma proporção que a imigração para o Rio de Janeiro aumentava. Este quadro refletia a situação econômica do país, o Norte perdia o poder de atração devido a decadência econômica da região, enquanto que o Rio de Janeiro ascendia com o sucesso da produção cafeeira. Entre 1822-1850, a Capital recebeu a maior parte dos lusitanos, geralmente provenientes da região Norte de Portugal, mais especificamente Douro e Minho<sup>40</sup>.

O Rio de Janeiro era o destino de entrada preferido dos portugueses, mas, não há fontes suficientes para afirmar que se assentaram de fato na Capital. Todavia, é possível afirmar que a maioria deles tinha a intenção de não regressar para Portugal. Segundo os documentos presentes na Apresentação de Passaportes de Estrangeiro na Polícia, mais de 95% dos entrevistados pelas autoridades declararam que o objetivo era permanecer no Rio de Janeiro.

É interessante nos atentarmos para o fato de que a estratégia de imigração exposta pelos portugueses neste recorte é pouco variada, condição diferente da conhecida na segunda metade do século XIX.

Podemos definir o perfil dos imigrantes portugueses na primeira metade do século XIX como uma imigração majoritariamente masculina, concentrada na região portuária, formada por uma comunidade portuguesa que expressava o objetivo de não regressar para terra natal com um amplo domínio no comércio. O clássico domínio do comércio no Rio de Janeiro pelos trabalhadores portugueses começou a ser construído nestes anos.

Como o trabalho livre era coetâneo ao trabalho escravo no Rio de Janeiro, o comércio era uma área disponível para os portugueses por alguns motivos. Primeiramente, para os brasileiros com certa condição social, trabalhar no comércio como atendente não era uma posição agradável. Por outro lado, comerciantes portugueses não confiavam em escravos para trabalhar como atendente nos diversos tipos de estabelecimentos. Neste segmento, os donos

---

<sup>38</sup> NUNES, R. B. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*. The Americas, v. 57, n. 1, p. 37.

<sup>39</sup> O Norte neste caso, são as regiões que atualmente compreendemos como o Nordeste.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

portugueses procuravam conterrâneos para o seu comércio<sup>41</sup>. Este tipo de ação apoiada em redes sociais informais serviram para fomentar o domínio português na área comercial.

As relações formadas dentro da comunidade portuguesa apresentavam contradições. O sistema de trazer jovens portugueses com aptidão para o comércio sem parentes no Brasil para recepcioná-los possibilitaria ao patrão um duplo papel. Ele poderia não ser apenas um patrão, mas substituir o papel familiar, assumindo uma figura paterna. Um jovem solitário português que trabalharia como balconista, comumente poderia viver em quartos existentes nos próprios estabelecimentos, trabalhando 7 dias por semana. Alguns poderiam até trabalhar em troca de apenas comida e moradia.

A situação retratada no parágrafo acima foi bem comum, não só neste período, mas nas décadas posteriores. Esse foi o caso de José Bento Silves, que na década de 1920 veio para o Brasil com 11 anos de idade. Ele teve essa relação com duas pessoas. O primeiro foi ex-marido de sua tia. Bento o ajudava em uma fazenda em troca de apenas roupas lavadas, comidas e teto. Contudo, houve conflito entre ambos e essa relação se desfez. Com a relação desfeita, Silves conseguiu novo emprego com um comerciante português. Neste local, o pagamento estava aos mesmos moldes do anterior. A situação que explicitamos parece uma relação de pura exploração, porém, ressaltamos o teor complexo delas. O segundo patrão não deu pagamentos em dinheiro durante dois anos. Porém, deu o estabelecimento bem-estruturado para o seu funcionário quando decidiu voltar para Portugal devido à proximidade existente entre os conterrâneos<sup>42</sup>.

Quando identificamos o perfil da imigração portuguesa para o Brasil na primeira metade do século como uma imigração masculina, não significa dizer que não houve imigração feminina. Ocorreu imigração feminina, mas com números bem modestos. Existia poucas mulheres emigrando de maneira independente, assim como mulheres que estariam vindo ao encontro de seus maridos. Já que neste momento a imigração portuguesa era majoritariamente formada por homens solteiros.

O trabalho mais comum para as mulheres portuguesas era o doméstico, existiam anúncios de mulheres portuguesas se oferecendo para o trabalhar nesta ocupação. No entanto, as mulheres também ocupavam trabalhos marginalizados como a prostituição. Nem sempre

---

<sup>41</sup> Ibidem.p.51.

<sup>42</sup> Depoimento de José Bento Silves para Sônia Maria de Freitas. São Paulo. 2002. Acervo: Biblioteca digital da biblioteca online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

era o primeiro objetivo, mas devido às dificuldades em se manter em outro país, as possibilidades para uma mulher sem apoio eram escassas<sup>43</sup>.

O depoimento muito comovente de Rosa da Cunha de Jesus elucidava a questão. Ela se deslocou para o Rio de Janeiro com 5 filhos, 3 meninas e 2 meninos em busca de encontrar o marido Francisco José de Almeida. Porém, quando chegaram ao Rio de Janeiro, não conseguiram entrar em contato com Francisco. A procura durou um ano e mesmo assim não houve nenhum sinal do marido. Portanto, ela entrou em contato com o governo português para pedir ajuda financeira para retornar para sua terra natal. Ela argumentou que caso não houvesse a ajuda do Estado português, temia ver suas filhas recorrerem a prostituição para se manter. Por outro lado, a ajuda era só para ela e as filhas retornarem, os dois filhos iriam permanecer no Brasil para assumir a função do pai<sup>44</sup>.

A Grande Imigração foi o período em que o Rio de Janeiro recebeu o maior contingente de pessoas oriundas de Portugal. Este grupo étnico foi marcante no universo cultural carioca, seja na cultura popular ou na letrada. Na cultura popular, temos as associações de origem portuguesa, uma das mais famosas foi o Clube de Regatas Vasco da Gama. Na cultura letrada, temos a influência portuguesa sendo eternizada nas letras de João do Rio e Lima Barreto<sup>45</sup>.

Para emigrar, o postulante a emigrante deveria resolver suas pendências com o Estado português. Para tal tarefa, havia a atuação de agenciadores, também conhecidos em Portugal como engajadores. Os agenciadores eram pessoas que atuavam no imbróglie burocrático entre o Estado e o potencial emigrante, se dispondo a ajudá-los a cumprir ou contornar a lei. Mais precisamente, podemos definir que os engajadores intermediavam a relação entre as companhias de navegação e a população provincial.

O perfil dos engajadores não era homogêneo. Ao mesmo tempo que recrutavam emigrantes, eles também exerciam outras atividades laborais: podiam ser comerciantes, vereadores municipais, proprietários abastados, empregados do correio, empregados de

---

<sup>43</sup> NUNES, R. B. op.cit. p.55.

<sup>44</sup> Ibidem p.56-57.

<sup>45</sup> MARTINS, I. L. *A capital federal e os imigrantes em registros literários*. Rio de Janeiro, 1890-1920. In: MENEZES, Lena M. de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 13-25.

administrações sacerdotais. Estima-se um número de 3000 a 4000 agenciadores distribuídos nas províncias<sup>46</sup>.

Sob um ponto de vista legal, a incitação à emigração era proibida, estava no ordenamento jurídico. Todavia, a prática indicava um caminho completamente diferente, quase tudo era permitido. Havia a livre circulação de anúncios das companhias de navegação até o estabelecimento das próprias agências de emigração. Apesar da proibição, Portugal chegou a reconhecer formalmente a existência de agências de emigração. A diferença entre uma agência legal e ilegal era bem tênue, o que definia seu status era o pagamento de impostos, tendo em vista que as agências atuavam de forma similar<sup>47</sup>.

As atuações dos engajadores no fluxo emigratório data da segunda metade do século XIX e sua atuação foi ganhando mais importância à medida que o ato emigrar tornava-se mais popular. Eles organizavam as redes de emigração tanto ilegais quanto legais. A maneira ilegal consistia em usar documentos verdadeiros, oficiais. No entanto, o emigrante que usava este documento não era o verdadeiro dono da identidade apresentada. Os passaportes não continham fotografias e os elementos descritivos eram abstratos. Uma pessoa do mesmo sexo e com características físicas parecidas com as que estavam impressas na documentação tinha grande probabilidade de partir sem grande problema.

O recrutamento funcionava a partir de uma estrutura organizada entre agenciadores e as companhias de navegação. O processo de recrutamento pode ser visualizado a partir deste relato:

Manifesta-se [a emigração clandestina] especialmente com indivíduos incursos no recenseamento militar, para os quais há companhias de engajadores perfeitamente organizadas. Têm estas companhias primeiros, segundos e terceiros agentes. Em geral, o primeiro agente reside em Lisboa ou no Porto, tem uma escrituração perfeitamente regular para este género de mercadoria e encarrega-se de dirigir os engajados até ao momento do embarque. Faculta os passaportes e de todos estes serviços tem um lucro exorbitante. O segundo engajador reside na província, é geralmente proprietário de uma casa comercial; da sua mão recebem os engajados o dinheiro para pagarem a passagem, para o comboio e para despesas. (...) O terceiro engajador é o agente ativo de todo o contrato; com ele tratam pessoalmente os engajados e famílias. É ele que dá ao engajado uma espécie de cheque sobre o segundo engajador e carta de recomendação para Lisboa ou Porto.

---

<sup>46</sup> GONÇALVES, P. C. *Agenti, subagenti, engajadores e ganchos: O recrutamento de emigrantes na Europa Mediterrânea*. In: FERNANDO DE SOUSA; ISMÊNIA MARTINS; LENÁ MEDEIROS DE MENEZES; IZILDA MATOS; JOBSON ARRUDA; NAZARÉ SARGES; VERA FERLINI. (Org.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. 1ed.Porto: CEPESE, 2014, v. 1, p. 276-298.

<sup>47</sup> LEITE, J. C. *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855- 1914)*. *Análise Social*, n.97, p.463-480. 1987. p.469.

Estes agentes têm comissões de todas as companhias marítimas de transporte e uma correspondência em regra com o agente de Lisboa.<sup>48</sup>

O Estado português manteve uma postura ambígua em relação a emigração. Ele incentivava uma campanha anti-emigratória nas comunidades em relação ao Brasil, divulgando nomes de emigrantes falecidos em igrejas, como avisos dos riscos de emigrar. Também existia listas semelhantes e notícias sobre o estado sanitário do Rio de Janeiro nos jornais. Porém, nenhuma dessas medidas se tornaram uma proibição legal no ato de sair do país em direção a antiga colônia<sup>49</sup>. O objetivo do Estado português não era acabar com os deslocamentos, mas incentivar o desvio deste fluxo emigratório para o empreendimento colonial na África<sup>50</sup>. Por outro lado, não existia uma intervenção maior com o objetivo de diminuir o fluxo emigratório para o Brasil, porque o envio de remessas da comunidade lusitana no Brasil para Portugal se tornou uma quantia fundamental para os cofres públicos portugueses<sup>51</sup>. Em uma escala menor, as remessas de dinheiro recebidas movimentavam a economia local das modestas aldeias portuguesa. Aqueles que conseguiam enriquecer, se tornavam figuras importantes no universo cultural da aldeia natal, faziam filantropia e até deixavam um tipo respectivo de arquitetura proveniente do status de emigrante que enriqueceu.

Em contraposição à narrativa do emigrante português que se encorajava a emigrar pela disseminação de informações falsas, enganados e explorados pelos engajadores, existe a perspectiva que tem um outro olhar a respeito da emigração portuguesa. Ela vê o emigrante português motivado a “fazer a américa” devido a uma ampla disponibilidade de informações relativamente confiáveis sobre os cenários encontrados no outro lado do Atlântico, fruto de um processo de modernização que ocorreu no final do século XIX, no qual as informações circulavam de maneira mais rápida de um continente para o outro<sup>52</sup>. Portanto, os emigrantes não eram massas que foram enganadas pelos agenciadores e companhias de navegação. É o

---

<sup>48</sup> GONÇALVES, P.C., 2014. op. cit. p.290-291.

<sup>49</sup> Em Portugal os laços com o Brasil eram tão fortes que nunca se recorreu à proibição legal da imigração em Portugal, outras nações que haviam algum contingente populacional emigrando para o continente americano proibiram legalmente a ida seus cidadãos para o Brasil, como a Alemanha em 1859 e 1872 e na Itália em 1889. Cf. Joaquim da Costa Leite, 1987, op. cit. p.465

<sup>50</sup> PEREIRA, M. H. “*A Política da Emigração Portuguesa (1850-1930)*”. São Paulo: EDUSC (reedição revista e aumentada). 2002. p.63

<sup>51</sup> Ibidem.

<sup>52</sup> LEITE, J. C. *O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914*”. *Análise Social*, v. 26, n. 112-113, p. 741-752, 1991.

oposto, eram sujeitos racionais que tomavam suas decisões baseadas nas oportunidades concretas disponíveis, como as vantagens salariais para algumas profissões no Brasil. Temos informações de que os salários para a profissão de pedreiro no Brasil pagavam cerca de 2 vezes mais que em Portugal, podendo chegar a 4 vezes mais<sup>53</sup>.

Sob um ponto de vista geral, há três grandes grupos de imigrantes portugueses na segunda metade do século XIX. O primeiro grupo é de jovens, quase sempre do sexo masculino e alfabetizados que emigravam bem providos de contatos estabelecidos anteriormente. Desde jovens, eram preparados por familiares para tornar o ato de emigrar uma decisão profissional, uma carreira<sup>54</sup>. O segundo grupo era o de homens adultos, às vezes casados, que partiam para o Brasil para exercer funções que outrora atuaram em seu país natal em momentos de boom econômico no país de destino<sup>55</sup>. O terceiro grupo é formado pela emigração familiar, que em alguns casos poderia indicar uma situação drástica ou desesperança com a situação corrente, tornando a decisão de emigrar uma chance de recomeço<sup>56</sup>. Boa parte desses grupos escolheram o Rio de Janeiro, principalmente as áreas urbanas da cidade.

A emigração portuguesa feminina é um caso diferente. As mulheres portuguesas vinham em menor quantidade que a masculina e as possibilidades de trabalho para as solteiras eram escassas. É bastante marcada a ligação entre as portuguesas e a prostituição. Mas, não há evidências da existência de uma rede organizada de prostituição. Existiam casos parecidos com a trajetória apresentada anteriormente, onde a falta de oportunidades no mercado de trabalho para mulheres as fez recorrer a esse recurso. Também ocorreu casos de mulheres que exerciam dupla função nas fazendas, trabalhavam como criadas e ao mesmo tempo exerciam o trabalho sexual. No caso das mulheres casadas, elas poderiam trabalhar nas fábricas e fazendas<sup>57</sup>.

---

<sup>53</sup> LEITE, J. C., 2004, op. cit.

<sup>54</sup> LEITE, J. Costa, 1999, op. cit.

<sup>55</sup> Ibidem.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> SILVA, M. B. N., 1986 – "A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil". *Análise Social*. Vol. XXII, n.º 92-93, p. 653-659.

### 1.3 Transição da Monarquia para a República em Portugal

A passagem do século XIX para o século XX em quase todo o ocidente europeu foi palco de transformações impulsionadas pelo movimento do capital. O capitalismo concorrencial deu lugar ao capital financeiro, à segunda revolução industrial e à época do imperialismo, ocasionando uma reordenação da ordem política mundial. Concomitantemente, abriu espaço para uma convulsão de revoluções sociais que aconteceram no século XX<sup>58</sup>.

A crise dos sistemas liberais do século XIX foram potencializadas pela atuação de novos atores que ascenderam neste período de transição. Havia um inédito levante de massas na política, fruto da emergência de novas classes, grupos sociais e partidos políticos nascidos no último quarto do século com raízes na industrialização e crescente urbanização. Esses atores eram portadores de reivindicações sociais e possuíam projetos não só de classes, mas universais que entravam em choque com a visão de mundo das elites oligárquicas<sup>59</sup>.

Deste modo, tinha uma pressão vinda de “baixo”, originada do mundo do trabalho, das pequenas burguesias urbanas, de suas elites intelectuais, das profissões liberais. Junto a esses, vinha as pressões da parte de cima da pirâmide social. Os grupos situados na parte de cima da sociedade eram formados pelos setores tradicionais da oligarquia e os novos que eram portadores de projetos modernizantes. Sobretudo, em países da periferia do capitalismo europeu, como Portugal e Espanha, que possuíam economias menos desenvolvidas.

Em Portugal, o processo de industrialização ao final do século XIX foi lento, mas seguro, concentrou em Lisboa e seu arredores, a formação de um proletariado moderno. Esses trabalhadores portugueses no contexto de agitação revolucionária estavam em situação de precariedade. Viviam em condições habitáveis vulneráveis, sujeitas a longuíssimas jornadas de trabalho, sem segurança no emprego, salários com baixíssimo poder de compra e sem qualquer tipo de proteção social garantida pelo estado monárquico. Contavam apenas com a organização deles próprios via associativismo para garantir direitos que julgavam como básicos. No que concerne aos direitos civis, os trabalhadores portugueses eram na maior parte analfabetos. Desta forma, desde 1875 estavam excluídos do sistema eleitoral. Essa condição

---

<sup>58</sup> ROSAS, F. “*A crise do liberalismo oligárquico em Portugal*”. In: *História da I República*, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 15.

<sup>59</sup> *Ibidem*, p.16.

era vista por outros trabalhadores organizados em outras partes da Europa como o exemplo da exploração capitalista em si mesma<sup>60</sup>.

A pequena burguesia era composta por profissionais liberais tradicionais e as novas profissões emergentes – novas no período (engenheiros, arquitetos, “comercialistas”). Junto ao operariado, essas profissões formaram a base da plebe de Lisboa que compôs a espinha dorsal do revolucionarismo republicano. Apesar de ocupações muito diferentes, sob o ponto de vista da situação econômico e social, pouco se diferenciavam, permitindo que esses diferentes núcleos da economia portuguesa se aliassem.

Na outra posição da pirâmide social, a Monarquia também desagradava. As elites portuguesas não estavam contentes com a situação em que se encontrava a governança. Na vida cotidiana lusitana, um quadro de instabilidade política se expressava, havia caos parlamentar, clientelismo e corrupção. Isto em meio uma crise econômica que se arrastava por mais de uma década. Neste cenário, as elites políticas ligadas aos meios conservadores e aos grupos de posse se uniram em torno de uma ideia de “ordem”, que significava:

Um Estado dotado de estabilidade, autoridade e capacidade para impor a nas ruas, na vida econômica, nas finanças e na administração. Um Estado que, mais ou menos elaboradamente, se começa a redefinir no quadro de sistemas de valores alternativa e fortemente críticos dos fundamentos do poder político liberal<sup>61</sup>.

Para além das condições materiais, o republicanismo foi a ideologia que conseguiu unificar a insatisfação das diferentes camadas urbanas da sociedade portuguesa excluídas ou marginalizadas do sistema. Ela conseguiu o feito de seduzir desde operários organizados em movimentos socialistas e libertários até profissionais liberais mais intelectualizados. Essa foi a base social do Partido Republicano Português e do republicanismo português em geral, visto no momento como a solução para a exclusão e humilhação sentida por esses atores sociais<sup>62</sup>.

Os vários governos monárquicos do final do século XIX ao início do XX em meio a crises políticas (provocadas pelas contradições do país e o *ultimatum*) e financeiras (pela crise do sistema financeiro internacional) não tiveram os meios necessários para definir uma estratégia de desenvolvimento econômico. O caminho não era claro, havia duas propostas em debate na discussão pública. A primeira foi a lei de fomento rural, projeto que defendia a especialização do país na produção agrícola. Em tese, para os partidários desta linha, Portugal

---

<sup>60</sup> Ibidem, p.17.

<sup>61</sup> Ibidem, p.20.

<sup>62</sup> Ibidem, p.19.

não tinha os recursos necessários, sejam eles de ordem natural ou capital, faltavam as bases para se industrializar. Logo, o caminho adequado era encontrar a via do seu desenvolvimento na terra e nos frutos que dela pudessem colher. Os opositores deste argumento, enfatizavam a importância da industrialização em terras lusitanas. Para eles, era necessário passar por uma “idade do ferro”, caminho que as nações mais desenvolvidas tiveram que passar para alcançar um papel hegemônico na economia capitalista europeia<sup>63</sup>.

O argumento vencedor foi o fisiocrático, tendo em 1891 um representante na pasta da fazenda. Entretanto, isto não significou ausência de fábricas em Portugal. Ocorreu um desenvolvimento industrial concentrado na região de Lisboa, com a chegada de várias novidades no campo do transporte, técnica, engenharia. O significado foi que de maneira geral, a industrialização até 1910 não estava na ordem do dia na política do planejamento econômico da nação portuguesa. O resultado, sob um ponto de vista global da economia portuguesa, foi a imagem de estagnação de um país com cerca de 5,5 milhões de habitantes, pobre, rural e predominantemente analfabeto, com 78% da população sem acesso à educação básica<sup>64</sup>.

Portanto, pressionada por baixo pelos trabalhadores que se organizaram em prol de melhorias nas condições de vida onde viam a República no horizonte como uma possibilidade de inclusão na vida política. Assim como que eram pressionadas por cima pelas elites políticas, em defesa de uma noção de ordem a partir do Estado. A Monarquia atolada em dívidas não conseguiu controlar o ímpeto republicano, que se materializou no Partido Republicano Português.

Desta maneira, do dia 3 de outubro até o dia 5 do mesmo mês de 1910, esses grupos que faziam oposição ao governo se juntaram aos membros do Partido Republicano Português para fazerem o assalto que pôs fim a uma monarquia secular. A ação foi concluída por um grupo de homens formados por militares de baixa patente e civis que bombardearam o Rossio e o Palácio das Necessidades expulsando o rei de Lisboa para Mafra e posteriormente para a Inglaterra, no dia 4 de outubro<sup>65</sup>.

Às 8 horas da manhã do dia posterior, o encarregado de negócios da Alemanha em Lisboa solicitou a Machado Santos (um dos líderes republicanos) uma trégua. Com a

---

<sup>63</sup> ROLLO, M. F. "*Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema*". In História da I República, Coordenação com Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 36.

<sup>64</sup> Ibidem, p.39.

<sup>65</sup> SERRA, J.B. "*O 5 de Outubro*". In História da I República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p.56

negociação, estiararam uma bandeira branca em Lisboa que foi mal interpretada pela multidão que estava nas ruas como o sinal de tomada das forças republicanas. Ao notarem a bandeira estiada, julgaram como consumada a captura da Monarquia e então marcharam por toda a região da Baixa de Lisboa. Este acontecimento inviabilizou qualquer possibilidade de retomada militar das forças legalistas, resultando na rendição do quartel general. Por fim, por volta das 10 horas, no Paço do Conselho da Câmara Municipal de Lisboa, a República foi proclamada<sup>66</sup>, evento que foi influente no aumento do fluxo emigratório português para o Brasil.

#### 1.4 Os Portugueses na Ilha das Flores

Tabela 2 - Movimento imigratório português na Ilha das Flores para o Rio de Janeiro e outras regiões do Brasil (1901-1914)<sup>67</sup>

<b>ANO</b>	<b>P.I HIIF</b>	<b>P.E RJ</b>	<b>P.E OUTROS</b>
<b>1901</b>	719	33	686
<b>1902</b>	160	24	136
<b>1903</b>	3394	136	3258
<b>1904</b>	0	0	0
<b>1905</b>	0	0	0
<b>1906</b>	81	0	0
<b>1907</b>	172	8	164
<b>1908</b>	51	5	46
<b>1909</b>	289	19	270
<b>1910</b>	116	21	95
<b>1911</b>	5549	1120	4429
<b>1912</b>	5351	1208	4143
<b>1913</b>	4860	606	4254
<b>1914</b>	90	32	58
<b>TOTAL</b>	<b>20832</b>	<b>3212</b>	<b>17620</b>

Fonte: Livros de Registro de 1901-1914

Infelizmente, durante o período de 1901-1914, não tivemos a oportunidade de comparar os números da imigração portuguesa na Hospedaria com os números de entrada de portugueses no Porto do Rio de Janeiro. Neste recorte, os dados relativos ao número de portugueses no Porto estão incompletos devido ao funcionamento das políticas migratórias

<sup>66</sup> Ibidem p.57

<sup>67</sup> P.I HIIF significa portugueses ingressos na Ilha das Flores. P.E.RJ significa portugueses egressos para o Rio de Janeiro. P.E Outros significa portugueses egressos para outras regiões.

descentralizadas no Brasil, consequência dos desdobramentos da política nacional durante a transição do governo monárquico para o republicano.

Na Tabela 2, estão listados os números referentes ao período de 1901 a 1914. Optamos por focar nesse intervalo temporal dentro do contexto da Grande Imigração devido à existência de um artigo sobre a imigração portuguesa na Ilha das Flores no final do século XIX, que aborda a relação dos imigrantes portugueses com a Hospedaria.

A respeito da presença portuguesa na Ilha das Flores no final do século XIX, Reznik, Nascimento e Costa em “Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892).<sup>68</sup>” salientam que o fluxo migratório português entre 1883-1892 teve uma relação diferente com a Hospedaria da Ilha das Flores se comparado com outros grupos étnicos numerosos. Ao compararem os números de ingressos na Hospedaria com os números de entrada de portugueses no Porto do Rio de Janeiro, notaram que uma parte pequena usufruía da Hospedaria da Ilha das Flores. Em números, essa condição se traduziu em 115.908 portugueses registrados no Porto e somente 32.756 ingressantes na Ilha das Flores, dados que os colocavam como o segundo grupo étnico mais numeroso da Hospedaria, mesmo sendo a maior comunidade imigrante do Rio de Janeiro. Além disso, a partir de fontes de trajetórias pessoais, eles desenvolveram uma hipótese acerca de um tipo de perfil do imigrante português da Ilha das Flores que se difere do imigrante português tradicional da Grande Imigração. Alguns imigrantes que se abrigaram na Hospedaria, ao invés de assentarem-se em áreas urbanas e trabalharem nas profissões típicas dos lusitanos (padeiros, jornaleiros, comerciantes) contando com a ajuda de seus conterrâneos já estabelecidos que os forneciam informações, laços afetivos e empregos, eles procurariam a Hospedaria da Ilha caso não tivessem acesso aos benefícios que as cadeias migratórias poderiam fornecer. Ou então, seriam aqueles que tinham como objetivo trabalhar nas regiões do interior do Rio de Janeiro. Desta maneira, usariam a Hospedaria como entreposto para o meio rural<sup>69</sup>.

Nesta tabela, temos a imigração portuguesa na Hospedaria em dois contextos diferentes, os recortes de 1900-1907 e de 1907-1914. O Primeiro é caracterizado por um período de baixa na imigração em geral. O segundo é o momento de retomada das políticas

---

<sup>68</sup> REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N.; COSTA, J. C. O. *Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892)*. Revista Portuguesa de História, v. 50, p. 89-108, 2019.

<sup>69</sup> Ibidem.

públicas centralizadas na União, medida que foi fundamental para o reflorescimento da Hospedaria, que recebia progressivamente menos imigrantes após a descentralização.

As medidas descentralizadoras que afetaram a imigração na Hospedaria, melhor, que afetaram os deslocamentos em praticamente todo o país, foi resultado da proclamação da República. Com a troca de regime no Brasil, evento marcado por tensões e conflitos políticos por causa da instabilidade política de construir um novo Estado, as oligarquias estaduais forçaram um maior espaço na estrutura política que estava se construindo e essa ação perturbou concretamente a entrada e saída de estrangeiros. Já que gradualmente a União foi passando seus antigos deveres para os estados e o setor privado<sup>70</sup>.

A partir da nova condição, cada estado passou a se responsabilizar pela atração de mão de obra imigrante de acordo com a sua necessidade. Todavia, eles tinham um desenvolvimento desigual. Portanto, capacidades de atração desiguais. Esse cenário abriu espaço para um predomínio da imigração para São Paulo, que estava com a economia aquecida pelo sucesso da produção cafeeira. Desta forma, os cafeicultores sugaram quase todo o fluxo imigratório que escolhia o Brasil como destino. O mesmo fenômeno que prejudicou os estados, prejudicou o fluxo que seguia para a Ilha, já que os estados precisaram aumentar o esforço para conseguir atrair imigrantes. Em razão disso, tornou-se uma necessidade construir locais adequados para receber e controlar a entrada de pessoas. Logo, se espalharam hospedarias estaduais por diferentes regiões do país<sup>71</sup>.

Em 1907, houve uma reformulação tanto da Hospedaria da Ilha das Flores, quanto nas políticas imigratórias. Como que nenhum estado além de São Paulo conseguiu construir uma estrutura eficiente para atrair mão de obra imigrante, A União passou a ser responsável por:

introduzir imigrantes que, sob o patrocínio dos Estados, fossem localizados, como proprietários, em núcleos que os governos estaduais resolvessem fundar por conta própria, ou por contrato com proprietários de terras. A todos esses imigrantes eram garantidos os serviços de desembarque, recepção, hospedagem, alimentação, tratamento médico e medicamentos, no caso de doença, pelo tempo necessário, até seguirem para a localidade de sua escolha [...] segundo o decreto, cabia, ainda, a União o transporte dos imigrantes espontâneos ou introduzidos à custa do governo federal até o seu destino final, fosse por vias férreas, marítimas ou fluviais. O decreto destacava que todos esses serviços – desde o desembarque até o destino final – “merecem assíduos cuidados da administração pública, sendo eles sempre cercados de todo o desvelo e atenção”<sup>72</sup>.

---

<sup>70</sup> COSTA, J. Op. cit., p.71.

<sup>71</sup> Ibidem, p..73-74.

<sup>72</sup> Ibidem. p.84-85.

Feito o contexto da relação da Hospedaria com as políticas públicas, voltamos para a tabela. Notamos que nos primeiros anos de 1901-1907, anos de políticas descentralizadas, somente o ano de 1903 possui números na casa dos milhares de imigrantes. Cerca de 3394 portugueses. Números expressivos que foram puxados para cima pela imigração por dois estados, São Paulo e Minas Gerais, sendo esse primeiro, aquele que registrou maiores números. Em contrapartida, quase não há lusitanos que se direcionaram para o Rio de Janeiro. 1901 foi o segundo ano com maior número de entradas nesta conjuntura, registrou-se 719 entradas, números elevados por conta da imigração para São Paulo.

Acerca dos destinos, ao compararmos a imigração portuguesa do Rio de Janeiro com outras regiões, vemos que mesmo sendo o local com maior presença portuguesa, a Capital não era o destino principal escolhido pelos imigrantes portugueses ingressos na Hospedaria. Na verdade, não só não era o principal, como havia uma diferença exorbitante em comparação com a imigração para São Paulo.

O fenômeno da presença não tão numerosa de portugueses na Hospedaria da Ilha das Flores, assim como os número tímidos dos que se destinaram para a capital do país já foi explicado por Reznik, Nascimento e Costa. Os imigrantes portugueses que tinham como destino a Capital, não precisavam da recepção fornecida pela Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores, porque as cadeias migratórias portuguesas na capital do Rio de Janeiro substituíram este papel. A Hospedaria oferecia, abrigo, transporte e ajudava com alocação em postos de trabalho, funções que as próprias cadeias migratórias poderiam fornecer. Era possível conseguir um local para ficar com algum parente, amigo ou conhecido que havia imigrado para o Brasil anteriormente. Estas mesmas pessoas conseguiriam arrumar um emprego para o novo imigrante, já que os estabelecidos, possuiriam emprego ou até o próprio negócio. Portanto, as cadeias migratórias que fomentaram a imigração portuguesa na capital do Rio de Janeiro eram as mesmas que esvaziavam a Ilha das Flores.

Desta forma, neste período, os portugueses em sua maior parte usaram a Hospedaria apenas como ponto de passagem para outros estados. Os principais foram São Paulo e Minas Gerais, mas ocorreu a ida de lusitanos ingressos na Ilha das Flores para quase todas as regiões do Brasil<sup>73</sup>.

Relativamente aos outros anos, há datas em que as entradas foram baixíssimas, fruto das políticas descentralizadas. Esses números baixos não foram um fenômeno isolado na Hospedaria, mas foi uma questão geral no país. É interessante notar que estas mesmas

---

<sup>73</sup> É possível encontrar nos livros de registro imigração para diversos como: Ceará, Paraíba, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo, Amazonas, Mato Grosso, Pernambuco, Goiás, Pará e Bahia.

oligarquias que tiraram atribuições da União relativas à atração de trabalhadores europeus, optaram por incumbir a União o papel de organização de uma política migratória capaz de atrair braços para outras regiões do país.

De 1907-1914 temos um outro momento. Como já foi exposto, em 1907 ocorreram alterações nas políticas migratórias brasileiras. Neste seguimento, a Hospedaria foi reformada para receber o fluxo imigratório que voltou a crescer neste momento<sup>74</sup>.

Sobre a presença portuguesa, notamos que os aumentos de entradas foram baixos de 1907 até 1910. No entanto, nos anos posteriores, registraram-se aumentos exponenciais na entrada de portugueses. Este ciclo foi o auge da imigração portuguesa no Brasil e o auge da emigração portuguesa, sendo o ano de 1912 o ano com a maior saída de portugueses.

Ainda não há um consenso sobre o que tornou o ano de 1912, o período com a maior saída de portugueses de sua terra natal. Há alguns fatores discutidos, mas não está em nossa alçada explicar o complexo fenômeno, assim como não é nosso objeto.

Nesta conjuntura, discute-se o papel do fim da Monarquia e a fundação do primeiro regime republicano em Portugal. É preciso relativizar o papel da convulsão política, já que ocorreram outros momentos de tensão política e elas não geraram avalanches de pessoas saindo de Portugal. Claro que a convulsão social contribuiu em alguma medida, mas ela por si só não esgota a questão. Além disso, há autores que pensam que há na questão religiosa uma chave para entender esse clímax do movimento emigratório português<sup>75</sup>. Neste sentido, em uma população fortemente católica, uma rápida ruptura entre Estado e Igreja poderia ter gerado uma insatisfação da população com os rumos do país<sup>76</sup>.

Esta posição foi feita a partir do testemunho feito por Marnoco e Sousa no ano de 1917:

De 1910 para cá outros factores entraram em cena a imigração pulou em todo o país para 49.560 em 1911, e para 77.745 em 1912. já não é então a citada Lei de Cauderlier que a pode explicar. São outras as causas. São políticas e religiosas. Uma revolução que tenha por consequência uma mudança de instituições produz necessariamente emigração. Assim tem acontecido em todas as revoluções políticas. Considerando os cidadãos suficientemente garantidas numa forma de governo nova, as condições da sua existência, emigram para evitar opressões e arbitrariedades, naturais em adverso regime político foi o que aconteceu nas épocas agitadas de 1822-1826 e de 1828-1934, não devendo surpreender ninguém que o mesmo tivesse

---

<sup>74</sup> COSTA, J. Op. cit., p.,89.

<sup>75</sup> MENEZES, L. M. A “onda” emigratória de 1912: dos números às trajetórias. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda Santos de. Nas duas margens. os portugueses no Brasil. Porto/Portugal: ed. Afrontamento 2009, p.240.

<sup>76</sup> Ibidem.

acontecido com a revolução última de 5 de outubro. Fugiu-se às perseguições, que acompanham ordinariamente as convulsões políticas, mas, ainda mais que as causas políticas, influíram talvez na extraordinária emigração, que se seguiu ao estabelecimento da república, as causas religiosas. Foram os sentimentos religiosos profundamente feridos pela separação da Igreja e do Estado. A maneira brusca como a separação se decretou alheou da república uma grande parte da população portuguesa católica<sup>77</sup>.

Podemos especular ainda se houve uma contribuição estrutural, já que não foi só um período de altas taxas de emigração em Portugal, mas um período de alta da emigração europeia em geral. O ano posterior, 1913, foi o pico de deslocamentos da Europa em direção ao continente americano.

De 1911-1913 temos 15.760 imigrantes, registros que representaram cerca de 75% de toda a imigração portuguesa na Ilha neste recorte. Desse total, apenas 2934 desses portugueses tinham como destino o estado do Rio de Janeiro, cerca de 18%. Se fizermos o mesmo cálculo anualmente veremos que em 1911, 1912, 1913 a imigração para o Rio de Janeiro foi respectivamente equivalente a 20%, 22%, 12%.

Ao examinarmos esses números, notamos que mesmo com números maiores, os lusitanos ingressos na Hospedaria não necessariamente tinham o Rio de Janeiro como destino preferencial mesmo com a Hospedaria da Ilha sendo localizada lá. Desta forma, defendemos que a maior parte dos imigrantes neste recorte temporal, a usavam para conseguir transporte para outros estados. Principalmente São Paulo, responsável por absorver a maior parte da imigração portuguesa que usou os serviços da Hospedaria da Ilha das Flores. O interessante é que, mesmo havendo a Hospedaria de Imigrantes de São Paulo, muitos imigrantes optaram por fazer o trajeto inicial chegando ao Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro e se hospedando na Ilha das Flores, para depois seguir rumo a São Paulo, usufruindo de transporte gratuito. Além disso, foi comum observar casos de movimentação entre hospedarias. Temos conhecimento de que alguns desses imigrantes que se dirigiram a São Paulo passaram por ambas as hospedarias, tendo como destino provável as fazendas de café do interior paulista.<sup>78</sup>

Dos 4.860 imigrantes que passaram pela Hospedaria da Ilha das Flores, encontramos a trajetória de um imigrante português que teve muita relação com o contexto de convulsão social em Portugal.

<sup>77</sup> MARNOCO E SOUSA, A. J. F. Tratado de economia Política. In: Joel Serrão e outros, Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa, Lisboa, 1976, p 165.

<sup>78</sup> A Hospedaria de imigrantes de São Paulo foi uma Hospedaria fundada pelo Estado de São Paulo, em 1888, localizada no Bairro do Brás. A hospedaria foi criada sob três pilares, Recepção, triagem e encaminhamento. O objetivo era suprir a demanda por braços após o fim da utilização da mão de obra escrava com imigrantes, tendo como foco as fazendas de café no interior do estado. Cf. PAIVA, O. C.; MOURA, S. *Hospedaria de imigrantes de São Paulo*. São Paulo: Paz e Terra. 2008.

Thomaz Ribeiro Diniz morava em Marinha Grande, onde exercia a função de vidreiro em Portugal. Lá enfrentou problemas no seu convívio social, devido ao seu ativismo sindical. Por causa de sua militância, sua situação tornou-se insustentável em relação ao trabalho como vidreiro em sua região. Portanto, escolheu emigrar para o Brasil junto com a sua esposa Leonilde e seus quatro filhos. Embarcou no vapor Liger em Lisboa, chegando ao Brasil no dia 1 de janeiro de 1913. Ao chegar no outro lado do Atlântico, a família Diniz se hospedou na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores e de lá se deslocou para São Paulo, morando no Bairro do Belenzinho, junto a parentes. Em São Paulo, voltou a exercer a profissão que exerceu anteriormente em Portugal e sua esposa montou uma pensão de comidas portuguesas que era bem conhecida na região. Alguns anos depois, Thomaz e Leonilde mudaram-se para o Rio de Janeiro para ficar perto de muitos amigos portugueses. depois de alguns anos no Rio, voltaram para São Paulo, onde viveram até o resto de suas vidas<sup>79</sup>.

A proclamação da República em Portugal gerou esperanças nos trabalhadores que almejavam a possibilidade de inclusão na vida política e condições socioeconômicas melhores. Porém, os proletários organizados politicamente não tiveram suas demandas atendidas mesmo sendo participantes ativos do processo político. Os salários pouco aumentaram no governo republicano por causa da emigração em massa como nunca ocorreu antes<sup>80</sup>. Conseqüentemente, a trajetória de Thomaz Diniz Ribeiro nos mostra essas aspirações, um português que lutou por melhores condições de trabalho para a sua categoria e que decidiu emigrar para recomeçar a vida, tendo em vista que sua posição política o impossibilitou de prover a sua família. Assim como ele, outros lusitanos tiveram trajetórias parecidas neste período de grande aumento de deslocamentos de portugueses de 1911-1913.

Tabela 3 - Movimento da imigração portuguesa no Rio de Janeiro de 1901-1914<sup>81</sup>

<b>ANO</b>	<b>P.E RJ</b>	<b>CAPITAL</b>	<b>INTERIOR</b>
<b>1901</b>	33	3	30
<b>1902</b>	24	0	24
<b>1903</b>	136	0	136
<b>1904</b>	0	0	0
<b>1905</b>	0	0	0
<b>1906</b>	0	0	0
<b>1907</b>	8	2	6
<b>1908</b>	5	0	5

<sup>79</sup> BRAGHIROLI, M. “Sabores e Aromas ... Ai que Saudades eu Tenho”. Edição do Autor, 2011, Rio de Janeiro.

<sup>80</sup> PEREIRA, D. “A sociedade”. In: História da I República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 90.

<sup>81</sup> P.E significa Portugueses Egressos para o Rio de Janeiro.

<b>1909</b>	19	9	10
<b>1910</b>	21	9	12
<b>1911</b>	1120	940	180
<b>1912</b>	1208	993	174
<b>1913</b>	606	454	142
<b>1914</b>	32	1	21
<b>TOTAL</b>	<b>3212</b>	<b>2411</b>	<b>740</b>

Fonte: livros de registro de 1901-1914

Escolhemos separar os destinos em dois grupos, Capital e Interior do Rio de Janeiro. A Capital era a cidade do Rio de Janeiro, capital do Brasil naquele momento. O que chamamos de interior é a aglutinação dos diversos destinos tirando a Capital e Niterói. Decidimos retirar Niterói dessa classificação de Capital e Interior, pelo fato de Niterói ser um caso à parte. A escolha justifica-se por Niterói não ser a Capital e por não possuir as características parecidas com os lugares que classificamos como Interior. Como as regiões que compõem o Vale do Paraíba. Niterói, ao final do século XIX e início do XX, passou por um processo de modernização e urbanização que a forneceu características mais próximas da Capital do que o interior do Rio de Janeiro. Por conseguinte, os trabalhos que os lusitanos ocupavam são parecidos com o que eles exerciam na Capital<sup>82</sup>. Cabe ressaltar, que o fluxo de imigrantes portugueses da Ilha das Flores para Niterói foi muito baixo.

Na tabela 3 temos a imigração portuguesa na Ilha das Flores que teve como destino o estado do Rio de Janeiro. Nota-se nos dados acima que de 1901-1910, houve raras entradas de portugueses na Ilha para o Rio de Janeiro. Mesmo o ano de 1903 tendo registrado uma boa quantidade de portugueses na Hospedaria, o Rio continuou sendo um destino pouco procurado pelos ingressos. Ao analisarmos os destinos neste período, veremos que a maioria (partindo de um espaço amostral pequeno) seguia para o interior do Rio de Janeiro. Regiões como Cantagalo, Vassouras, Valença, Barra do Piraí, recebiam esses estrangeiros que rumavam para o trabalho rural, parecido com a trajetória da família Gonçalves.

A família Gonçalves chegou ao Brasil em 25 de novembro de 1899 em busca de oportunidades melhores do que Portugal dispunha naquele momento. A família Gonçalves é originária da região de Trás-os-Montes, no Norte de Portugal. Lá viviam em uma pequena aldeia rural, exercendo atividades em torno da agricultura de subsistência, assim como serviços sazonais em outras localidades. Ao final do século XIX, esta aldeia isolada integrou-se relativamente com o centro de Portugal, por causa da criação de ferrovias na região Sul de

<sup>82</sup> NOGUEIRA, A. M. M. *Como nossos pais: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado. Niterói UFF, 1998, p.33.

Bragança, que aliada às crises de caráter estruturais, gerou um forte movimento de emigração na região. Nesta corrente que João Antônio Gonçalves e Clementina Maria, junto com os seus filhos, Maria das Graças, João Antônio, José Manoel, Domingos foram “fazer a América”. Ao chegarem ao Brasil, tiveram curta passagem pela Hospedaria da Ilha das Flores porque chegaram com contrato de trabalho acertado com a fazenda Santa Rita, localizada na região do Cantagalo. Essa propriedade era da família Clemente Pinto, que gozava de muito prestígio no Império<sup>83</sup>.

No período de 1911-1913, pico da imigração portuguesa no Brasil, tivemos algumas diferenças. A primeira, obviamente, é o número de imigrantes para o Estado do Rio de Janeiro ter sido bem maior que os anos anteriores somados. A segunda questão é que o incremento nas entradas de imigrantes não se concretizou em um aumento exponencial de imigrantes portugueses se deslocando para o interior do Rio de Janeiro. Aconteceu o oposto, os números de imigrantes para a capital do Rio de Janeiro aumentaram. Dos 2934 imigrantes que se destinaram para o Rio de Janeiro neste recorte, 2387 seguiram para a Capital, cerca de 81% da imigração portuguesa contra 19% seguindo para as regiões do interior do estado.

No ano de 1914, houve uma grande diminuição nas entradas de lusitanos, decorrente da eclosão da Primeira Guerra Mundial, evento que ocasionou uma diminuição significativa não apenas da imigração portuguesa, mas do movimento imigratório europeu em geral. No entanto, isso abriu as portas para uma chegada mais expressiva de imigrantes do continente asiático. É interessante notar que quando o número de imigrantes para o Rio de Janeiro não era massivo, a imigração para o meio rural era um destino mais procurado do que a capital do Rio de Janeiro.

Portanto, acreditamos que, neste recorte analisado, houve duas tendências. A primeira é que em períodos de baixa entrada de lusitanos destinando-se ao estado do Rio, as regiões que compõem o interior do Rio de Janeiro foram as mais procuradas. Desta forma, os imigrantes utilizavam a Hospedaria como entreposto para o meio rural, usufruindo dos benefícios de receber transporte gratuito para o local de trabalho desejado. A segunda tendência seria que, em períodos de entrada massiva de lusitanos que desejavam estabelecer-se no estado do Rio de Janeiro, a maior parte desse fluxo imigratório tinha o desejo de ocupar a Capital.

---

<sup>83</sup> Depoimento de Eden Gonçalves para Julianna Costa. Rio de Janeiro. 2016. Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

## 2 IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NA ILHA DAS FLORES NA DÉCADA DE 1920

### 2.1 Emigração Portuguesa para o Brasil

O deslocamento de portugueses para o Brasil foi um processo estrutural cuja origem remonta ao período colonial. No entanto, foi na segunda metade do século XIX que os deslocamentos foram mais fortes. Deste período até a década de 1920 houve grandes mudanças em Portugal e no mundo. Da mesma forma, outras questões permaneceram. Não obstante, como diagnóstico geral, a emigração na década de 1920 foi um momento de transição para as mudanças abruptas que se seguiram nas décadas posteriores.

Entre os anos de 1911 e 1913 a emigração portuguesa sofreu seu pico emigratório, tendo uma estimativa de 63.000, 95.000 e 83.000 emigrantes portugueses nos respectivos anos de 1911, 1912 e 1913. É nítido que ocorreu um crescimento substancial da emigração se levarmos em consideração os anos anteriores, como o ano de 1910, que registrou 44.442 emigrantes, gerando efeitos demográficos significativos em Portugal<sup>84</sup>.

Com a Primeira Guerra Mundial, a emigração não só deixou de crescer, como praticamente cessou até a década de 1920, momento em que os fluxos migratórios transatlânticos foram reestabelecidos. Apesar disso, as taxas de saída de Portugal não se aproximaram novamente do pico, o crescimento foi irregular e influenciado por pequenas crises da economia europeia e portuguesa que afetaram concretamente a vida portuguesa<sup>85</sup>.

Durante a Grande Imigração, o elemento que incentivou os movimentos migratórios entre Brasil e Portugal era a vantagem salarial existente. Isto dependia de uma certa estabilidade do sistema cambial e do sistema financeiro internacional responsável por garantir a comparação e a transferência de remessas. Na década de 20, essas características se alteraram. A partir da segunda metade da década, o Brasil impôs medidas protecionistas<sup>86</sup>,

---

<sup>84</sup> TELO, A. J. 2020. “*A crise do liberalismo (1890-1930)*.” In História social contemporânea. Portugal 1808-2000, [org.] António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, 126-73. Rio de Janeiro: Objetiva, contemporânea p.128.

<sup>85</sup> Ibidem.

<sup>86</sup> Argumento defendido por Joaquim da Costa Leite que converge com a obra de Miriam Halpern Pereira em “A Política da Emigração Portuguesa (1850-1930)”. Ela argumenta que a partir de 1924 a estabilidade cambial que existia desaparece, portanto, medidas protecionistas brasileiras integradas em um movimento geral de restrição de circulação de capital foi a motivação do fim dos envios de remessas, afetando negócios e movimentos em ambos os lados do Atlântico. Cf. p.63.

restringindo a circulação de capitais. Essa condição influenciou todo o movimento e(i)migratório, tendo em vista que isso fez com que os emigrantes portugueses retornados a Portugal deixassem de receber as rendas dos empreendimentos que deixaram no Brasil, perturbando a relação nas duas comunidades, as economias, reduzindo contatos, viagens e migrações.

Apesar de uma conjuntura diferente na década de 1920, algumas das motivações para emigrar do século passado continuaram a ocorrer. Haja vista que, segundo Diogo Ferreira, a ruralidade que existia em Portugal no século XIX, permaneceu até o século XX. Desta perspectiva, apesar das transformações políticas portuguesas, as condições estruturais da vida social no campo que eram as responsáveis pela procura da emigração como alternativa de escape foram praticamente as mesmas 1875, 1910 e 1926<sup>87</sup>.

Neste sentido, o depoimento de José Bento Silveiras é um exemplo desta permanência, um emigrante oriundo de uma aldeia pobre do Norte de Portugal, saiu de sua terra natal bem jovem com contatos estabelecidos em 1927 por causa de uma desesperança com as oportunidades de conseguir uma vida confortável em Portugal:

Eu vim pelo seguinte, lá na Europa e eu acho que em outros países, a esperança é de um dia ...ininteligível... . Então, lá como não tinha recursos para poder evoluir, a minha mãe mandou, pediu para um ex-cunhado, daqui de São Paulo, para que mandasse uma carta de chamada para eu vir para aí. E ele mandou a carta de chamada para aqui. Mandou a carta de chamada para aqui e aí preparou tudo e eu embarquei lá para cá, no navio<sup>88</sup>.

Desta forma, os tipos de emigração portuguesa que existiam anteriormente, como a emigração como carreira; a emigração como forma de obtenção durante alguns anos de rendimento complementar e emigração como resposta a grande crise, estavam presentes na década de 20. Para além dos problemas relacionados a condição fundiária, pressão demográfica e baixo desenvolvimento industrial, o recrutamento obrigatório também era fator de repulsão. O depoimento de Maria Dominguez exemplifica a situação. Ela chegou ao Brasil em 1927 junto com a família com o objetivo de fazer o irmão escapar do serviço militar obrigatório. A possibilidade de servir nas colônias portuguesas na África era um elemento que amedrontava as famílias portuguesas:

veio porque meus dois irmãos iam fazer o serviço militar. Então, naquela época, quando faziam o serviço militar, Portugal era muito aliado com a África, então os

---

<sup>87</sup> FERREIRA, D. Brasil. *Porto de Esperança*. A Emigração do Porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929. CEPESE, 2019. p.56.

<sup>88</sup> Depoimento de José Bento Silveiras para Sônia Maria de Freitas, 2004. op. cit.

que iam não voltavam. Os que voltavam eram sem uma perna, sem um braço. Havia aquelas guerras lá, ainda hoje tem ... indo para Espanha, para aquela parte toda, para Marrocos, tudo aquilo. Então, todos eram convocados para lá, que já era a época deles fazerem o serviço militar. Então minha mãe, para meus irmãos não irem, porque quem ia não voltava, e se voltava, voltava aleijado, né. Meus irmãos, meu irmão Antônio e meu irmão Francisco estavam na época de fazer o serviço militar. Então, meu pai mandou uma carta de chamada e trouxe eles para cá, para eles não irem para a África, nem saírem de lá, né. E nós chegamos ... você quer dizer quando nós chegamos<sup>89</sup>

Expomos brevemente alguns fatores que estimulavam a vontade de emigrar de uma parte da população portuguesa utilizando um vocabulário oriundo dos modelos de *push and pull* – atração e refração. Todavia, não nos filiamos a interpretação puramente estruturalista. É preciso ter em mente o que a ação de emigrar não é apenas uma resposta da economia, mas é um fenômeno complexo, que envolve fenômenos políticos, econômicos, sociais, religiosos e afetivos, construído por sujeitos autônomos<sup>90</sup>. Em outras palavras “as migrações não acontecem em função exclusiva da necessidade ou oportunidade, mas sim da conjugação, situações concretas da necessidade com a oportunidade<sup>91</sup>.”

Durante esta parte do capítulo, vimos a conjuntura nacional portuguesa, bem como outros fatores que influenciaram a emigração na década de 20, recorte que nos arriscamos a classificar como um período de transição. Ele foi o momento em que se iniciou os processos que se consolidaram na década posterior. Estas características do movimento emigratório português na década também são questões conjunturais. Logo, outras nações europeias que forneceram braços para o continente americano compartilharam questões parecidas.

Os países com saídas em massa tenderam à uma diminuição da emigração transoceânica ao mesmo tempo em que houve o incremento das migrações para áreas internas do continente europeu. O ano de 1927 foi uma data marcante, pelo fato de ter sido recorte com mais deslocamentos de europeus para outros países do mesmo continente do que deslocamentos transatlânticos depois muito anos<sup>92</sup>. No outro lado do Atlântico, medidas restritivas para a chegada de europeus foram impostas. Os Estados Unidos foram a primeira

---

<sup>89</sup> Depoimento de Maria Dominguez para Sônia Maria de Freitas. São Paulo. 2002. Acervo: Biblioteca digital da biblioteca online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

<sup>90</sup> LEITE, J. C. 2004. Op. cit.

<sup>91</sup> LEITE, J. C. 2000. Op. cit.p.183.

<sup>92</sup> PETRONE, M. T. S. Imigração. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano - sociedade e instituições (1889-1930)* [S.l: s.n.], 2006.p.107.

nação a instituir medidas deste tipo entre os anos 1917 e 1924<sup>93</sup>, política que inspirou outras nações latino-americanas no final da década<sup>94</sup> e que arrefeceram a imigração transoceânica.

## 2.2 Imigração Portuguesa

Na tabela 4, apresentamos o registro da imigração, em particular pelo Porto do Rio de Janeiro, de algumas nacionalidades que foram importantes para a formação sociocultural brasileira no recorte temporal da década de 1920<sup>95</sup>. Possuímos somados nesses grupos étnicos cerca de 255.092 imigrantes de 441.906, são aproximadamente 58% de toda a imigração no período.

Tabela 4 - Proporção entre entrada no Porto do Rio e entrada na Ilha das Flores

PORTO		ALEMÃES		ESPAÑHÓIS		PORTUGUESES	
ANO	Total	Total	%	Total	%	Total	%
<b>1920</b>	40.508	2.991	7%	1.852	4%	22.277	55%
<b>1921</b>	29.385	5.515	19%	1.439	5%	11.542	40%
<b>1922</b>	34.831	3.512	10%	1.595	4%	18.786	54%
<b>1923</b>	39.276	4.413	11%	1.645	4%	20.154	51%
<b>1924</b>	40.711	12.997	31%	1.595	4%	14.196	35%
<b>1925</b>	29.372	2.350	8%	1.314	4%	13.049	44%
<b>1926</b>	67.163	4.020	6%	3.158	5%	22.334	33%
<b>1927</b>	34.163	1.552	4%	1.499	4%	17.496	51%
<b>1928</b>	82.061	4.228	5%	4.436	5%	33.882	41%
<b>1929</b>	44.498	1.401	3%	1.771	4%	20.935	47%
<b>TOTAL</b>	441.968	42.987	10%	20.304	4%	194.651	44%

Fonte Relatórios do Ministério da Agricultura. 1920-1929

O Porto do Rio de Janeiro foi a principal porta de entrada dos lusitanos no país. Este fenômeno tem origens seculares, mas destaca-se a vocação dos portugueses a se deslocarem para o Rio de Janeiro com a chegada da Família Real. Com a vinda da corte para o Brasil,

<sup>93</sup> Cf. BAINES, D. Op. cit.

<sup>94</sup> Ibidem p.107.

<sup>95</sup> A ausência de algumas nacionalidades não significa a diminuição da importância delas para a nossa identidade multicultural, como os italianos, árabes, austríacos, russos, etc. A nossa escolha se justifica pela limitação dos dados, poderíamos trabalhar com essas nacionalidades na tabela 4, todavia como nosso foco são os dados desses imigrantes na ilha das flores, não poderíamos continuar a compará-los nas tabelas seguintes quando adentrarmos no fluxo migratório português na Ilha das flores.

ocorreu uma transformação no universo cultural da Capital com a abertura dos portos e a criação de novos atrativos, elemento que deu aspectos cosmopolitas ao Centro do Rio de Janeiro<sup>96</sup>. Soma-se isto ao fato que brasileiros e portugueses tinham alguma proximidade devido a um longo período de colonização portuguesa em terras tupiniquins. Essas condições fizeram com que houvesse mais facilidade de adaptação em novo território. As consequências deste processo podem ser vistas nos conjuntos arquitetônicos e vida social com a presença de associações étnicas, assim como diversos tipos de comércios<sup>97</sup>. Entretanto, há de se imaginar que nem tudo eram flores. Pelo histórico da relação colonial no país, em alguns momentos do passado, sentimentos antilusitanos emergiram. Podemos destacar dois, o período de independência no Brasil em 1822 e em 1889. Durante a Primeira República, imigrantes portugueses foram colocados como culpados pela falta de emprego por parte da população brasileira. Principalmente pelo segmento mais pobre da população nacional, que não tinha clareza que a falta de emprego para os trabalhadores brasileiros era fruto de uma escolha política das elites brasileiras, que desde o período escravocrata depreciava a mão de obra nacional<sup>98</sup>. Em contrapartida, o português acusado de ser um ladrão de empregos era somente uma pessoa pobre, que tentava ganhar a vida como o trabalhador nacional que o discriminava. Desta maneira, há relatos de violência verbal e física contra imigrantes cometida por trabalhadores comuns. Essas ações de origem xenofóbicas tinham certa tolerância das forças policiais do Rio de Janeiro, porque faziam vistas grossas para as agressões direcionadas aos lusitanos. Em alguns conflitos, policiais até participavam dos atos discriminatórios e violentos<sup>99</sup>.

Todavia não devemos superestimar os efeitos do sentimento antilusitano no Brasil por dois motivos. O primeiro é que apesar da existência de casos como os citados no parágrafo anterior, não era incomum encontrar solidariedade entre trabalhadores de ambas as nacionalidades. Uma grande variedade de associações de origem portuguesa era aberta para adesões de brasileiros<sup>100</sup>, algumas foram fundadas em conjunto. Embora existisse um

---

<sup>96</sup> MENEZES, L. M. Op.cit p.69.

<sup>97</sup> Ibidem.

<sup>98</sup> Cf. EISENBERG, P. L. *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso agrícola de 1878* In: LAPA, J. R. do A. Modos de produção e Realidade Brasileira. Petrópolis: Vozes, 1980. 167-194.

<sup>99</sup> RIBEIRO, G. S. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2017.

<sup>100</sup> FONSECA, V. M. M. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Niterói: Muiraquitã, 2008.

componente endogâmico nos relacionamentos amorosos neste grupo étnico, lusitanos casavam-se com brasileiras e brasileiros casavam-se com portuguesas<sup>101</sup>. O segundo motivo era a presença de uma comunidade portuguesa forte, responsável por criar redes de contatos, que forneciam informações confiáveis, abrigo, emprego e relações afetivas, facilitando o confronto com as adversidades encontradas no fato empreenderem uma nova vida fora de sua terra natal. Portugal forneceu entre 1850-1930, milhões de braços para o Brasil. Dessa maneira, o antilusitanismo não foi um fator preponderante para cessar o fluxo imigratório português.

Ao observar as estatísticas da tabela 4, entendemos que em geral a entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro foi estável. Podemos afirmar que o saldo foi médio. Ela não estava tão baixa quanto nos anos pós 1914, assim como não estava perto do seu período de auge, de 1910-1914. As exceções são os anos de 1926 e 1928, sendo que 1926 é um ano de aberrações estatísticas.

No ano de 1926, houve um incremento substancial de nacionalidades que até então eram pouco numerosas na década. Os japoneses, romenos e lituanos tiveram saltos exponenciais neste ano. Em 1925, entraram apenas 1685 japoneses, no ano seguinte cresceu para 7.550 ingressos no Porto do Rio de Janeiro. Já o caso dos romenos, em 1925 entraram 246. No ano seguinte, desembarcaram 9.379 imigrantes, sendo de longe o maior número de entradas de romenos na década. Para termos uma noção de como foi atípico, no recorte de 1920-1929 com exceção de 1926, a entrada de romenos não passou das centenas. Por fim, os lituanos, cujos números eram bem tímidos. Ingressaram apenas 42 imigrantes em 1925, enquanto que no ano posterior, esse número cresceu para 4.903. A soma dos números de entradas dessas nações representou cerca de pouco mais de 32% da entrada de imigrantes no período.

O ano de 1928 foi a fase com o maior número de entradas de imigrantes, porém não avistamos tantas excepcionalidades estatísticas. Talvez o único grupo étnico que nos salte os olhos são os japoneses, já que novamente no ano de 1927 adentraram apenas 15 japoneses e no ano posterior, 11.169 imigrantes passaram pelo Porto. Esse foi o pico da década. Desta forma, 1926 e 1928 foram responsáveis por pouco mais de 90% das entradas de toda a década para este grupo étnico.

Esse período mais volumoso se explica não só pelos japoneses, mas também pelo aumento de entradas de várias nacionalidades. Existiu um crescimento grande de portugueses.

---

<sup>101</sup> KLEIN, H. S. *A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. *Análise Social*, Lisboa, n. 2, v. 28, 1993. p. 235-265.

A imigração espanhola teve um leve crescimento e a imigração alemã colocou bons números. Outras nacionalidades que não adicionamos a tabela, como os árabes, também colocaram alguns bons números, cresceram no ano de 1928<sup>102</sup>.

Acerca da imigração portuguesa, elas tiveram bons números, um volume parecido com o final do século XIX, mas nunca voltou a repetir os números do período dos últimos anos anteriores a guerra. As condições que existiam nos 1910-1914, que eram uma vantagem salarial de duas, três e até quatro vezes maior do que as mesmas profissões pagavam em Lisboa<sup>103</sup>, amparadas por um sistema financeiro internacional e cambial estáveis, já não existiam mais. Em Portugal, como vimos anteriormente, a estabilidade da economia foi um fator primordial para a segurança política da Primeira República. Porém, isto não aconteceu. Foram tempos de aumento do custo de vida e golpes de estado. Ao mesmo tempo, problemas que motivaram a emigração no século XIX ainda permaneciam, como a pobreza nos campos, a pressão demográfica e fuga do serviço militar obrigatório, elementos que agiam como fatores de repulsão.

Se o clima em Portugal não gerava muita animação para a população mais pobre, a existência de redes sociais formais e informais no Brasil abria uma esperança de ascensão econômica para o postulante a imigrante em um país portador de uma cultura emigratória. A existência de uma comunidade portuguesa estabelecida tornava o Brasil uma oportunidade para os imigrantes com mais vocação para os negócios<sup>104</sup>.

Uma outra questão que nos chama a atenção, retomando a questão da entrada de imigrantes no Porto do Rio de Janeiro, é que a partir de outubro de 1925, entrou em vigor um decreto com restrições para a imigração no Rio de Janeiro. Todavia, de maneira geral, a mudança na legislação que iremos apresentar a seguir influenciou pouco nas estatísticas de entrada no Porto. Nos relatórios há menções a poucas pessoas sendo proibidas de entrar no país. Nos relatórios ministeriais de 1929, foram apenas 66 imigrantes. Em contrapartida, o decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924 teve implicações significativas no funcionamento da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores.

O decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924 é crucial para entendermos a presença portuguesa na Ilha das Flores. Contudo, antes de olharmos para o evento, precisamos ter em

---

<sup>102</sup> Para saber mais sobre a imigração árabe no período e na Ilha das Flores Cf. REZNIK, L.; CARVALHO, C. *C.Imigração árabe e cadeias migratórias: um estudo de caso da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883- 1929)*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2020. Disponível em: <http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1046>

<sup>103</sup> LEITE, J. C. 2004. Op. cit.

<sup>104</sup> LEITE, J. C. 2003. Op. cit.

mente que assim como outros fenômenos das migrações, as políticas de imigração não são eventos isolados. Elas estão relacionadas com o que ocorre no mundo. Desse modo, uma parte das políticas brasileiras sofreram influências das políticas migratórias estadunidenses.

Os Estados Unidos da América foi o país que mais atraiu imigrantes para o continente americano. Sua posição de liderança na atração de imigrantes fez com que o país se tornasse uma referência no tema para outras nações que desejavam atrair braços europeus. Neste seguimento, o país teve um peso enorme nos rumos do movimento migratório transatlântico, já que suas políticas migratórias restritivas inspiraram políticas de mesmo caráter em outros países, inclusive o Brasil.

Durante a década de 20, duas políticas americanas foram importantes. A primeira é o *Immigration act of 1917*, também conhecida como “*The Immigrant Law of 1917*”, e a segunda é o *Immigration Act of 1924*, igualmente conhecida como “*The immigration Law of 1924*”. Ambas as políticas foram voltadas para a restrição da imigração<sup>105</sup>. Sobretudo, a imigração para as pessoas consideradas de “cor” dentro das normas raciais da sociedade americana.

A lei de imigração de 1917 impôs como condição uma série de medidas restritivas, como teste de alfabetização para maiores de 16 anos, que deveriam demonstrar alguma habilidade básica de compreensão; aumento da taxa a ser paga no momento de chegada e a exclusão de qualquer pessoa da área geográfica definida como “*Asiatic Barred Zone*”<sup>106</sup>, que barrava a imigração asiática. As exceções foram os japoneses e filipinos. Essas duas nacionalidades ficaram de fora da restrição devido às suas relações diplomáticas com os Estados Unidos. O Japão mantinha boas relações com os americanos, uma vez que desde 1907, o próprio Estado japonês já restringia a emigração para os Estados Unidos, graças a um acordo entre as nações. Os filipinos não foram barrados, uma vez que as Filipinas eram uma colônia americana. Portanto, sob um ponto de vista formal e legalista, eles eram considerados parte da nação, portadores de direitos, incluindo o de poderem viajar livremente pelos Estados Unidos.<sup>107</sup>

A Primeira Guerra Mundial deixou como herança um nacionalismo avesso a imigração na sociedade americana. Por conseguinte, o congresso americano estipulou em

---

<sup>105</sup> Inclusive, esse é um dos argumentos que Baines utiliza como um dos motivos principais para o fim da migração transatlântica em massa. Cf. BAINES, Op.cit.

<sup>106</sup> A China não estava incluída na *Asiatic Barred Zone*, todavia a imigração chinesa não era bem vista. Logo sofria restrições, mesmo não estando inclusa nos atos.

<sup>107</sup> Office of Historian. <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>> .Acesso em 10 jul. 2022.

1921, cotas numéricas para a imigração, medida que colocava fim ao tempo da imigração livre oriunda da Europa, assinalando uma cota de 350 mil imigrantes anuais<sup>108</sup>.

O Ato de imigração de 1924 aprofundou essas medidas restritivas, diminuindo a cota para 150 mil imigrantes por ano, cerca de quinze por cento da média que o país recebia antes da Primeira Guerra Mundial. As cotas eram estipuladas de acordo com a proporção da importância numérica que a nacionalidade correspondia na sociedade americana<sup>109</sup>. Além disso, a lei de imigração de 1924 incluiu a proibição da entrada de qualquer estrangeiro que estava excluído por virtude de raça ou nacionalidade de ser elegível para ser cidadão americano. Como as leis de nacionalização de 1790 e 1870 excluíaam pessoas asiáticas desta possibilidade, os japoneses foram restringidos mesmo gozando de boas relações diplomáticas com o governo americano.

As políticas restritivas de imigração –inspiradas na americana– tornou-se uma tendência pelo continente americano, inclusive no Brasil. Desta forma, em 31 de dezembro de 1924, sob influência de ideias eugenistas, foi criado o decreto nº16.761, que só passou a vigorar em outubro de 1925<sup>110</sup>. Tal medida obrigava todos os imigrantes de 2º e 3º classe que entrassem no Brasil via Porto do Rio de Janeiro a se hospedarem na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores com o objetivo de passarem por uma inspeção no Departamento Nacional de Saúde Pública e serem identificados pela polícia do Distrito Federal. Além disso, foi revigorada o decreto n. 4.247 que fazia uma seleção social, física e econômica do imigrante:

Art. 1º É lícito ao Poder Executivo impedir a entrada no território nacional:

1º, de todo estrangeiro nas condições do art. 2º desta lei;

2º, de todo estrangeiro mutilado, aleijado, cego, louco, mendigo, portador de molestia incurável ou de molestia contagiosa grave;

3º, de toda estrangeira, que procure o país para entregar-se á prostituição;

4º, de todo estrangeiro de mais de 60 anos.

<sup>108</sup> Ngai, M. *A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965*. Tempo [online]. 2008, v. 13, n. 25 [Acessado 14 Julho 2022], pp. 5-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>>. Epub 17 Out 2008. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>.

<sup>109</sup> Office of Historian. Op. cit.

<sup>110</sup> As medidas restritivas adotadas pelo Estados Unidos serviram de inspiração para outras nações, inclusive o Brasil. Contudo, isto não significa que as medidas restritivas brasileiras foram iguais as americanas, neste período, período a política imigratória colocou uma prática uma restrição em massa a imigração, estabelecendo cotas de entrada de imigrantes, de acordo com alguns critérios, principalmente critérios raciais, de caráter eugenistas. No Brasil, a mudança legislativa também carrega uma influência eugenista, seguindo as tendências das políticas de imigração do período. Porém, ela não adotou a política de cotas americana na década de 20, assim como não restringiu em massa a entrada de imigrantes. Para saber mais Cf. KOIFMAN, F. *Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In: REZNIK, L. (Org.). *HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL*. 1º ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 160.

Parapho unico. Os estrangeiros a que se referem os ns. 2 e 4 terão livre entrada no paiz salvo os portadores de molestia contagiosa grave:

- a) si provarem que teem renda para custear a propria subsistencia;
- b) si tiverem parentes ou pessoas que por tal se responsabilizem, mediante termo de fiança assignado, perante a autoridade policial.

Art. 2º Poderá ser expulso do territorio nacional, dentro de cinco annos, a contar de sua entrada no paiz, o estrangeiro a respeito de quem se provar:

- 1º, que foi expulso de outro paiz;
- 2º, que a policia de outro paiz o tem como elemento pernicioso á ordem publica;
- 3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou actos de violencia para, por meio de factos criminosos, impôr qualquer seita religiosa ou politica;
- 4º, que, pela sua conducta, se considera nocivo á ordem publica ou á segurança nacional;
- 5º, que se evadiu de outro paiz por ter sido condemnado por crime de homicidio, furto, roubo, bancarrota, falsidade, contrabando, estellionato, moeda falsa ou lenocinio;
- 6º, que foi condemnado por juiz brasileiro, pelos mesmos crimes.<sup>111</sup>

O decreto também impôs que só poderia haver a entrada de imigrantes pelos portos nacionais de: Belém; Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, Victória, Paranaguá, São Francisco e Rio Grande. Da mesma maneira, proibia a introdução de imigrantes por partes de empresas, associações, companhia ou particular sem a autorização prévia da Diretoria Geral do Serviço de Povoamento.

A ideia dessas restrições era fazer uma seleção mais refinada dos imigrantes, repelindo os “indesejáveis”. Nesta categoria estavam inclusas pessoas portadoras de deficiência física e mental; pessoas com antecedentes criminais, incluindo agitação política no campo da esquerda, mulheres com o objetivo de se prostituir; mendigos e idosos que não tinham garantia de ser manter economicamente.

Precisamos ter em mente que o decreto de 1924 restringiu em algum ponto a imigração sob uma influência eugenista. Em alguns relatórios, os ministros vão enfatizar a diminuição de entrada no Brasil em geral por conta das restrições, todavia as restrições não foram em massa, assim como não foi seguida à risca no que concerne à entrada na Ilha das Flores.

---

<sup>111</sup> Câmara dos deputados <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>. Acesso em 10 jul. 2022.

Tabela 5 - Proporção entre entrada no Porto do Rio e entrada na Ilha das Flores

Ano	ALEMÃES				ESPANHÓIS			PORTUGUESES		
	Total	Porto	HIIF	HIIF/P	Porto	HIIF	HIIF/P	Porto	HIIF	HIIF/P
<b>1920</b>	40.508	2.991	1.907	64%	1.852	12	0,50%	22.277	29	0,10%
<b>1921</b>	29.305	5.515	4.308	78%	1.439	6	0,40%	11.542	5	0,04%
<b>1922</b>	34.831	3.512	1.864	53%	1.595	15	0,90%	18.786	0	0%
<b>1923</b>	39.276	4.413	1.930	44%	1.645	26	1,50%	20.154	0	0%
<b>1924</b>	40.711	12.997	8.474	65%	1.595	113	7%	14.196	27	0,20%
<b>1925</b>	29.372	2.350	817	35%	1.314	0	0%	13.049	4.490	34%
<b>1926</b>	67.163	4.228	-	-	3.158	-	-	22.334	-	-
<b>1927</b>	34.163	1.552	1.015	65%	1.499	1221	81%	17.496	16.333	93%
<b>1928</b>	82.061	4028	778	19 %	4.436	908	20%	33.882	17.575	52%
<b>1929</b>	40.681	1.401	501	36%	1.771	1439	81%	20.935	14.519	69%
	438.071	42.987	21.594	55%	20.304	3740	22%	194.651	52978	27%

Fonte: Relatórios do Ministério da Agricultura e Livros de Registro da Hospedaria das Ilha das Flores

Na tabela 5, comparamos os números de imigrantes na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores com os números de entradas no Porto do Rio de Janeiro. Ao observarmos os números, podemos notar que apesar das diferenças de volume, o fluxo migratório português assemelha-se bastante ao espanhol. Os primeiros anos, são anos de entradas baixíssimas na Ilha das Flores. Após o decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924, que entrou em vigor em outubro de 1925, imigrantes passageiros de segunda e terceira classe foram obrigados a visitar a Ilha das Flores para inspeção sanitária e documental. Como consequência desta ação, a entrada de portugueses na Ilha elevou-se imediatamente após a vigência da lei. Houve uma entrada massiva de portugueses no final do ano de 1925. Os números foram significativos se compararmos com os anos anteriores. Em relação aos espanhóis, não há entrada na Ilha, é possível que o contingente seja esse, devido ao volume da entrada no Porto do Rio de Janeiro ter sido baixo ao mesmo tempo em que o decreto passou a funcionar somente no final do ano.

Acerca dos alemães na primeira metade da década, notamos que se trata do oposto ao que aconteceu com os portugueses e espanhóis. Foi um período de grande entrada de alemães tanto no Porto do Rio de Janeiro, quanto na Hospedaria da Ilha das Flores. Inclusive, a década de 20 é um pico da imigração alemã para o Brasil. Há pouquíssima bibliografia que explique detalhadamente o fenômeno, mas Ramos da Cruz especula que apesar de Brasil e Alemanha

terem guerreado em lados opostos na Primeira Guerra Mundial, gerando tensões na comunidade alemã no Brasil, esta década foi responsável por 30% de toda a entrada de alemães no país desde 1824. Algumas justificativas esboçadas pela autora residem nos fatores de repulsão da Alemanha no pós-guerra, dizimada economicamente e socialmente pelo Tratado de Versalhes. Soma-se a isto à existência de uma necessidade de braços estrangeiros, por parte do Brasil que recebeu pouquíssimos imigrantes durante a guerra<sup>112</sup>. Concomitante a necessidade de ambos os lados, a imigração alemã era antiga, havia algumas colônias alemãs bem estabelecidas e incorporadas ao seu meio social, facilitando a escolha dos imigrantes alemães<sup>113</sup>.

Referente aos anos seguintes, infelizmente não possuímos os dados dos livros de registro da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores de 1926. No entanto, acreditamos que, neste ano, também houve presença lusitana devido à mudança legislativa. Em relação aos anos posteriores, a imigração portuguesa esteve presente na Ilha das Flores, alcançando cerca de 93% dos imigrantes portugueses que chegaram ao Porto do Rio de Janeiro e ingressaram na Ilha das Flores em 1927. Este ano registrou proporcionalmente o maior número de entradas de portugueses na Ilha. Podemos especular que nos primeiros anos do ato nº16.761, a legislação foi rigorosamente seguida.

Com o passar dos anos, a obrigatoriedade de imigrantes de segunda e terceira classe passarem pela Hospedaria da Ilha das Flores foi relaxada por questões formais. É importante ressaltar que, embora os 93% representem uma grande parte, não englobam todos os imigrantes, mas é possível que tenha incluído todos os imigrantes de segunda e terceira classe, uma vez que o Porto do Rio de Janeiro recebeu, neste ano, 11.573 imigrantes de primeira classe. Lamentamos a falta dos registros dos livros de 1926, assim como a ausência de informações nos relatórios ministeriais sobre a entrada de imigrantes na Hospedaria, o que nos limita apenas a conjecturar. Se nos anos de 1926-1927 imaginamos que a lei tenha funcionado no seu rigor para a imigração portuguesa, nos anos seguintes, pensamos que os deveres do decreto para os imigrantes tenham sido relativizados. Os números de entrada de imigrantes portugueses na Ilha das Flores flutuaram. No ano de pico de entrada de portugueses no Porto, em 1928, apenas 52% seguiu para a Ilha das Flores, enquanto que em 1929, a proporção de entrada na ilha aumentou para 69%.

---

<sup>112</sup> CRUZ, M. L. R *A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã*, (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores, 2018. P.10.

<sup>113</sup> *Ibidem*.

A respeito da presença portuguesa na Ilha das Flores na década de 1920, deduzimos que a explicação geral para o movimento da imigração portuguesa entre Porto do Rio de Janeiro e Brasil sejam explicados por dois momentos. O primeiro momento foi de 1920 até outubro de 1925, período em que a presença portuguesa foi praticamente nula. Acreditamos que a presença de cadeias migratórias, redes formais e informais nos ajudam na tentativa de compreender o período. Pelo fato de ter existido uma longa tradição migratória, isso gerou uma comunidade forte, bem estabelecida, que garantia ao postulante a imigrante a obtenção de informações concretas sobre as condições de trabalho que viria a encontrar, ter um local para morar, alguém para se responsabilizar por sua estadia, lhe empregar e recepcionar<sup>114</sup>. No século XIX, mesmo os imigrantes lusitanos sendo maioria no Rio de Janeiro, os portugueses não entravam em massa na Hospedaria da Ilha das Flores. O grupo étnico com os maiores números na Hospedaria eram os italianos e as cadeias migratórias já se constituíam como resposta para a baixa adesão dos portugueses a Ilha das Flores.

Na década de 20, defendemos que esse processo se agudizou. Entre 1920-1925, a presença de uma comunidade portuguesa antiga e bem estabelecida fez com que não houvesse mais necessidade de usar as principais funções da Hospedaria., que era recepcionar, direcionar e transportar o imigrante para o posto de trabalho ou destino preferido. A comunidade oferecia o mesmo.

De 1925-1929, argumentamos que o quadro continuou o mesmo, as cadeias migratórias continuavam auxiliando os novos imigrantes. Porém, a mudança na legislação fez com que se incrementasse o número de portugueses ingressos na Ilha das Flores por mera formalidade, isto é, fazer exames médicos e a conferição de documentos.

Em relação aos alemães, apesar da necessidade de um estudo mais aprofundado, houve uma adesão maior à Ilha das Flores, possivelmente devido à imigração alemã estar focada nos núcleos coloniais. Por esse motivo, a Hospedaria os recebia e transportava gratuitamente para a região de interesse, independentemente do estado em que se encontravam. Como ressalta Ramos da Cruz, a imigração alemã encontrou núcleos coloniais estabelecidos em diferentes regiões do Brasil, especialmente na região Sul do país.

Quanto aos espanhóis, não abordaremos detalhadamente, já que não é o foco de nosso trabalho, mas acreditamos que o processo tenha sido similar. Havia também uma comunidade espanhola antiga no Rio de Janeiro, embora não tão numerosa quanto a portuguesa, visto que o Brasil nunca foi o destino principal dessa comunidade, que preferencialmente escolhia

---

<sup>114</sup> MENEZES, L. M. Op.cit. p.60.

países de mesma língua, como Argentina e Uruguai. Assim, nos primeiros anos, as correntes migratórias recebiam os imigrantes, com a nova legislação, os números de espanhóis na Ilha foram aumentados<sup>115</sup>.

Tabela 6 - Entrada e saída de imigrantes portugueses na Hospedaria da Ilha das Flores (1920-1930)<sup>116</sup>

ANO	P.I HIIF	P.E RJ	P.I HIIF/P.E RJ	CAPITAL	INTERIOR
1920	29	1	3%	0	1
1921	5	0	0	2	0
1922	0	0	0	0	0
1923	0	0	0	2	0
1924	27	2	7%	2	0
1925	4.490	4.441	99%	4.441	0
1926	0	0	0	0	0
1927	*16333	*0	0	0	0
1928	17575	17571	99%	17571	0
1929	14519	14499	99%	14488	1
1930	9371	9.295	99%	9.278	1
<b>TOTAL</b>	62349	45809	99%	45784	3

Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1920-1930<sup>117</sup>

Ao analisarmos a tabela acima, verificamos dois fenômenos interessantes do movimento migratório português na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. O primeiro é o completo domínio do Rio de Janeiro como destino dos lusitanos. O segundo fator que nos salta os olhos, é a ausência de números expressivos de portugueses se direcionando para o interior do Rio de Janeiro.

Acerca do domínio do Rio de Janeiro como destino dos lusitanos, não seria nenhuma surpresa para a literatura do tema, é simplesmente cânone da historiografia que os portugueses se aventuravam no Brasil motivados pelas vantagens salariais existentes, ocupavam a Capital, principalmente a zona portuária e se dedicava largamente ao comércio com a ajuda de

<sup>115</sup> PINHEIRO, E. S.; PEREIRA, A. *Relatório de pesquisa da imigração espanhola* (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores.

<sup>116</sup> Os termos P.I HIIF e P.E RJ significam respectivamente portugueses ingressos na Hospedaria da Imigrantes da Ilha das Flores e portugueses egressos para o Rio de Janeiro.

<sup>117</sup> O ano de 1927 possui um asterisco pelo fato de não termos em posse os livros de registro de 1927, no entanto nos relatórios ministeriais deste ano há informação sobre a entrada de imigrantes na Ilha por nacionalidade. Por este motivo nós temos os números gerais, mas não temos como saber os destinos.

conterrâneos no Brasil<sup>118</sup>. Não obstante, a presença portuguesa não se limitava ao Rio de Janeiro, a comunidade lusitana se fez presente em todas as regiões do Brasil, principalmente São Paulo, portadora de uma comunidade portuguesa importante. Para visualizarmos a dimensão, Rio de Janeiro e São Paulo somadas foram responsáveis por receber mais de 90% da imigração portuguesa<sup>119</sup>.

Como vimos no primeiro capítulo, foi bastante comum ver nos livros de registro da Hospedaria da Ilha das Flores uma presença substancial da imigração portuguesa que se destinava a São Paulo. Não somente o estado de São Paulo, mas a cidade e outras localidades como Santos e o interior paulista. Este movimento é bastante notório no ápice da imigração portuguesa 1911-1914. Possivelmente, esse fluxo era uma corrente voltada para a ocupação de postos de trabalho nas fazendas de café.

Como observamos na tabela, é possível interpretar a imigração portuguesa na Hospedaria da Ilha durante a década de 20 como uma imigração exclusiva para o Rio de Janeiro. Praticamente não há imigração para outras regiões do Brasil, elemento comum durante o funcionamento da Hospedaria entre 1883-1914.

A partir dos números vistos na década de 1920, o imigrante português na Hospedaria deixou de utilizá-la como entreposto para outras cidades e regiões do país, como outrora era comumente usada.

Por fim, a última questão que nos chama a atenção, reside nos destinos dos imigrantes portugueses. Dos 45809 imigrantes que se destinaram para o Rio de Janeiro, 45784 escolheram a Capital como destino, quase 100 % dos imigrantes portugueses. Este dado chama a atenção, porque praticamente não há imigração para o interior do Rio na década de 20.

O perfil do imigrante português da Ilha das Flores na década de 20 foi bem parecido com o da Grande Imigração que não se hospedava. Todavia tinha um tipo de imigrante português que ingressava na Hospedaria da Ilha das Flores que se diferenciava. Era o imigrante português que se direcionava para o interior do Rio de Janeiro.

A Hospedaria da Ilha das Flores tinha como uma de suas funções, servir como entreposto para o meio rural e foi muito utilizada no final do século XIX. Aquele que desejava seguir para o interior do Rio de Janeiro, a utilizava para trabalhar nas grandes plantações do

---

<sup>118</sup> RABAÇA, op. cit., p.69.

<sup>119</sup> SCOTT, A. S. V. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Congreso de Historia Económica de Zaragoza. 2000, SESSION: LAS MIGRACIONES A AMERICA, Universidad San Pablo-CEU, Madrid, 2001. p.8.

Vale do Paraíba, que substituiu o trabalho escravo pelo trabalho imigrante<sup>120</sup>. Todavia, na década de 20, a ida de portugueses para as áreas rurais usufruindo da Hospedaria como entreposto para o meio rural praticamente não existiu. O desuso desta função, está possivelmente ligado a duas questões que estão entrelaçadas. Primeiramente, cremos que o fluxo migratório português para a Ilha não tinha como destino prévio a Ilha das Flores. A entrada massiva ocorreu por uma medida compulsória. Logo, esses imigrantes já tinham a Capital como destino e passavam pela Ilha das Flores por mera formalidade. A segunda questão é relacionada ao próprio contexto socioeconômico do Rio. A década foi marcada pelo declínio das grandes plantações no estado<sup>121</sup>. Neste mesmo sentido, Menezes enfatiza que na década de 20 construíram-se cadeias migratórias portuguesas no entorno das fábricas que estavam em expansão na cidade<sup>122</sup>. Por outro lado, o Vale do Paraíba já não atraía mais a mão de obra imigrante portuguesa. Portanto, a imigração portuguesa para a Ilha das Flores na década de 20 foi um fluxo exclusivamente urbano, abandonando o uso da Hospedaria como entreposto para as áreas rurais ou outras regiões do país como São Paulo.

### **2.3 Estatísticas da Imigração Portuguesa na Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores**

#### **Dados de 1920**

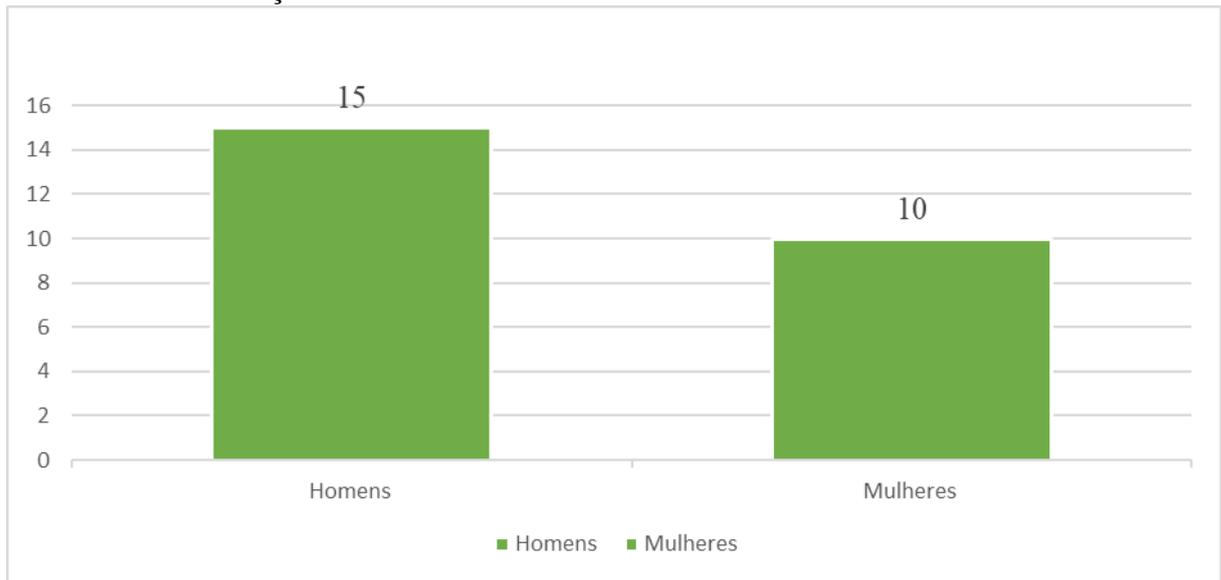
---

<sup>120</sup> REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N.; COSTA, J. C. O. op. cit., p.103.

<sup>121</sup> LOBO, E. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2.v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978. p.536.

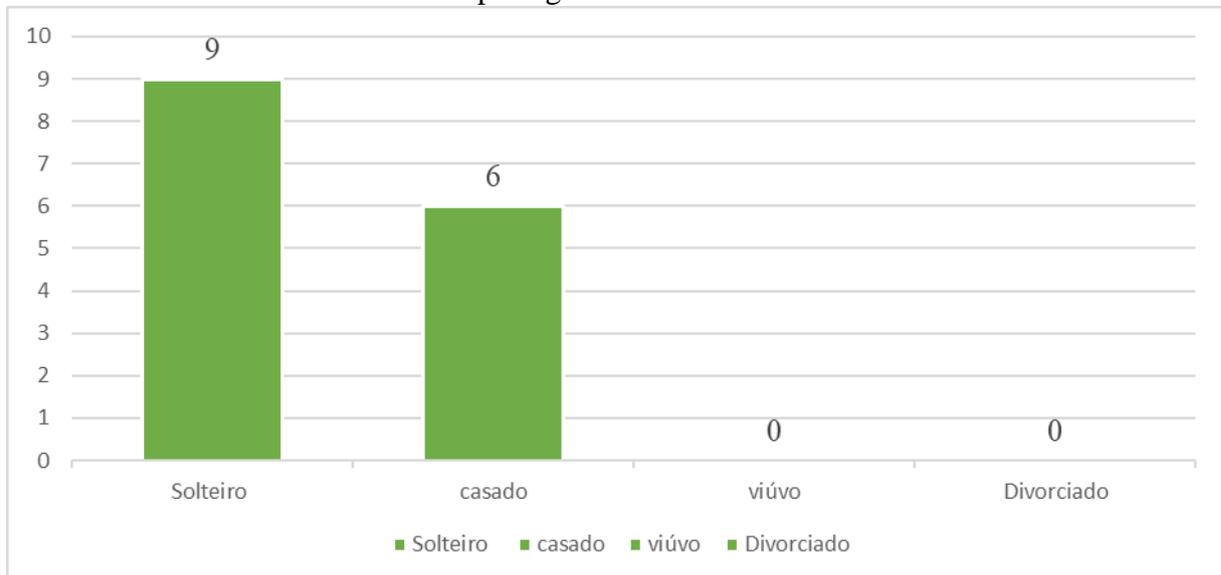
<sup>122</sup> MENEZES, L. M. op. cit.p.74-75.

Gráfico 1 - Distribuição de Gênero em 1920



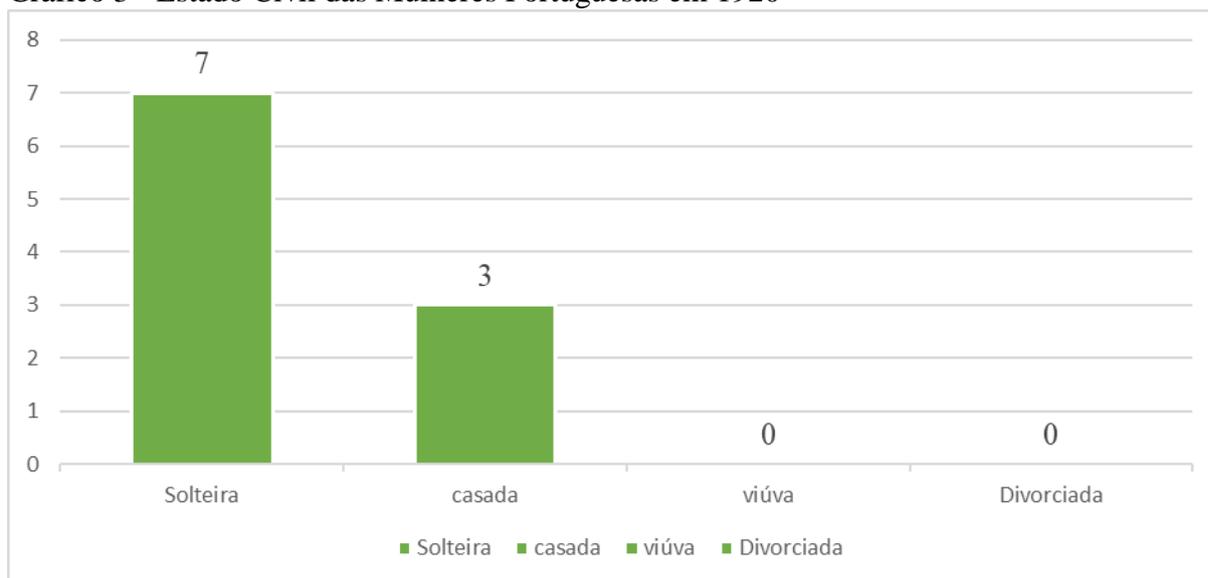
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1920

Gráfico 2 - Estado civil dos homens portugueses em 1920



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1920

Gráfico 3 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1920



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1920

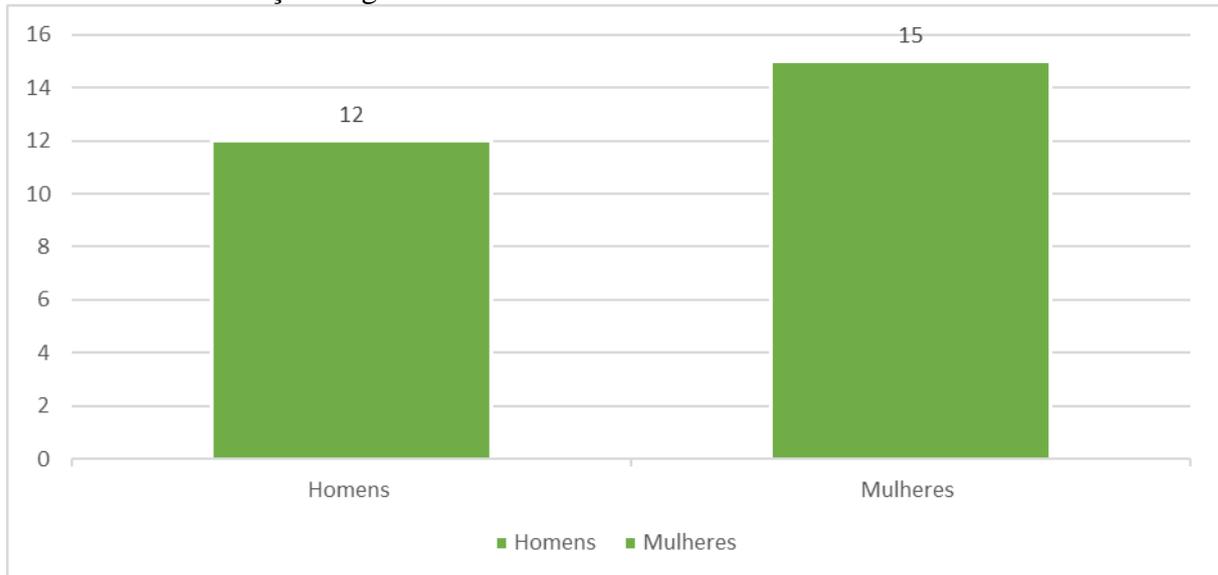
O ano de 1920 é o período de retomada da imigração transatlântica após o fim da Primeira Guerra Mundial. A Hospedaria da Ilha das Flores voltou a receber levas de imigrantes europeus, mas, essa condição não se repetiu com os portugueses. Como já sabemos, essa imigração carregava especificidades e nesta primeira metade da década de 1920, praticamente não há presença portuguesa na Ilha. O ano de 1920 foi um desses anos em que os números foram baixíssimos. A leva foi composta por famílias com o objetivo de alcançar outras regiões do país, usando a Hospedaria como entreposto para outros estados.

Como foi um ano com poucos imigrantes, em consequência da pouca amostragem, não temos tanta riqueza de dados. Por causa disso, conseguimos extrair números que à primeira vista parecem interessantes, mas que não podemos tirar tantas conclusões, já que pequenas amostragens podem expressar aberrações estáticas.

Conseguimos os dados de 25 portugueses dos 29, alguns livros estavam em condições ruins, dificultando a identificação. A partir dos gráficos, é possível notar que houve uma presença feminina maior que a masculina, mas ressaltamos que o espaço amostral é muito baixo. Sobre o estado civil desses ingressos portugueses, ocorreu uma boa diferença entre o número de solteiros e casados em ambos os gêneros, todavia esse não é o quadro geral da década para a imigração portuguesa. Veremos no decorrer do texto que os números de solteiros e casados foram bem próximos e que dependendo da métrica, os de imigrantes casados e solteiros praticamente se igualava. Neste ano, a quantidade de solteiros foi composta de imigrantes bem jovens, os filhos e filhas de famílias numerosas de 3 a 4 filhos.

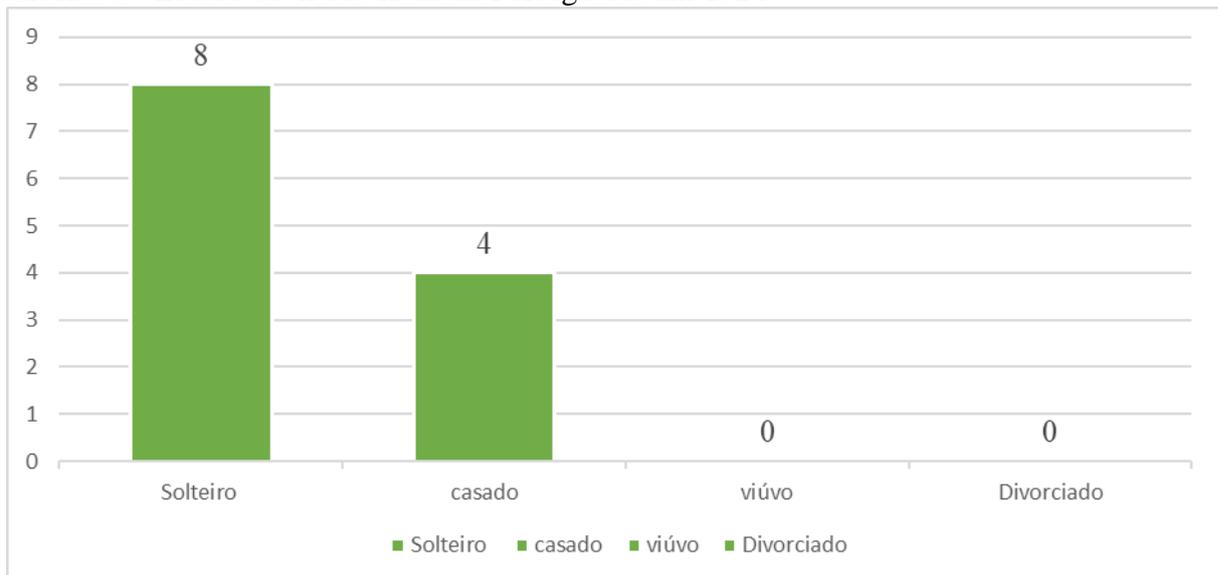
## Dados de 1924

Gráfico 4 - Distribuição de gênero em 1924



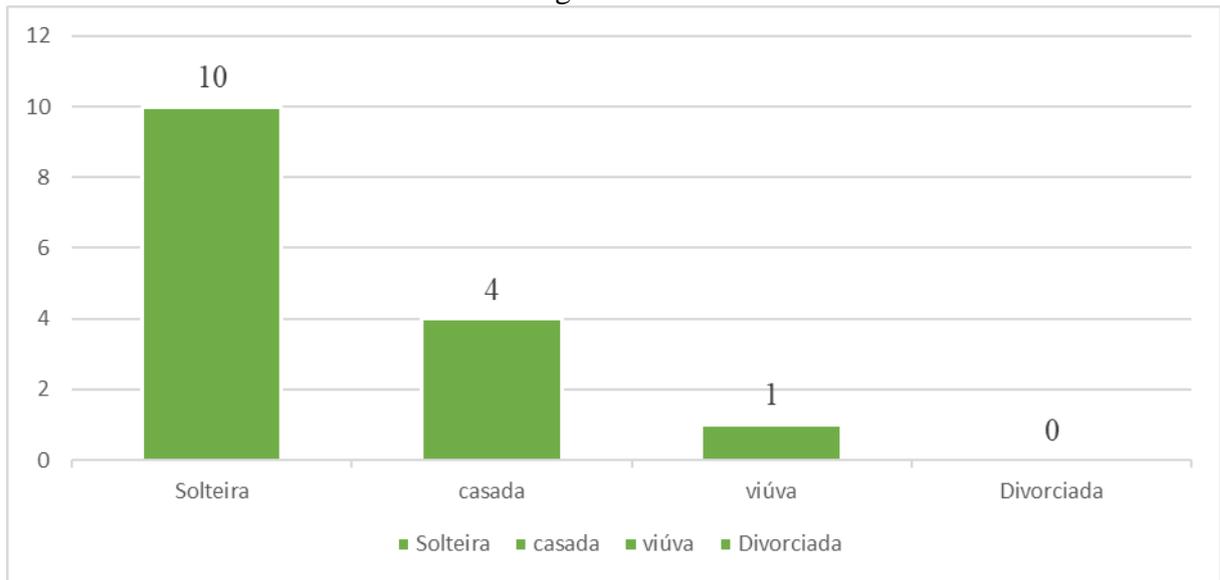
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1924

Gráfico 5 - Estado Civil dos Homens Portugueses em 1924



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1924

Gráfico 6 Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1924



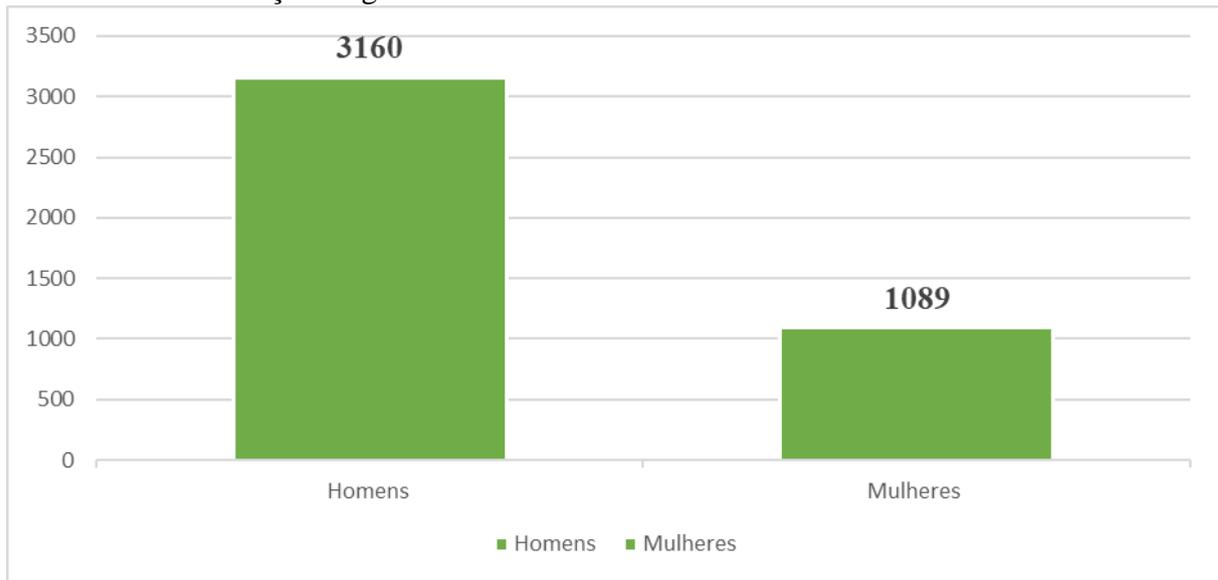
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1924

Não fizemos estatísticas referentes a imigração portuguesa no ano de 1921, 1922, 1923. Nesses três anos somados, a Hospedaria da Ilha das Flores recebeu apenas 5 imigrantes portugueses. Em 1924, tivemos condições muito parecidas com a de 1920, algumas famílias portuguesas e alguns agregados constituíram o pequeno fluxo de portugueses na Ilha. Eles usaram a Hospedaria da mesma forma que já citamos anteriormente.

As mulheres foram o gênero dominante, foram um pouco mais da metade dos lusitanos recebidos pela Ilha. Registraram 15 dos 27 totais, enquanto que os homens registraram 12 dos 27. Em relação ao estado civil dos imigrantes, em ambos os gêneros, o número de solteiros foi dominante.

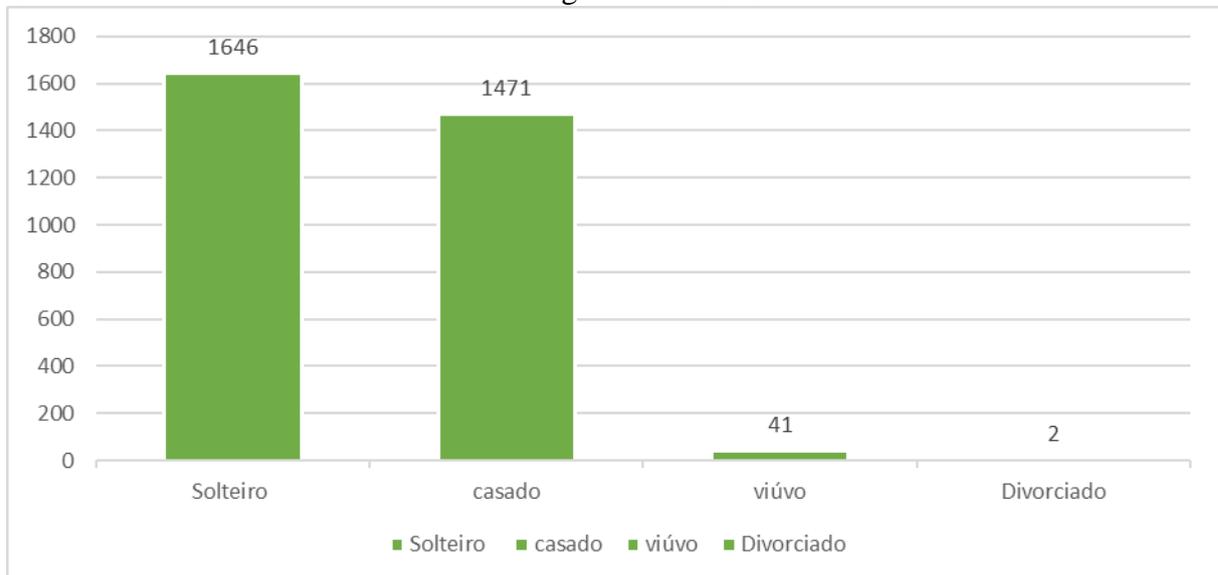
### Dados de 1925

Gráfico 7 - Distribuição de gênero em 1925



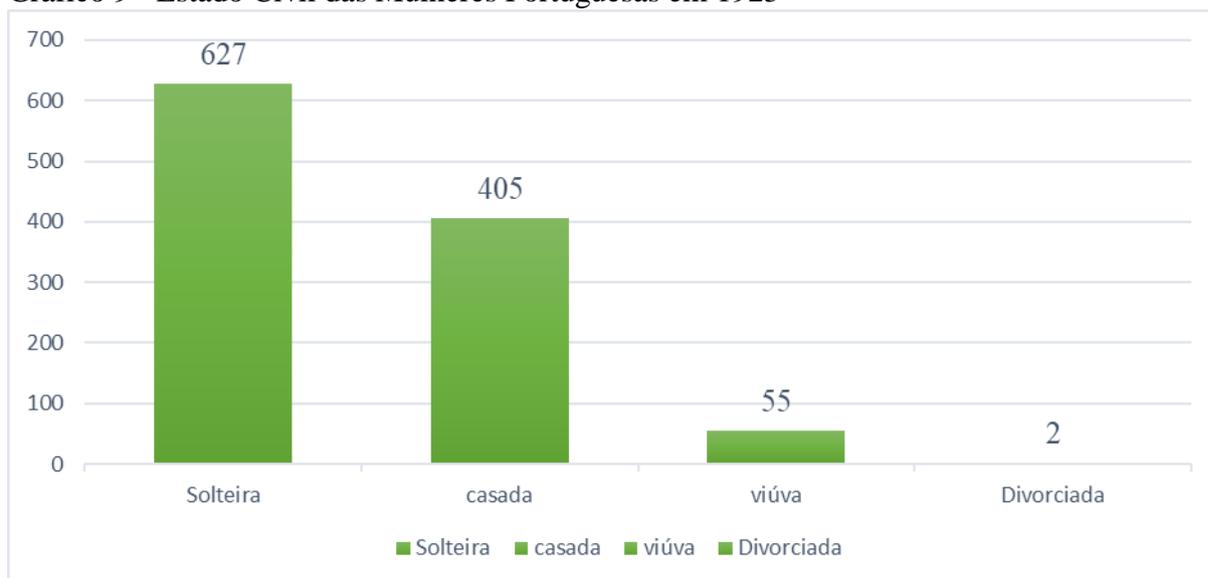
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 8 - Estado Civil dos Homens Portugueses em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 9 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1925

1925 foi o primeiro ano que a Ilha recebeu um bom contingente de imigrantes portugueses. Resultado da mudança legislativa já conhecida, que aconteceu no ano de 1924 e entrou em vigor no final do ano seguinte. Logo, este é o primeiro período onde conseguimos encontrar dados que nos fornecem sustentação para poder trazer um recorte da imigração portuguesa para o Rio de Janeiro.

A distribuição do estado civil dos homens portugueses na Ilha mostra números muito próximos de casados (1471) e solteiros (1646). No entanto, se cotejarmos com a faixa etária, descobriremos que temos mais imigrantes casados do que solteiro ao retirar 255 imigrantes solteiros inclusos na faixa etária entre 0-10 anos, idade onde era improvável encontrar casamentos. Neste seguimento, foram 1471 casados e 1390 solteiros. Se fizermos uma análise mais pormenorizada, acharíamos uma diferença maior, porque mesmo podendo ter jovens casados a partir dos 14 anos, foi raro encontrar jovens nesta fase matrimonialmente comprometidos. Ainda, temos os dados de viúvos e divorciados. Observa-se nesses últimos, que mesmo em números bem maiores que as mulheres, há proporcionalmente menos lusitanos nesses estados civis que as mulheres.

A partir do gráfico nº 7, visualizamos que a imigração portuguesa foi massivamente masculina. Registrou-se 3160 Homens, contra 1089 entradas de mulheres na Ilha. Isso corresponde a quase três vezes o número da imigração feminina.<sup>123</sup> Nesses números gerais, estão inclusos a presença de 305 famílias de diversas composições. Desde as mais

<sup>123</sup> O Gráfico 7 têm números totais de imigrantes menores do que os números gerais que apresentamos na tabela 2, pelo fato de termos uma série de imigrantes com dados incompletos relativos a gênero, idade e estado civil.

tradicionais, até as que não atendiam os padrões do período, como pais solteiros e mães solteiras.

No gráfico nº 9, é possível ver o estado civil da imigração feminina. Registrou-se 627 solteiras, seguidas de 405 casadas, 55 viúvas e 2 divorciadas. Acerca das viúvas, é notável que não somente neste ano, mas em 1928 e 1929, as entradas de mulheres viúvas foram maiores do que a de homens na mesma condição.

Relativamente a presença de mulheres divorciadas, apesar de números bem modestos, só de termos o registro, já torna-se interessante. Haja vista que o divórcio em Portugal foi aprovado em 1910, um mês após a proclamação da República e a quantidade de mulheres divorciadas no período não era grande.

A figura feminina na sociedade portuguesa do início do século passado era tratada de maneira desigual. Os homens eram colocados juridicamente como a cabeça da família, com amparo jurídico para agressões como meio de corrigir o comportamento não desejado pelo marido. No espaço público, elas tinham sua voz abafada, sendo escanteadas. Mesmo produzindo trabalhos intelectuais, a sociedade patriarcal portuguesa enxergava o gênero feminino como seres menores<sup>124</sup>. Aprovado o divórcio, as mulheres obtiveram igualdade jurídica na questão do matrimônio, mas as condições não eram as mesmas para homens e mulheres. Elas passavam os restos de suas vidas estigmatizadas por ter se separado em uma sociedade extremamente católica<sup>125</sup>.

No Brasil, tivemos relações de gênero parecidas. No entanto, o avanço das mulheres tardou mais a chegar. Assim como em Portugal, uma influência religiosa forte do catolicismo era presente. Então, o divórcio como conhecemos não existia, só foi alcançado em 1977. A separação possível era o desquite, recurso que permitia a separação, todavia não permitia novas núpcias. Apesar da condição ter sido a mesma para ambos os gêneros, o peso de ser uma mulher divorciada na sociedade era bem maior se comparada a imagem de um homem divorciado na vida pública. Mesmo com o fim do vínculo matrimonial, homens e mulheres continuavam sendo vistos como casados sob a perspectiva da igreja e dos costumes e as mulheres eram vigiadas permanentemente pela ordem patriarcal.<sup>126</sup>

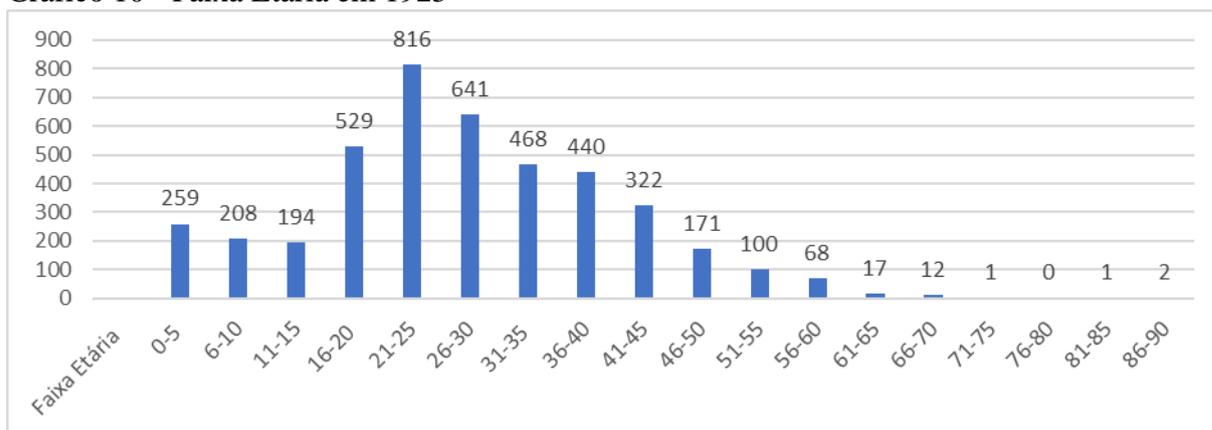
---

<sup>124</sup> PEREIRA, M. T. C. A. “*Problematização da condição da mulher no início do século XX em Sozinha e um Divórcio, de Sarah Beirão*”.2021. 102f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação.2015. p,75.

<sup>125</sup> Ibidem., p.76.

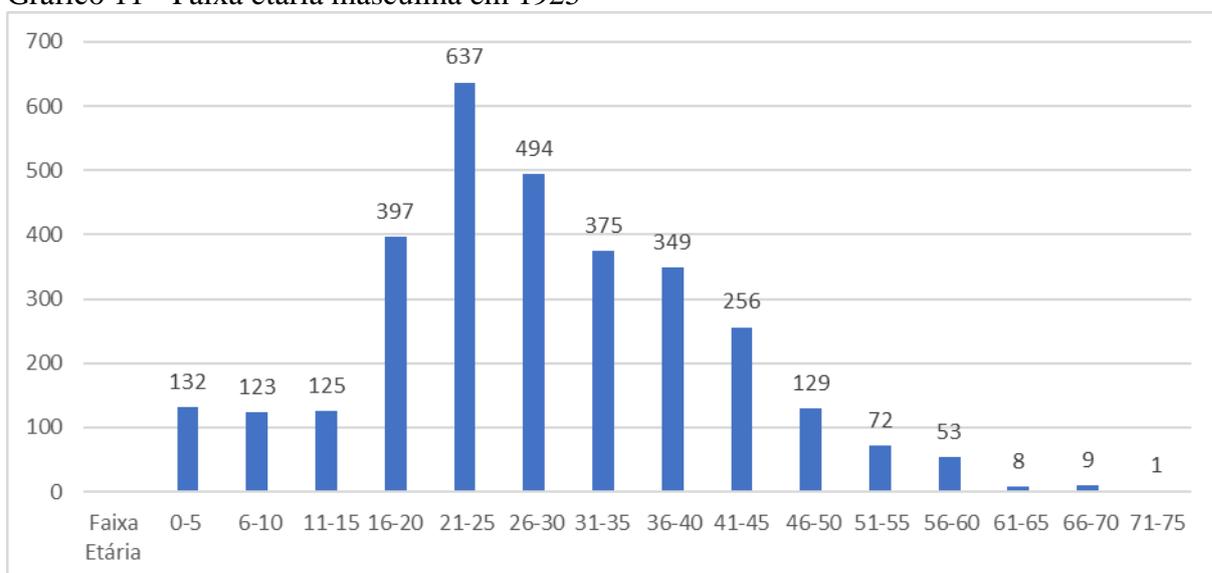
<sup>126</sup> BRANDOLT, M. R. “*Entre o fim do século XIX e o início do século XX: a luta pelo divórcio e as escritoras brasileiras*”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017., p.38.

Gráfico 10 - Faixa Etária em 1925



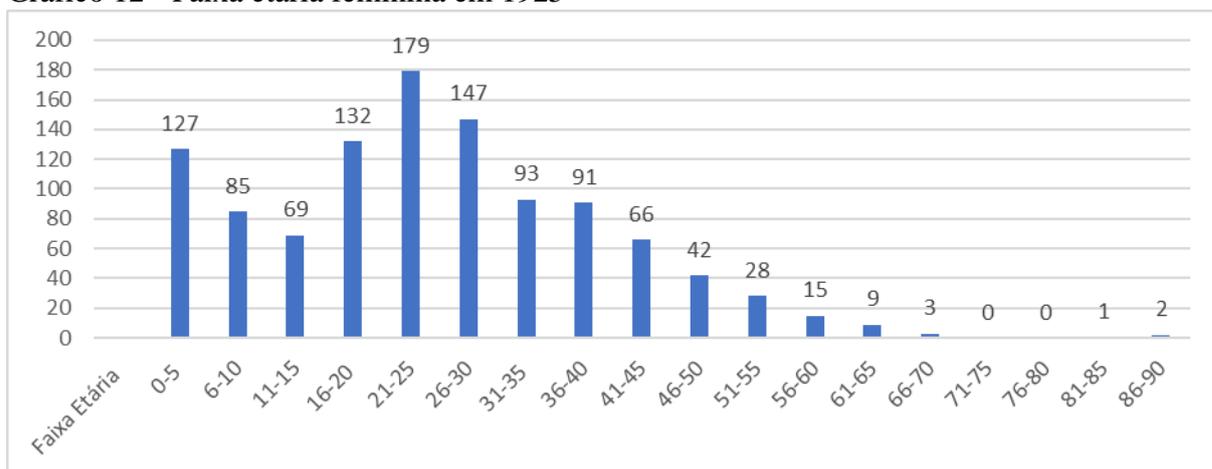
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 11 - Faixa etária masculina em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 12 - Faixa etária feminina em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Ao consultarmos a faixa etária dos imigrantes no Gráfico nº 10, torna-se claro que a maior parte dos ingressos portugueses se concentravam na faixa etária de 20-30 anos. Mas, também contavam com uma presença numerosa de jovens e pouquíssimos idosos.

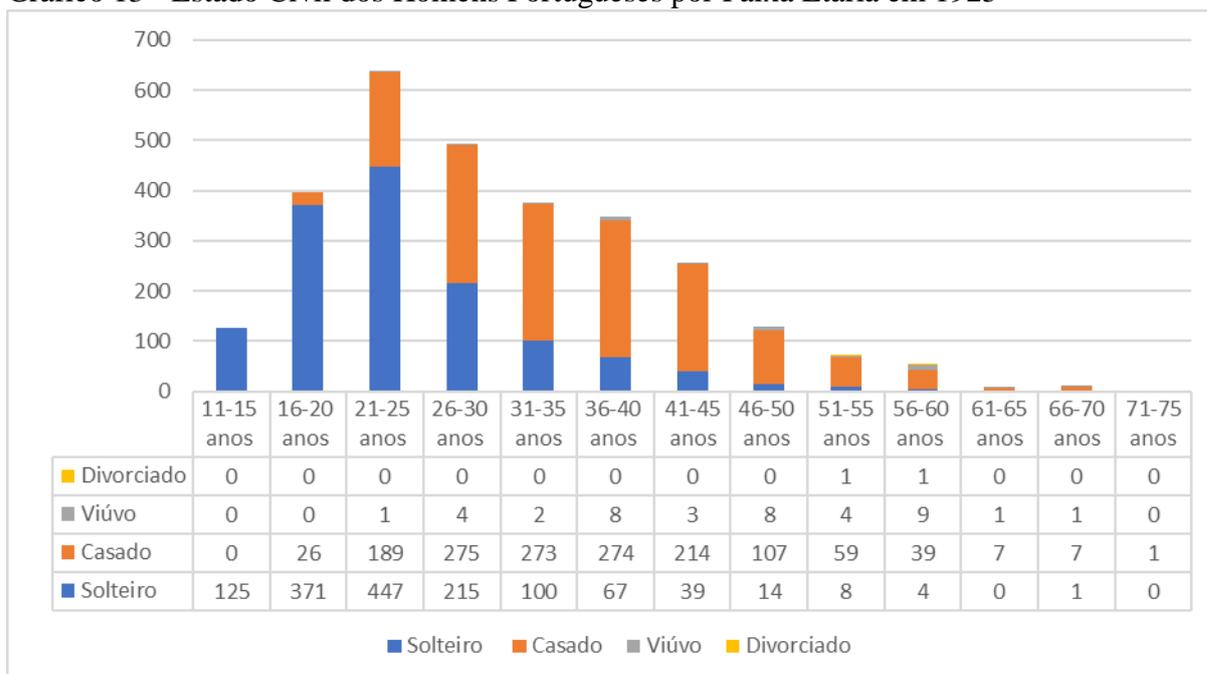
No gráfico nº 11, temos os dados masculinos desagregados e ele naturalmente seguiu o padrão da faixa etária em geral, já que os homens se fizeram mais presentes na Hospedaria que as mulheres. Uma questão que deve ser salientada na faixa etária masculina de 5-10 anos, é que a presença desses jovens não foi necessariamente oriunda da imigração familiar, como talvez seja o primeiro pensamento. Muitas dessas crianças já estavam inseridas no mundo do trabalho em Portugal. No Brasil, a condição era similar. Portanto, muitos desses meninos vieram sem família, porém, isto não necessariamente indicava que esses jovens vieram sozinho. Existia a possibilidade de terem embarcado com pessoas com laços em comum, de outra natureza que não seja a familiar<sup>127</sup>.

No Gráfico nº 12, vê-se que a faixa etária de 20-30 anos é o período com maior concentração de imigrantes. Todavia, essa diferença não é tão grande em relação a outras faixas etárias, os números são bem distribuídos. As idades mais avançadas são a exceção. Chama-se a atenção para a quantidade expressiva na faixa de 0-5 anos, fruto da imigração familiar. Encontramos nos livros de registros meninas muito jovens sem família, mas esse tipo de situação era muito mais comum em jovens do sexo masculino.

---

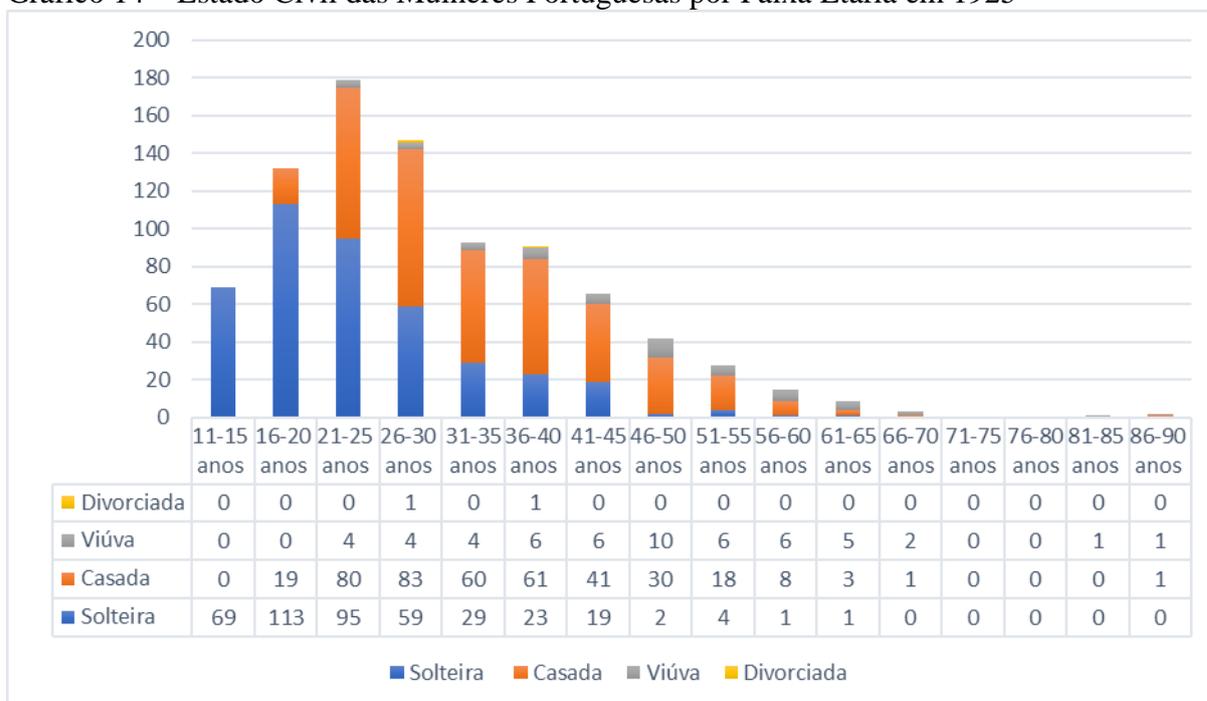
<sup>127</sup> Para além da família, havia amigos e laços comunitários fruto das dinâmicas societárias presentes nas aldeias portuguesas do século passado.

Gráfico 13 - Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1925



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Gráfico 14 – Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1925



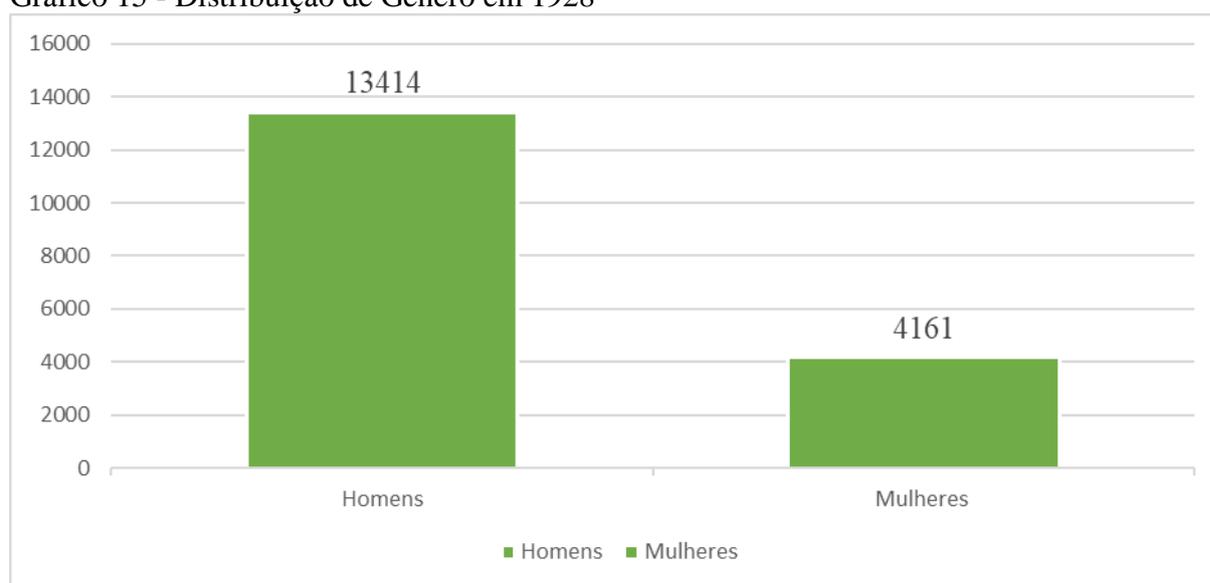
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1925

Os gráficos nº 13 e nº 14 mostram os estados civis por faixa etária. Nestes conseguimos ver a distribuição dos estados civis em cada faixa etária. Desta forma, é possível compreender diferentes perfis em cada faixa etária. Notamos que as três primeiras colunas do

primeiro gráfico foram compostas por uma imigração formada substancialmente de jovens solteiros. Nas colunas seguintes, elas foram majoritariamente preenchidas por homens casados. Na feminina, observamos que foi uma imigração composta por mulheres solteiras apenas nas duas primeiras colunas. Na faixa etária de 21-25 anos, a proporção de casadas e solteiras foi bem próxima e nas faixas etárias seguintes as mulheres casadas foram a fatia mais expressiva do fluxo imigratório no ano de 1925.

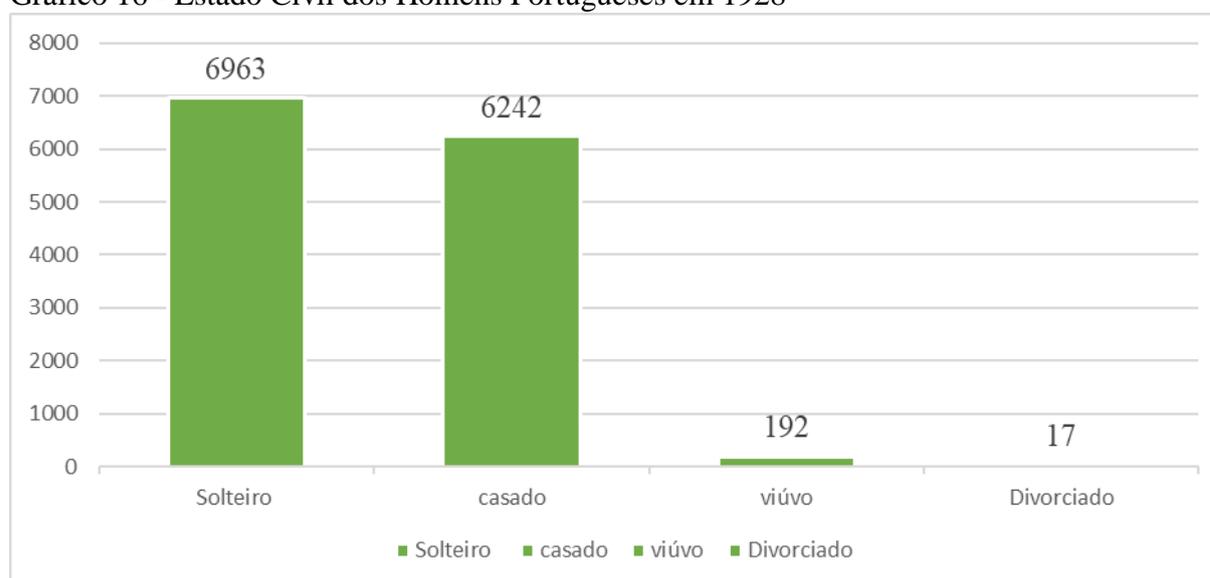
### Dados de 1928

Gráfico 15 - Distribuição de Gênero em 1928



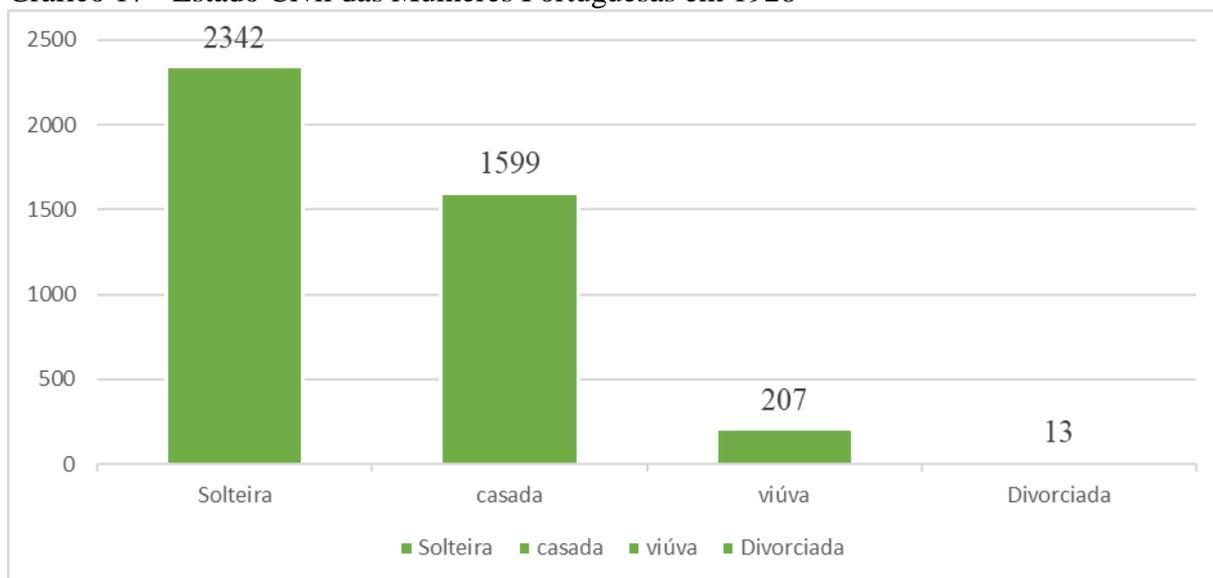
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 16 - Estado Civil dos Homens Portugueses em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 17 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

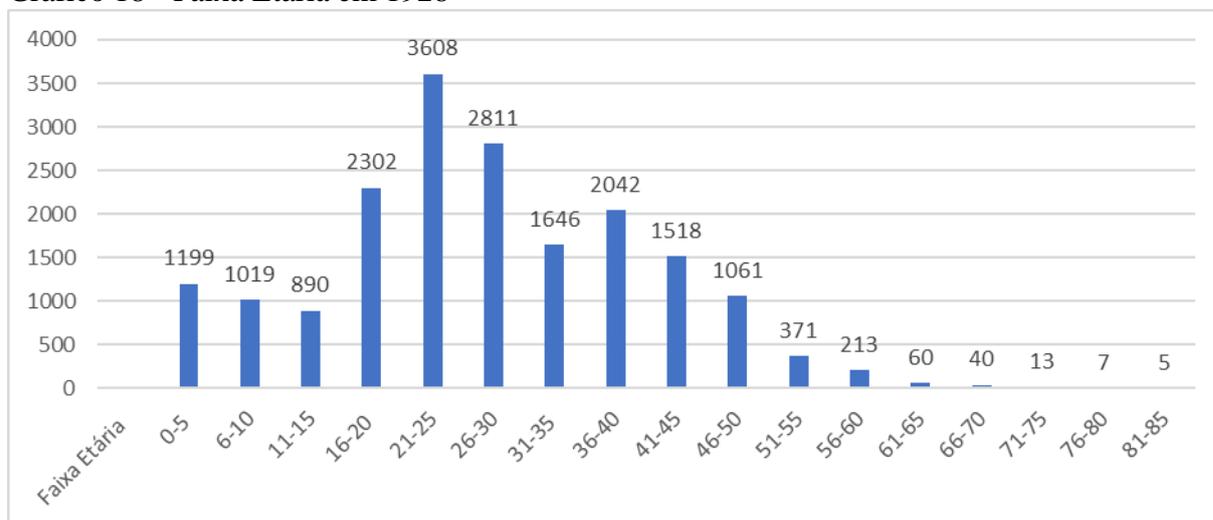
Em 1928, a Hospedaria da Ilha das Flores recebeu muitos imigrantes, números expressivamente maiores do que o ano de 1925. A explicação para tal fenômeno é que em 1925, o decreto nº 16.761 de 31 de dezembro de 1924 vigorou apenas no final do ano. Enquanto que em 1928, os números da imigração lusitana foram inflados por ter tido o decreto funcionando durante todo o ano. No Gráfico nº 15, os dados mostram números concretamente maiores que no ano de 1925, não obstante a diferença de gênero é proporcionalmente bem próxima. A presença masculina foi pouco mais de 3 vezes a presença feminina. No total de 17.575 imigrantes, foram 13414 homens e 4161 mulheres. Nesses números gerais estão incluídos uma quantidade relevante de famílias. Foram registradas por volta de 1608, sendo uma formada por pai solteiro e 83 por mães solteiras.

A distribuição do estado civil dos homens em 1928 registrou 6963 solteiros, 6242 casados, 192 viúvos e 17 divorciados. Assim como no ano anterior analisado, os números de solteiros devem ser relativizados como a maior fatia da imigração masculina, por causa da presença massiva de muitas crianças. Então, ao cotejar com relativo rigor, descontando 1058 homens sem idade para casar, perceberemos que foram 5905 homens solteiros em comparação com os 6963 homens casados. Isto mostra que existia uma maior quantidade de homens casados quando se tinha condição para alcançar esse estado civil.

A imigração feminina registrou a entrada de 1599 casadas, 2342 solteiras, 207 viúvas e 13 divorciadas. A respeito dos números em relação as mulheres solteiras, ao cotejarmos os dados, excluindo as faixas etárias não aptas ao matrimônio, nota-se que o número de mulheres

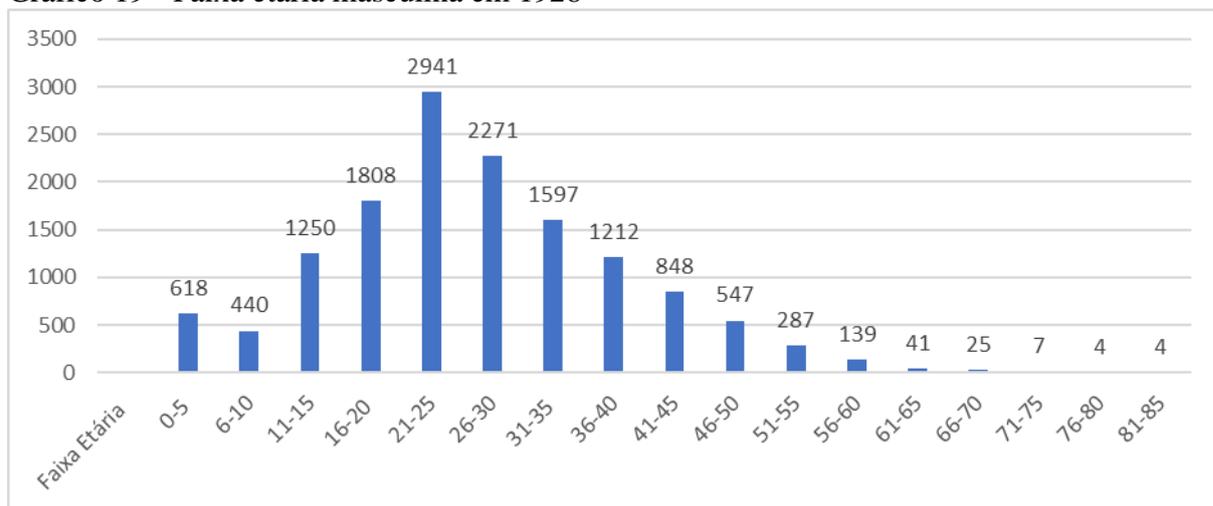
solteiras caiu substancialmente para 1375 mulheres, demonstrando uma maior presença de casadas do que de solteiras.

Gráfico 18 - Faixa Etária em 1928



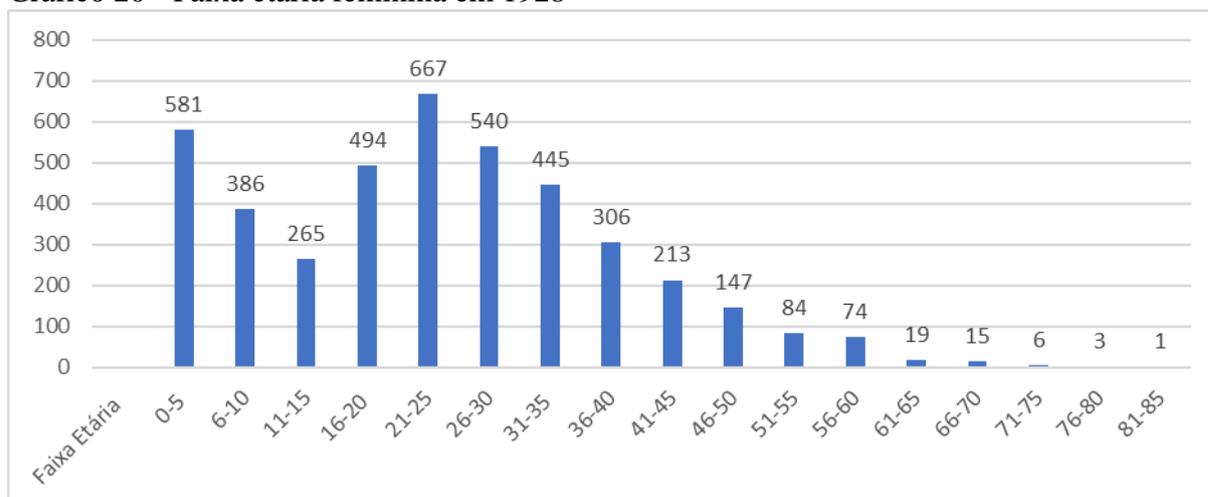
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 19 - Faixa etária masculina em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 20 - Faixa etária feminina em 1928



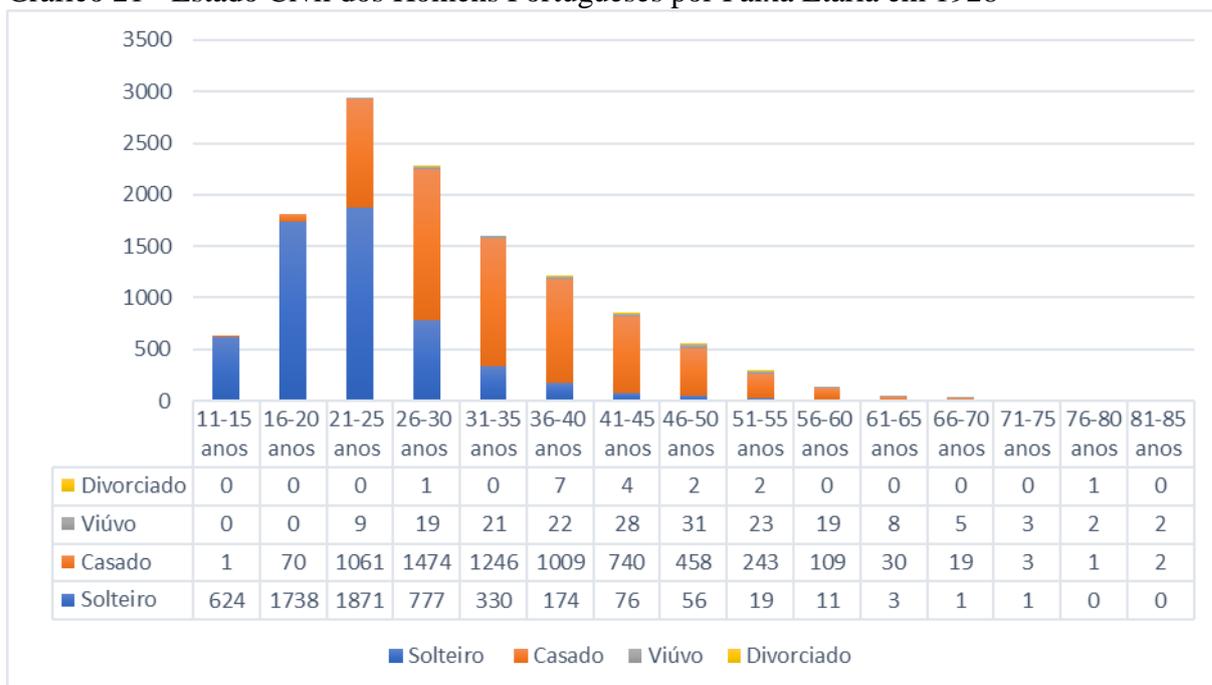
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1928

A distribuição da faixa etária em geral no Gráfico nº 18 seguiu o padrão visto no ano de 1925. Uma alta concentração na faixa etária de 20-30 anos, uma presença importante de jovens e números bem modestos de idosos.

No Gráfico nº19, observamos que as colunas seguiram a mesma estrutura do Gráfico nº18. É comum que seja parecido, porque o número de homens foi bem maior que o de mulheres, então, é lógico que a estrutura masculina seja o fiel da balança. Deste modo, as colunas maiores estão na faixa-etária de 20-30 anos, sendo o pico na faixa etária de 25-30 anos. Com o aumento progressivo da faixa etária, os números de lusitanos foram diminuindo.

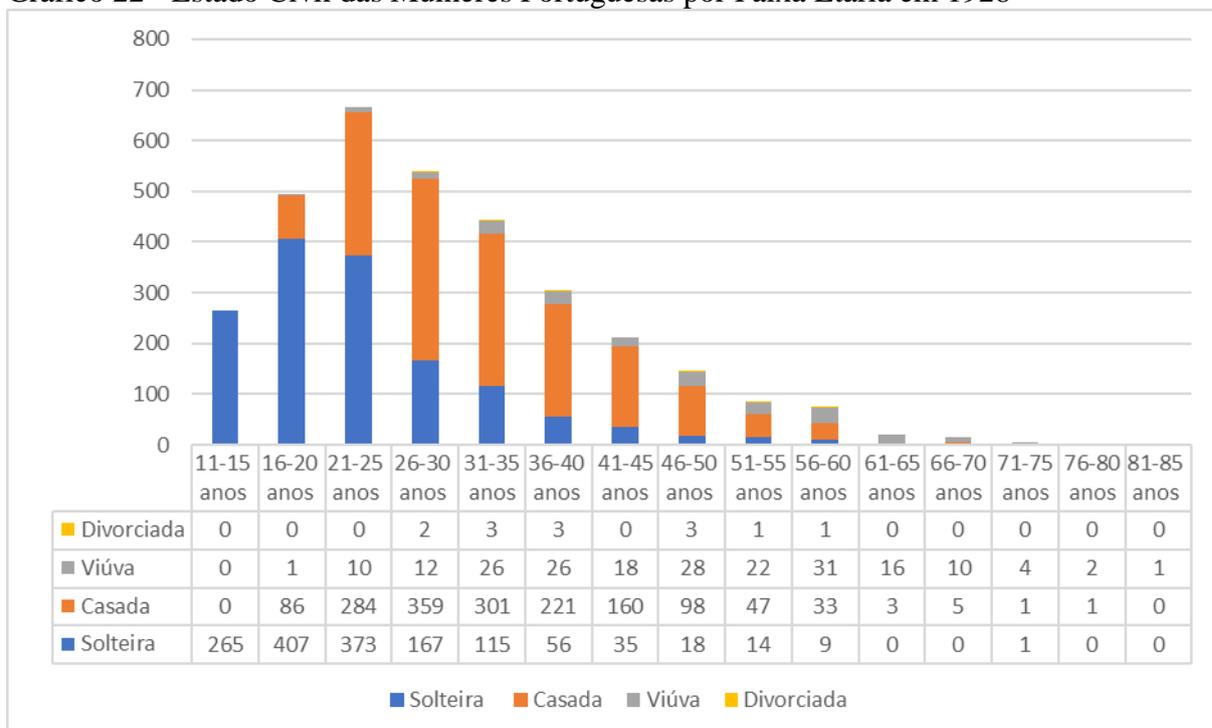
No Gráfico nº 20, vemos novamente como a distribuição da faixa etária feminina se diferiu da masculina. O pico de imigrantes do sexo feminino se concentrou na coluna da faixa etária de 21-25 anos. No entanto, essa faixa etária possui números bem próximos ao da quantidade de crianças de 0-5 anos, fruto da imigração familiar. Desta forma, o gráfico demonstra que a imigração feminina foi bem distribuída entre crianças e jovens mulheres. A partir dos 25 anos, o número de mulheres foi diminuindo progressivamente.

Gráfico 21 - Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

Gráfico 22 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1928



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1928

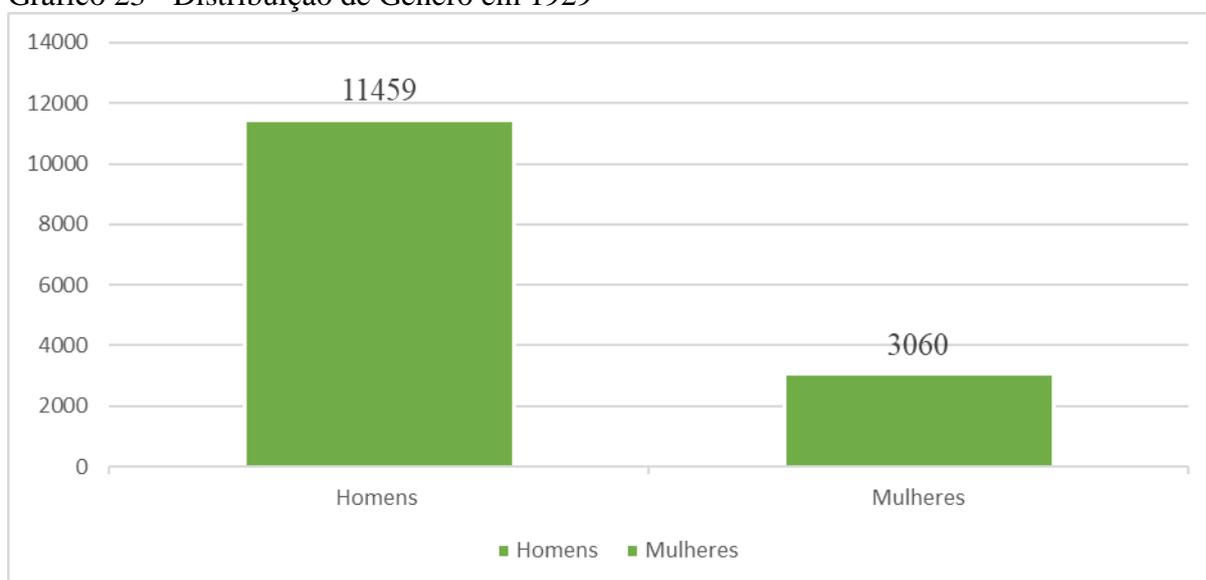
Ao consultarmos o Gráfico nº 21, observa-se que nas duas primeiras colunas, a presença lusitana na Ilha das Flores era quase exclusivamente formada por homens solteiros. Na terceira coluna, o pico do gráfico, foi a última faixa etária cuja quantidade de solteiros era

maior que a de casados. Nas colunas seguintes, as entradas de casados foram significativamente maiores que as de solteiros.

No Gráfico n° 22, as duas primeiras colunas foram compostas basicamente por mulheres solteiras. A terceira coluna ainda teve a maioria de pessoas solteiras. Nas colunas seguintes, as mulheres casadas foram o grupo majoritário. Sobre a segunda coluna da imigração feminina, visualiza-se que a imigração de jovens de 16-20 anos casadas foi maior, não apenas numericamente, mas proporcionalmente que a masculina nesta mesma faixa etária. Além disso, cabe salientar que na faixa dos 60 anos em diante, apesar dos números baixos, o estado civil mais representativo foi o de viúvas.

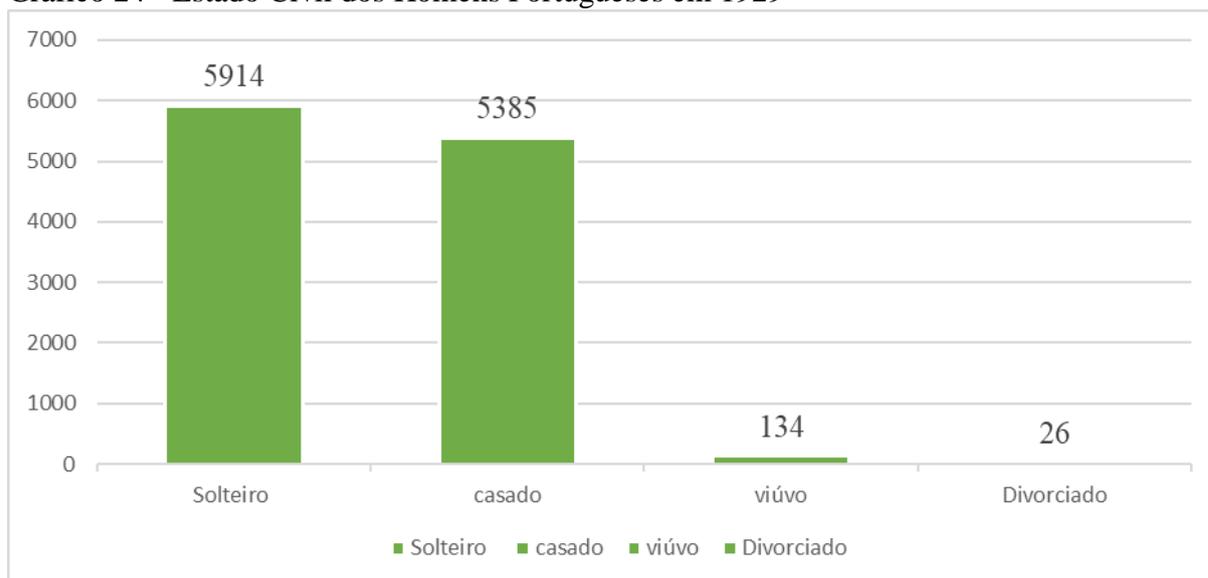
### Dados de 1929

Gráfico 23 - Distribuição de Gênero em 1929



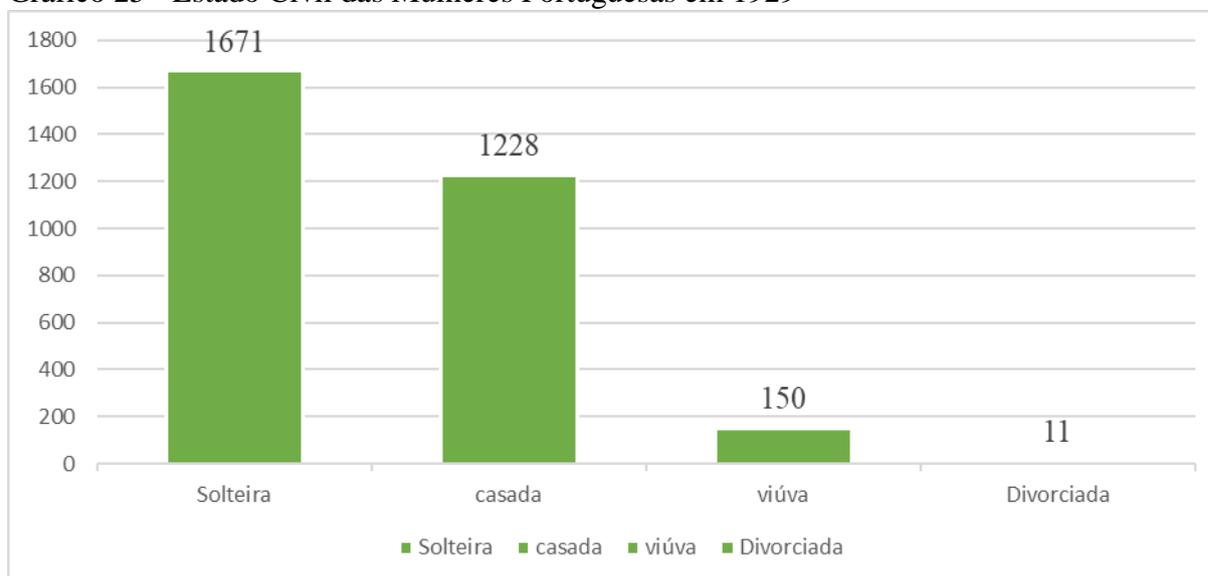
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1929

Gráfico 24 - Estado Civil dos Homens Portugueses em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

Gráfico 25 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

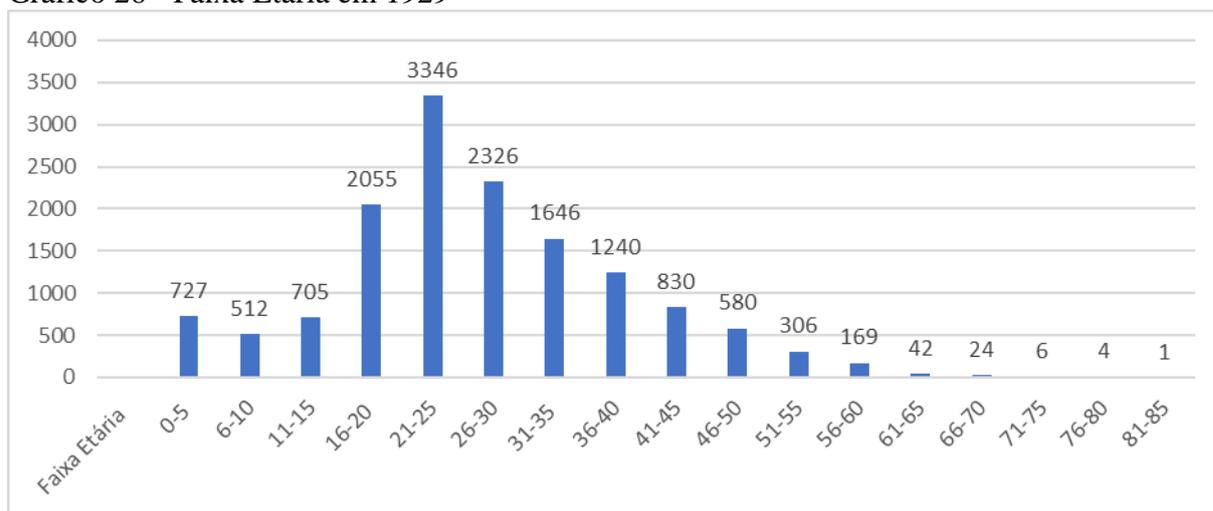
Dos anos analisados até o momento, 1929 foi o ano com a maior diferença entre homens e mulheres. Registrou-se 14.519 portugueses, 3060 mulheres e 11459 homens, quase 4 vezes o número de homens. Nestes valores, estão inclusas 1257 famílias.

No Gráfico nº24, é possível notar que a distribuição masculina foi bastante parecida com a dos anos anteriores de maior presença portuguesa na Hospedaria da Ilha das Flores. Os números de cada estado civil registrado no respectivo ano foram: 5914 solteiros, 5385 casados, 134 viúvos e 26 divorciados. Apesar de números pequenos, esse é o ano com o maior número de divorciados registrados no período estudado.

No que concerne aos números de solteiros, precisa-se relativizar a construção do perfil do estado civil do imigrante português, devido ao número de crianças. Elas estavam em uma faixa etária onde não possuía outra opção além de ser solteiro. Portanto, ao cotejar os números de solteiros, chegamos a 5257 homens solteiros, tornando ela um pouco menor que a imigração de homens casados, quando havia-se tal possibilidade.

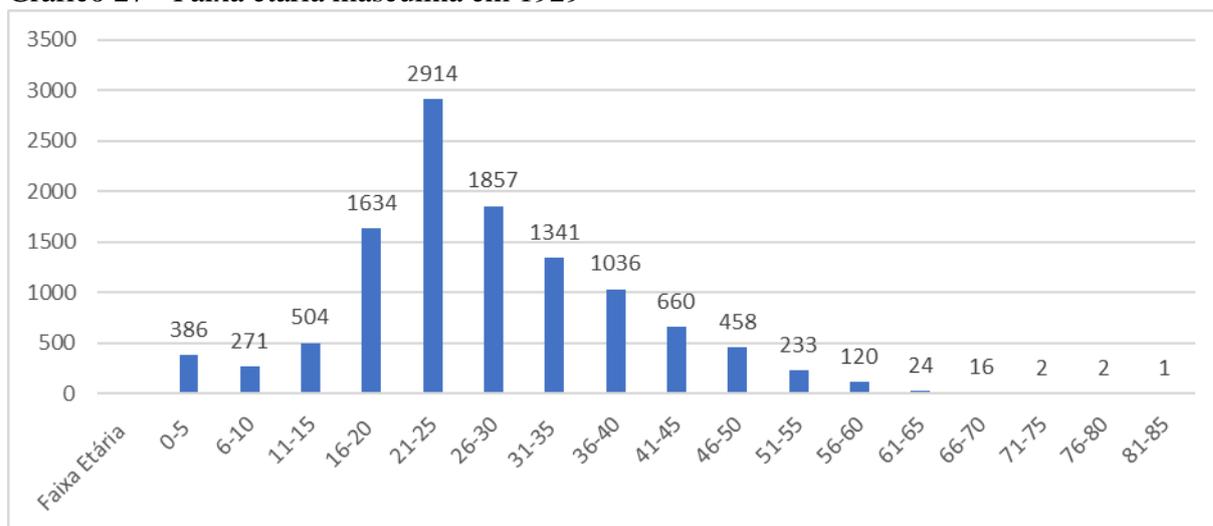
Na distribuição do estado civil das mulheres lusitanas na Hospedaria da Ilha das Flores presentes no Gráfico n°25, observamos que entraram 1671 solteiras, 1228 casadas, 150 viúvas e 11 divorciadas na Ilha das Flores. Sem problematizar a relação entre faixa etária e estado civil, fica claro que a imigração feminina de mulheres solteiras era levemente maior. No entanto, ao considerarmos a exclusão das crianças, veremos que quando existia a possibilidade de serem casadas, este era o estado civil com maior representação. A afirmação anterior torna-se clara quando comparamos as 1671 mulheres casadas com 1089 solteiras, que é o número cotejado. Nesse Gráfico, estão inclusas uma mãe solteira e as interessantíssimas 130 mulheres que foram colocadas como chefes de família pelo escrivão.

Gráfico 26 - Faixa Etária em 1929



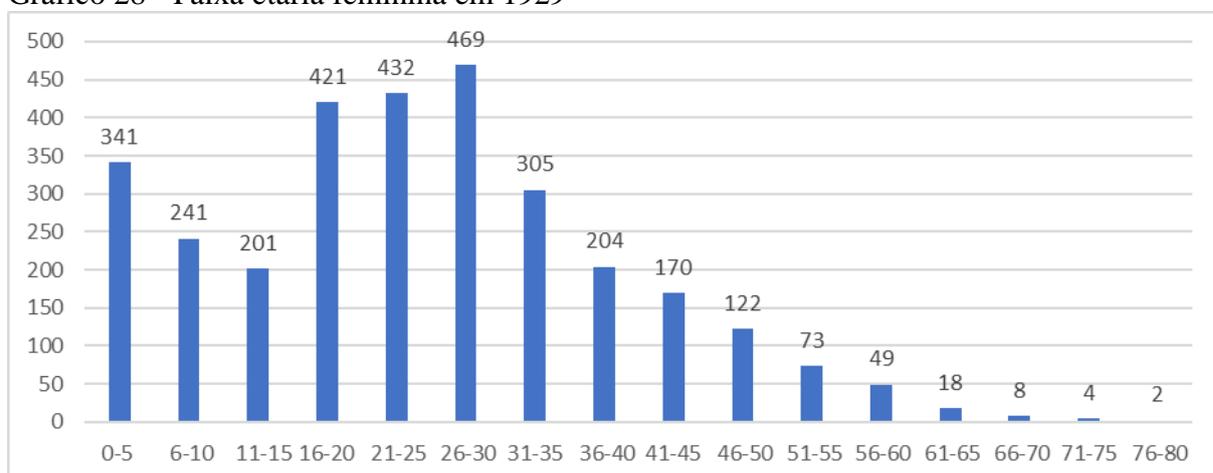
Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1929

Gráfico 27 - Faixa etária masculina em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

Gráfico 28 - Faixa etária feminina em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores.1929

Nos gráficos n°26 temos a faixa etária da imigração portuguesa em geral, onde ele nos mostra que a maior parte se concentrou na faixa etária de 20-30 anos. À medida em que se avançava nas faixas etárias, a concentração diminuiu progressivamente. Também, se registrou números relevantes nas faixas etárias mais novas de 0-10 anos, onde esse volume foi alavancado proporcionalmente pela quantidade de mulheres chegadas com a família pela imigração familiar.

No gráfico n° 27, percebemos que a estrutura dele é bem parecido com a estrutura do gráfico anterior. A grande diferença reside no peso da presença de crianças do sexo masculino, que proporcionalmente era bem menor se compararmos com a imigração feminina, tarefa que faremos mais à frente. No que se refere ao pico da imigração, como afirmamos anteriormente, ela foi bastante similar ao da faixa etária geral. Tendo em visto que

a quantidade de homens neste ano (o mesmo vale para os anos anteriores analisados) foi consideravelmente maior que o de mulheres. Desta maneira, a imigração foi concentrada na faixa de 20-30 anos. Nas faixas etárias posteriores, os números diminuíram progressivamente.

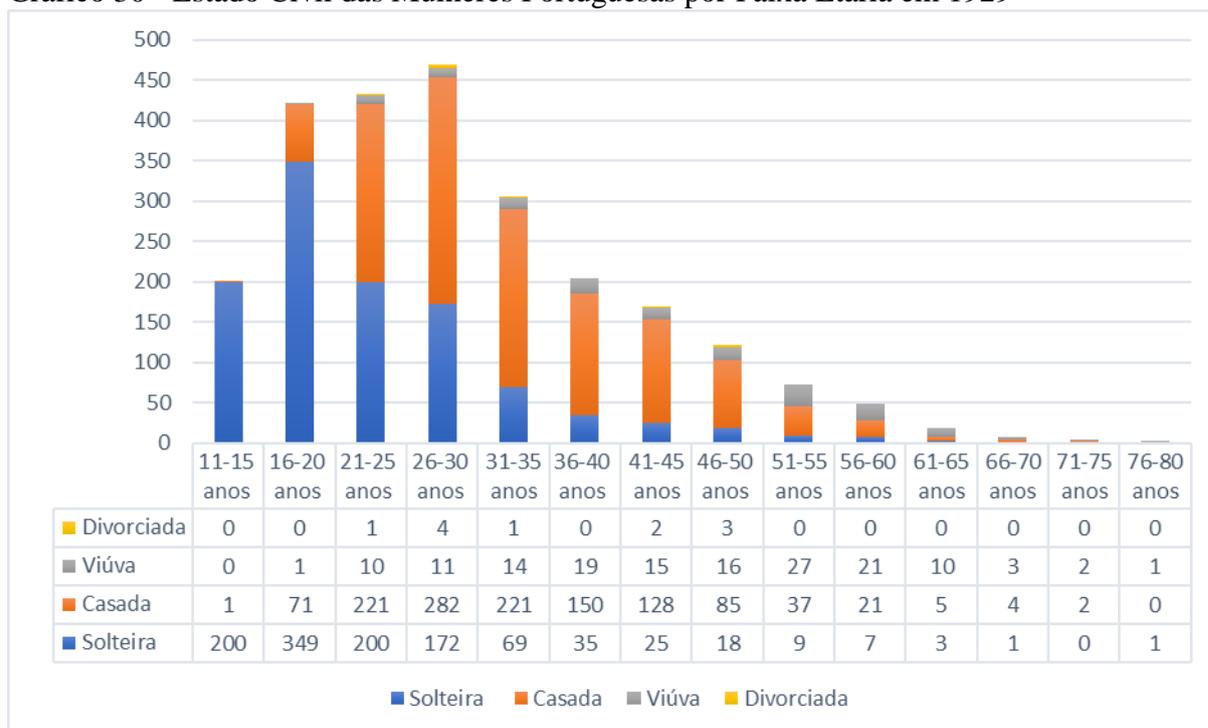
Acerca da faixa etária feminina, ela possuía uma distribuição bem diferente da masculina e também foi um pouco diferente dos dados analisados nos anos anteriores. Conseguimos notar que a imigração feminina foi bastante equilibrada nas faixas etárias. Ela registrou números grandes de crianças e jovens nas três primeiras colunas. Números levemente maiores nas colunas de 16-30 anos. Nas colunas posteriores, os números caíram progressivamente. O interessante é que neste ano, a faixa etária que acumulou o maior número de imigrantes foi a de 26-30 anos, mulheres levemente mais velhas. Esta característica não foi encontrada em nenhum ano analisado até aqui. Independentemente do gênero, o recorte que acumulava mais imigrantes era o de 21-25 anos.

Gráfico 29 - Estado Civil dos Homens Portugueses por Faixa Etária em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1929

Gráfico 30 - Estado Civil das Mulheres Portuguesas por Faixa Etária em 1929



Fonte: Livros de Registro da Hospedaria da Ilha das Flores. 1929

No Gráfico nº29, temos a distribuição do estado civil masculino em cada faixa etária. Podemos notar que nas primeiras colunas, entre 11-20 anos, a imigração portuguesa foi quase exclusivamente formada por homens solteiros. Na terceira coluna, na faixa etária de 21-25, há mais presenças de casados, porém, ainda foi predominantemente formada por homens solteiros. Nas colunas posteriores, o número de casados inverteu a relação existente na coluna anterior. Ela registrou números bem maiores de casados em comparação com a de solteiros. Essa relação se seguiu com a diminuição progressiva dos solteiros a cada faixa etária avançada.

Ao examinarmos a distribuição do estado civil feminino notamos algumas diferenças com a masculina. As duas primeiras colunas são compostas majoritariamente por solteiras. Todavia, na segunda coluna, há uma presença maior de mulheres casadas bem jovens, inclusive maior que a dos homens, não apenas nos números gerais, mas proporcionalmente, como no anterior. Na faixa de 21-25 anos, os números foram bem próximos de solteiras e casadas. Já nas outras colunas, com a idade avançando, as mulheres comprometidas matrimonialmente foram as que tiveram mais representação nas faixas etárias até 60 anos. Após essa idade, as viúvas se tornaram a maioria, mas em uma amostragem bem menor.

### **A posição da mulher nos livros de registro**

Um fato intrigante que encontramos na década de 1920 com surpreendente constância foi a mulher sendo colocada como chefe de família. A princípio não é muito claro um padrão, tendo em vista que houve diversas situações onde essas mulheres apareceram nesta condição.

O primeiro ponto ao abordar o tema é que apesar de ter sido recorrente, este não era um padrão. A prática dependia do escrivão que iria preencher os dados dos imigrantes que ingressaram na Hospedaria. Dado a quantidade de imigrantes, era comum que alguns dados não fossem preenchidos, mesmo dados importantes como o de parentesco, já que a tarefa de computar as informações pessoais de centenas ou milhares de imigrantes em um dia poderia ser árdua. Notamos pela letra e no jeito que os dados foram preenchidos nos livros de registro, que a tarefa era cumprida por mais de um funcionário. Desse modo, botar a mulher como chefe de família, era uma opção do escrivão. Usamos a palavra opção intencionalmente, já que haviam outras palavras para serem utilizadas, como mãe, mulher, esposa, termos que foram utilizados por alguns funcionários.

Registrou-se mulheres como chefes em 1924, 1925, 1928, 1929, os números foram respectivamente: 4,3,83, 130. Não existia um critério para colocar a mulher como chefe, fato que não nos permite enxergar um padrão. Encontramos mulheres sendo colocadas como chefes de família quando eram mães solteiras, viúvas e decidiam recomeçar a vida no Brasil com seus filhos. Também houve mulheres casadas que vinham para o Brasil com os filhos para se reunir com seus maridos que emigravam antes, sendo classificadas como chefes. Temos, ainda, um intrigante caso que abordaremos mais adiante, sobre uma mulher colocada como chefe mesmo vindo junto com o seu companheiro.

Com exceção ao último exemplo, interpretamos que o papel de “chefe” da família em algumas situações, na perspectiva do escrivão, significava o chefe daquele grupo. Em famílias de irmãos, encontrou-se o irmão mais velho sendo colocado como chefe. Os irmãos eram bem jovens e provavelmente não eram chefes da família em si.

É curioso que durante uma década, tivemos 220 mulheres sendo colocadas como chefes de família em um recorte temporal em que reinava uma ordem no Brasil extremamente machista. A mulher era vista como incapaz, a violência matrimonial era legitimada juridicamente, a igreja colocava o homem como a cabeça da família e mesmo com todos esses fatores que oprimiam as mulheres, havia homens capazes de registrar a mulher como chefe. Não estamos defendendo um homem progressista no que concerne as relações de gênero. No entanto, é interessante ressaltar que existiam outras opções para serem utilizadas no lugar de “chefe”, palavras com menor impacto. Ainda assim, o escrivão fez a escolha por usar tal



Neste registro acima, o escrivão classifica uma mulher acompanhada de seu marido e filho, como chefe de família. Poderíamos conjecturar de que foi um erro do escrivão, já que em um dia movimentado na Hospedaria, teria que escrever em um curto período, informações de centenas de pessoas. Logo, é razoável pensar na possibilidade de ter sido um erro.

Inesperadamente, se procurarmos investigar vestígios de erro no registro da Maria Eugênia e Antônio Manoel, não encontraremos. Não parece ter sido um erro, não há vestígios de erros em outros registros desta página. Assim como, não há rasuras neste trecho do livro. Isto por si só, não é um forte argumento a favor de que o registro tenha sido consciente. Ele poderia ter errado e não ter notado. Não obstante, o que nos possibilita pensar na possibilidade contrária, é que o Antônio Manoel foi preenchido como esposo de Maria Eugênia, abrindo possibilidade de pensarmos que os papéis foram invertidos.

Apesar de ser um registro instigante, não é possível nos aprofundarmos mais neste momento, porque não possuímos mais pistas para investigarmos essa família. Dito isto, não é possível afirmar que foi um erro ou houve intencionalidade. Todavia, ao encontrar os poucos dados desta família e não expor seria um desperdício.

#### 2.4 A Primeira República: instabilidade econômica e política

A Primeira República portuguesa assumiu como desafio ao substituir a Monarquia, o papel de equilibrar as finanças públicas. Contudo, na década de 1920, tal objetivo não foi alcançado, logo, as finanças passaram por um grande desequilíbrio econômico:

A balança de pagamentos registava dificuldades, porque os movimentos de capitais eram muito erráticos, em virtude da grande volatilidade internacional. À paralisia do investimento estrangeiro juntou-se a fuga de capitais e a paralisia das remessas de emigrantes (sobretudo do Brasil)<sup>128</sup>.

Em relação a produção industrial, Portugal não seguiu pelos caminhos das grandes transformações tecnológicas como os outros vencedores europeus da Primeira Guerra Mundial<sup>129</sup> e os Estados Unidos da América. Essas nações investiram em novas tecnologias e

---

<sup>128</sup> MATA, M.E. “A política financeira”. In: História da Primeira República Portuguesa, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 198.

<sup>129</sup> Apesar da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial ser pouco conhecida, Portugal atuou e saiu como um dos vencedores, tendo direito a reparações de Guerra que deveriam ser pagas pelas nações perdedoras.

na recuperação industrial. Portugal decidiu seguir por outro caminho, pensaram em melhorar as receitas públicas à custa de empresas públicas e do desenvolvimento de um setor empresarial do Estado. No entanto, a iniciativa foi abandonada devido ao fracasso deste empreendimento. Ademais, esperava-se ainda as compensações por suas perdas na Primeira Guerra Mundial<sup>130</sup>, mas os valores que deveriam ser pagos pelos derrotados não foram completamente recebidos pelas dificuldades financeiras que os derrotados se encontravam depois da guerra.

As consequências da soma das condições descritas acima se traduziram em ter os preços praticamente triplicados entre 1914 e 1919<sup>131</sup>. Em 1924 os valores tinham se multiplicado por 8, ocasionando em uma grande perda de poder de compra e por conseguinte a desvalorização da unidade monetária portuguesa interna e externa<sup>132</sup>. A taxa de câmbio que era estável até antes da guerra, diminuiu o dobro durante a guerra. No momento posterior, a taxa despencou para valores que ultrapassavam 20 vezes a aqueles que existiam antes da guerra<sup>133</sup>, tornando mais difícil a realização de transações em moedas estrangeiras.

O déficit público cresceu para cerca de dez por cento do PIB. Para resolver o problema, o governo português pegou empréstimos junto ao Banco de Portugal. Os empréstimos correspondiam ao aumento da emissão de moedas. Ao mesmo tempo que aumentava a circulação da moeda, conseqüentemente, alimentava uma grande inflação no território português; a estabilização formal do regime monetário só se concretizou em 1931.

Se na economia, a Primeira República não foi eficiente no objetivo de resolver os problemas econômicos, após a Grande Guerra, ela foi igualmente incapaz de alcançar uma estabilidade política que legitimasse o regime. Desta maneira, a experiência republicana teve vida curta sob um ponto de vista histórico, caindo em 1926, para dar lugar a uma ditadura que só terminou em 1974.

---

Para saber mais, Cf. PESTANA, I.P. “*A memória da guerra*”. In: História da Primeira República Portuguesa, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009.

<sup>130</sup> Apesar de não ter havido conflitos no território português stricto-sensu (houve conflitos nas colônias portuguesas), Portugal teve direito a compensação pelas 8 mil mortes, e dos mais de 25 mil feridos, capturados e declarados desaparecidos. Cf. *Ibidem*. p.349.

<sup>131</sup> MATA, M.E. *Op. cit.* p. 198.

<sup>132</sup> *Ibidem*. p.199.

<sup>133</sup> *Ibidem*. p. 200.

No período de 1919-1926, a república portuguesa gozou de pouca estabilidade. Mesmo com dois partidos políticos acordados em alternar os poderes<sup>134</sup>, os membros da elite portuguesa que compunham estes partidos ainda eram muito heterogêneos. Por exemplo, do PRP se originaram grupos políticos que iam da extrema esquerda até a direita<sup>135</sup>. Em suma, as múltiplas visões de mundo em um ambiente de disputa pela hegemonia política tiveram como resultado um quadro de completa fragilidade política, gerando 11 governos diferentes no prazo de 17 meses, mais especificamente entre janeiro de 1920 e julho de 1921<sup>136</sup>.

O clima político complexo continuou até 1926. Com as tensões se agravando, os trabalhadores portugueses se radicalizaram e estavam nas ruas em defesa dos interesses de sua classe. Por outro lado, a oposição criticava o governo com a alcunha de “bolchevismo”, sendo que seus governantes eram partidários de uma esquerda moderada. Neste clima de tensão, houve um movimento na Espanha que fez com que as forças conservadoras portuguesas visualizassem uma janela de oportunidade para um outro ator político intervir na política portuguesa, os militares. Portanto, em 1923 se instaurou uma ditadura militar sob o comando do general Primo Rivera na Espanha<sup>137</sup>.

Inspirados nos vizinhos, a oposição do PRP pensou que nos militares residia uma força moralizadora. Não só a oposição, mas os próprios militares se viam como essa força moral, incorruptível, fruto da disciplina e patriotismo presentes no imaginário militar. Ancorados nesta noção, o golpe militar se concretizou após um semestre de escândalos, como o do Banco Angola e Metrópole. A fala do general Gomes da Costa demonstra o tom de como os militares se viam em uma missão moralizadora: “Vergada sob a acção de uma minoria devassa e tirânica, a nação, envergonhada, sente-se morrer. Eu, por mim, revolto-me abertamente. Portugal, às armas pela Liberdade e pela honra da Nação!”<sup>138</sup>.

A primeira experiência republicana sobreviveu a somente 16 anos e caiu pela ineficiência em resolver os problemas econômicos. Não apenas não resolveu, mas agravou a situação à medida que concomitantemente perdia sua base política, as camadas urbanas, onde

---

<sup>134</sup> PRP e Partido Liberal, posteriormente o Partido Liberal foi rebatizado como Partido Nacionalista.

<sup>135</sup> Rui R.; Bernardo V. S., Nuno G. M. (coord). *História de Portugal*, 1ª ed. - Alfragide: D. Quixote, 2021. [ebook].

<sup>136</sup> *Ibidem*.

<sup>137</sup> *Ibidem*.

<sup>138</sup> *Ibidem*.

residia a alma da República, movimento nascido em Lisboa e apoiado pelos setores urbanos. Com o golpe de 28 de maio, ocorreu o contrário. Marchou-se do mundo rural até Lisboa.<sup>139</sup>

## 2.5 A Ditadura e a Nova Perspectiva do Emigrante Português

O novo governo português foi responsável por uma troca na perspectiva do Estado em relação a imagem que ele construía do emigrante que partia para o Brasil. A construção dela começou em 1926 com uma alteração de legislação<sup>140</sup>, mas ela foi fortalecida durante o período salazarista.

A construção de um emigrante ludibriado por engajadores para serem explorados no Brasil tão usada como propaganda anti-emigratória no século XIX sofreu uma transformação que caminhou completamente no sentido oposto. A exaltação à fidelidade e heroísmo foram as atitudes do Estado com a comunidade lusitana no outro lado do atlântico. Essa guinada foi inspirada nos procedimentos da Itália fascista com a sua comunidade emigrante.

O fascismo italiano começou a pensar nos emigrantes no continente americano a partir de 1923, com a criação de um comissariado geral de emigração. No ano seguinte, foi realizado uma conferência internacional sobre o tema. Como resultado dessas medidas, foram enviados comissários de emigração para os Estados Unidos e Austrália com o objetivo de estreitar laços. Tal ação apoiava-se em propagandas que apelavam para os valores tradicionais do mundo rural italiano. A ideia geral deste movimento era defender que cada italiano, independente do lugar no mundo em que ele estivesse, deveria ser um cidadão a serviço da Itália<sup>141</sup>.

Em Portugal, ocorreu situação parecida. Não com a mesma sofisticação que as instituições fascistas. Mas, houve uma grande mobilização de propaganda direcionada para as comunidades emigradas no Brasil. O pensamento norteador da medida, era a valorização da figura do emigrante a partir de um ideal de portuguesismo baseado nos valores da “cultura popular” oriundos de um universo cultural rural<sup>142</sup>. Neste sentido, o emigrante português

---

<sup>139</sup> TELO, António José. 2020. op. cit., p. 166-167.

<sup>140</sup> Paulo, H. (2019). *Salazar no Brasil*. Amazon, E-book.

<sup>141</sup> Ibidem.

<sup>142</sup> Ibidem.

ganhou um conteúdo heroico, como nos mitos de construção de identidade nacional do passado das Grandes Navegações. Dessa vez, era um novo herói, trabalhador, que vence em terras estranhas, adversas e fiel ao seu país natal<sup>143</sup>.

## 2.6 Emigração Portuguesa para a França

O Brasil foi o destino preferido dos emigrantes portugueses do primeiro quarto do século XIX até o fim da década de 1930. Nos anos 50, o fluxo emigratório português se voltou para a França. No entanto, as raízes desses deslocamentos remontam a década de 20, momento em que se formou as cadeias migratórias portuguesas nas terras francesas.

Até os primeiros quinze anos do século passado a França era o principal país de imigração da Europa. Contudo não se constituía como um destino possível para os emigrantes portugueses até o ano de 1916<sup>144</sup>.

As primeiras tratativas para a atração de mão de obra portuguesa para a França aconteceram durante a Primeira Guerra Mundial<sup>145</sup>, já que ela foi uma das principais participantes do conflito. Por causa de sua participação, teve sua pujança econômica diminuída pelos esforços de guerra. Por conseguinte, necessitou de braços para o trabalho. Desta forma, assinou um acordo com diversos países, trazendo cerca de 500.000 pessoas das colônias e estrangeiros de outros países<sup>146</sup>. Neste contexto, a nação francesa solicitou a Portugal como demonstração de seu esforço de guerra, o envio de trabalhadores para a França. Todavia, esse pedido não foi visto com bons olhos pelas elites políticas portuguesas. Eles acreditavam que ao estarem fornecendo apenas a mão de obra, isto se constituía como uma espécie de rebaixamento de uma nação soberana, enquadrando os portugueses no mesmo patamar de colônias africanas. Os africanos, no período, eram vistos como pessoas de raça

---

<sup>143</sup> Ibidem.

<sup>144</sup> Pereira, Victor. *Trier et inspecter les travailleurs étrangers : les dépôts de travailleurs portugais dans le Pays basque de 1916 à 1940* ". In Passages et frontières en Aquitaine : Expériences migratoires & lieux de transit, edited by Laurent Dornel. France : Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, 2018 p.105.

<sup>145</sup> Ibidem.p.106.

<sup>146</sup> Ibidem.

inferior sob o ponto de vista da classe dirigente portuguesa. Na visão deles, os lusitanos deveriam lutar ao lado das democracias europeias como um igual<sup>147</sup>.

Portugal aceitou fazer um acordo com a França para envio de mão de obra. Não obstante, a ação só foi concretizada após a confirmação do envio definitivo de suas tropas para participar do conflito. Forneceram cerca de 53 homens que saíram de Leixões e desembarcaram em Bayonne, região basca da França<sup>148</sup>. Para as elites políticas portuguesas, o *timing* do envio da mão de obra tinha uma carga simbólica. Ao fornecerem os trabalhadores após a chegada dos combatentes portugueses na França, estariam lutando lado-a-lado das potências europeias, os afastando dos colonos e os colocando como protagonistas no conflito.

Apesar do início com números estatisticamente pouco relevantes, na década de 20, houve alteração neste quadro. No recorte temporal de 1920-1930 pouco mais de 70 mil emigrantes portugueses passaram por Hendaye<sup>149</sup>, na França. Apesar de serem números que não chegaram perto de acabar com a soberania brasileira como principal destino dos portugueses que saíam de Portugal, são números interessantes. Eles tiveram relativo impacto a ponto de motivarem mudanças legislativas em Portugal com o objetivo de frear a emigração para a França.

O fluxo migratório português para a França na década de 1920 não foi um processo homogêneo, os números flutuaram de acordo com as necessidades de braços por parte dos franceses. Na prática, isto significou que em momentos de desemprego no território francês, as fronteiras eram fechadas para que os postos de trabalho fossem ocupados pelos trabalhadores nacionais. Para termos uma noção da disparidade, segundo os escritórios de controle da imigração do Ministério do Trabalho e do Ministério da Agricultura em Hendaye, dos 71.472 portugueses que imigraram entre 1920-1930, nos anos 1921 e 1927, ambos anos de altas taxas de desemprego na França, as autoridades francesas só permitiram a entrada de

---

<sup>147</sup> Ibidem.p.107.

<sup>148</sup> Ibidem.p108. Para uma abordagem mais aprofundada sobre as negociações entre Portugal e França durante a Primeira Guerra Mundial Cf. “Pereira, V. *Concéder le départ des travailleurs pour entrer en guerre. Les négociations de la convention de main-d’œuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*. In : Centenaire de la première convention franco-portugaise de main-d’œuvre civile et militaire du 28 octobre 1916 (pp. 79- 92). Comité français Sousa Mendes, 2017.

<sup>149</sup> A cidade Hendaye era o local onde ficava o “*Dépôt d’Hendaye*”, foi um entreposto criado em 1919 era um entreposto criado com o objetivo de fiscalizar a imigração portuguesa para a França. A estrutura citada acima não foi a única, existiram vários dépôts em diferentes regiões da França com o mesmo objetivo. Ser um dispositivo de regulação e controle de trabalhadores estrangeiros e colonizados. Cf. Ibidem.p.112.

100 imigrantes. Em contrapartida, no final da década, nos anos de 1929 e 1930, momento de auge, registrou-se cerca de 30.161 trabalhadores portugueses legais na região basca<sup>150</sup>.

No *dépot d'Hendaye*, era o local onde assegurava-se a validade dos contratos de trabalho apresentados, tendo em vista que Portugal e França não tinham assinado uma convenção de mão de obra. Também, esse entreposto poderia distribuir contratos de trabalhos para aqueles que não possuíam. O critério para a distribuição dos contratos era a necessidade da economia francesa em receber trabalhadores estrangeiros. O funcionamento dessas estruturas gerou insatisfação do governo português com a tolerância existente com imigrantes portugueses que não tinham contratos de trabalho. Eles eram aceitos legalmente na França. Na perspectiva portuguesa, a atitude tolerante estaria incentivando um novo fluxo emigratório que não era de interesse nacional. Portanto, em 1924, Portugal modificou sua legislação sobre a emigração visando enfraquecer o fluxo emigratório para a França. Na prática, a lei definia que para obter um passaporte para sair para outros países europeus, o cidadão português deveria portar um contrato de trabalho. A justificativa era que a legislação servia para proteger o cidadão português em terras estrangeiras. Porém, isto significou mais dificuldades para emigrar.

Outra medida visando reduzir o fluxo migratório, foi o investimento do Estado em propaganda anti-emigração que seguiam por duas linhas. A primeira linha enfatizava que centenas de imigrantes portugueses que eram reprovados nos entrepostos dormiam na rua, sofriam com o frio e fome ao ficarem desamparados em terras estrangeiras. O segundo argumento salientava que não havia grandes potencialidades no território francês. Os veículos de propaganda do governo divulgavam a narrativa que a França não era nada mais que um falso eldorado.

Curiosamente, os argumentos citados acima são muito parecidos com os utilizados pelo discurso negativo das autoridades portuguesas contra a emigração para o Brasil:

Muitas são as medidas que o governo sucessivamente tem empregado, aconselhadas pela experiência, não só para evitar a dita emigração[clandestina], como proteger cidadãos que legalmente se ausentam dos seus lares, no intuito de melhorar de fortuna. Mas o uso de meios fraudulentos e de seduções empregadas para arrastar incautos com promessa de grandes lucros produzem essas saídas ilegais e furtivas, subtraindo-se, os que assim fogem do país, à fiscalização da autoridade<sup>151</sup> ...

---

<sup>150</sup> Ibidem.p.112.

<sup>151</sup> Cf. Leite, J. C. Op.Cit.,1993, p.99.

O trecho acima é de 11 de julho de 1855, foi proferido durante uma discussão de proposta de lei para reprimir a emigração ilegal na Câmara dos Deputados. Podemos notar como a imagem da emigração foi construída pelas elites políticas portuguesas com um aspecto negativo. São pessoas pobres sendo seduzidas por falsas promessas, logo, seria dever do Estado “intervir na proteção de seus cidadãos”. Segundo Joaquim da Costa Leite, esta perspectiva não era isolada, há outro exemplo de fala na Câmara dos Deputados que reforça a perspectiva negativa, negando a posição do emigrante como agente autônomo de todo o processo, como a do deputado Soares de Albergaria:

Tenho muitas vezes presenciado os grandes abusos que se cometem relativamente à emigração. Tenho visto até os próprios tutores concorrerem para que os tutelados se ausentem, e fiquem por lá, ou faleçam a fim de se utilizarem de alguma coisa que eles possuíam. Tenho visto também muitas vezes haverem colonos, que pela sua rusticidade são iludidos e forçados a tentar fortuna, abandonando suas mulheres e filhos, e ficando por consequência as famílias na maior miséria e indigência, sobrecarregando a sociedade, que tem de as socorrer na sua desgraça<sup>152</sup>.

Cerca de 65 anos depois, em 1920, os mesmos argumentos foram utilizados para condenar a emigração portuguesa para a França segundo o historiador Victor Pereira:

O ministério do interior publicou um comunicado de imprensa indicando que 500 portugueses partiram para a França clandestinamente e ficaram barrados na fronteira de Irun, totalmente desamparados. Essa informação é totalmente falsa como garante o chefe do entreposto de trabalhadores estrangeiros de Hendaye<sup>153</sup> [Tradução nossa].

Como expomos anteriormente, o Estado português agiu contra a emigração, mas reparamos pelos números que as barreiras criadas via ação legislativa não fizeram com que se cessasse a emigração para a França. Na verdade, o efeito foi contrário, a flutuação dependia mais da necessidade da França do que a ação regulatória portuguesa, isto nos leva a pensar em alguns pontos.

Primeiramente, podemos acreditar que o Estado português teve uma política simplesmente ineficiente no seu objetivo, mas isto seria uma conclusão simplória de nossa parte. Na verdade, acreditamos que Portugal manteve a mesma postura em relação a emigração para o Brasil. O Estado não se engajou enfaticamente na tarefa de cessar a onda emigratória, tendo em vista que apesar de não ser o destino preferencial do Estado, a

---

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> Pereira, Victor. Op.cit. p.114.

emigração gerava retorno financeiro para o país. Assim, as remessas enviadas pelos emigrantes se constituíam como mais uma fonte de renda para o Estado.

Cabe enfatizar que o discurso oficial contra a emigração, não era um discurso anti-emigração, mas um discurso contra a emigração para a França. Durante o período em que se criticava a emigração para a França pela situação degradante do emigrante recusado, havia um forte incentivo para o deslocamento em direção as colônias africanas. Destino que nunca foi muito popular entre os emigrantes portugueses, mas que era de interesse nacional.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração portuguesa para o Rio de Janeiro foi objeto de inúmeras pesquisas, principalmente durante a Grande Imigração. No entanto, no que se refere ao estudo deste grupo étnico na década de 1920, ainda há uma escassez de produções com a atenção voltada somente para este recorte. O presente trabalho buscou contribuir com a temática ao ter como objeto a imigração portuguesa na Hospedaria da Ilha das Flores no recorte temporal de 1920-1930. Buscamos estudar a relação dos portugueses com Ilha das Flores nesta década, procurando compreender as diferenças existentes da presença portuguesa neste período em relação ao fluxo que chegou na Hospedaria antes da Primeira Guerra Mundial.

Antes da Primeira Guerra Mundial, os deslocamentos em massa vinham em uma crescente. No Brasil não foi diferente, estava ocorrendo uma entrada massiva de imigrantes europeus, sobretudo portugueses e italianos. O interesse na atração de indivíduos oriundos do continente europeu residia em várias intenções. A mais clara era o da substituição da mão de obra escrava pela mão de obra europeia. O segundo objetivo era o de trazer europeus para colonizar regiões com vazios demográficos, formando núcleos coloniais. O terceiro, foi de ordem racial, acreditava-se no paradigma das raças humanas. Portanto, as teorias raciais foram apropriadas no Brasil com o objetivo de “regenerar” a raça brasileira, compostas por uma quantidade muito grande pessoas negras que serviram como mão de obra forçada. Logo, pensava-se que a raça branca europeia deveria se miscigenar com a população local para o “melhoramento” da raça. Estamos sempre nos focando em afirmar que o interesse era nos imigrantes europeus para “a questão racial”, já que o Brasil tinha sido palco de outros imigrantes para além do continente europeu, como os chineses e japoneses. Porém, estes imigrantes não eram vistos como desejáveis para a miscigenação com o povo brasileiro por estarem abaixo dos europeus na hierarquização racial.

O Estado brasileiro, objetivando se tornar um país receptor de imigrantes no cenário internacional junto a outras nações como, Estados Unidos, Argentina e Canadá criou a Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores. Pensada para atuar em três dimensões, recepção, alojamento e transporte, ela materializou o projeto político brasileiro no que se refere a chegada de estrangeiros. Desta forma em 1883, foi criada a Hospedaria, construída em uma ilha, funcionando em uma lógica de quarentena reversa, protegendo os imigrantes saudáveis da capital suja e doente, já que a medicina da época achava que os surtos que ocorriam no Rio de Janeiro eram mais fatais em estrangeiros. Então, o consenso médico era de que eram

necessários alguns dias de aclimatação para que se garantisse o sucesso da introdução do estrangeiro em terras brasileiras.

A Hospedaria da Ilha das Flores obteve sucesso no recebimento de imigrantes de diversas nacionalidades. Ela recebia um constante aumento de imigrantes que a obrigava reformar seu espaço, buscando aumentar a capacidade e o conforto para os potenciais estrangeiros alojados. Curiosamente, uma hospedaria construída no Rio de Janeiro, não teve como principal nacionalidade os portugueses, sendo que este grupo étnico tinha como destino majoritário a capital do país naquele momento.

A chegada de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro começou logo após a independência do Império Brasileiro com Portugal em 1822. Isto não significa que não havia movimento de pessoas de Portugal para o Brasil, certamente tinha. Não obstante, não eram imigrantes, mas sim súditos que estavam se deslocando de uma parte do Império Português para outra parte do mesmo Império. Após 1822, começou a imigração portuguesa para o Brasil motivadas por oportunidades econômicas, já que a Capital vivia um boom financeiro oriundo do sucesso da produção cafeeira. Há poucas fontes da imigração neste período e consequentemente poucos estudos sobre a imigração portuguesa. Mas, sabemos que teve algumas diferenças neste se compararmos com a Grande Imigração. A imigração portuguesa da primeira metade do século XIX era praticamente um deslocamento definitivo. A maioria não tinha a intenção de voltar para Portugal, não foram registrados jovens que tinham como objetivo arrecadar dinheiro para sustentar a família em Portugal. Por outro lado, foi neste tempo que se construiu o domínio português no comércio no Rio de Janeiro. A explicação reside no fato de que muitos lusitanos não confiavam em escravos para trabalhar na função de atendente de bares, padarias, etc. Portanto, os portugueses buscavam conterrâneos para exercer essas funções.

Durante a Grande Imigração, os portugueses vieram massivamente para o Brasil, fluxo incentivado pelas oportunidades concretas de melhora nas suas condições de vida. Com uma ocupação majoritariamente urbana, eles escolhiam a Capital como o destino preferido. Não porque existia uma forte propaganda dos engajadores, prometendo caminho garantido para o enriquecimento fácil. Mas, pela existência de uma vantagem salarial significativa. Esse fator era o verdadeiro elemento dinâmico da imigração para o Brasil. Existiram indivíduos que enriqueceram, os famosos “brasileiros” que serviam de exemplo e esperança de que era possível enriquecer e que foram imortalizados na cultura portuguesa. Um exemplo do que realmente motivava lusitanos a sair de seu país natal era que um pedreiro no Rio de Janeiro ganhava de 3 a 4 vezes mais que um pedreiro em Lisboa.

O Rio de Janeiro era uma cidade lusitana, mas a Ilha das Flores não. Durante o final do século XIX, eles não foram o principal grupo étnico a entrar na Hospedaria da Ilha das Flores, estavam atrás dos italianos. Essa questão se explica pela presença das cadeias migratórias que substituíam os serviços que a Hospedaria poderia fornecer. Isto é, os imigrantes portugueses se apropriavam e se favoreciam das experiências de imigrantes portugueses já estabelecidos anteriormente.

Ao estudar a imigração portuguesa na Ilha, nota-se que haviam imigrantes com objetivos diferentes. Existiam imigrantes que usavam a Hospedaria para conseguir transporte para outras regiões do país, como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Tinha lusitanos ingressos com possíveis trajetórias parecidas a com dos portugueses que não passavam pela Ilha. Eles destinavam-se para a Capital, ocupavam a zona portuária e se assentavam no comércio. Também se fazia presente na Ilha, portugueses que seguiam para o interior, usando a Ilha das Flores como entreposto para o meio rural. Este fluxo migratório se direcionava para as regiões que formam o Vale da Paraíba. Lá trabalhavam nas fazendas de café, assim como em outros tipos de trabalhos existentes no campo. No início do século XX, a imigração para o Rio de Janeiro através da Ilha das Flores teve ciclos. De 1901-1910 havia poucas entradas e a maioria se destinava para o meio rural. Já nos anos de pico da imigração portuguesa, em 1911, 1912, 1913, a maior parte da presença portuguesa se destinou para a Capital, assim como os imigrantes que chegavam no Brasil pelo Porto do Rio de Janeiro e seguiam seus caminhos sem usufruírem dos serviços ofertados pela Hospedaria.

Com o fim do conflito de proporções mundiais, os contemporâneos ao evento esperavam um retorno ao que o mundo era antes. Todavia, não foi o que aconteceu. Não houve uma expansão econômica constante e um volume enorme de pessoas saindo da Europa em direção ao continente americano. A década de 1920 foi uma fase de estagnação econômica na Europa. Em Portugal, nesta mesma década, foi um período de retorno dos deslocamentos em massa, mas, com algumas novidades em relações a outros recortes. A principal novidade foi a abertura de uma nova possibilidade de destino, países do mesmo continente. Por terem sido palco do conflito de proporções que nunca houvera antes, necessitavam de uma reconstrução, um desses países foi a França, que se tornou a nação que mais atraiu imigrantes na Europa. Nesses trabalhadores estrangeiros recebidos, uma quantidade razoável era de portugueses. Porém, essa leva não chegou perto de alcançar números que ameaçassem o Brasil como o destino favorito dos lusitanos. Apesar de não ter sido o principal destino dos portugueses, a emigração para a França se fez sentir no território português logo no início. O Estado português se movimentou para frear essa corrente emigratória dificultando a saída de

portugueses via ação legislativa e com investimento em propagandas negativas muito parecidas com as utilizadas contra a emigração para o Brasil.

O contexto socioeconômico em Portugal nesta década foi agitado, a República ainda era jovem e instável, houve sucessivos governos, um clima tenso dada a conjuntura internacional e o “fantasma do comunismo”. Na economia, a tarefa de equilibrar as finanças foi fracassada. Só de 1919-1924 os preços multiplicaram por oito, gerando uma perda muito grande no poder de compra do povo português. Este cenário gerou uma incerteza com a situação portuguesa, sentimento que aparece em depoimentos de emigrantes portugueses que zarparam para o Brasil na esperança de “fazer a América”, tradição muito antiga e consolidada no território lusitano.

Emigrar-se para o Brasil nesta década, tornou-se complexo, já que a vantagem salarial, certa estabilidade cambial e do sistema financeiro internacional era importante para os emigrados. Essas condições garantiam a comparação e as transferências de remessas. A alteração dessas características influenciou o movimento, porque fez com que emigrantes retornados deixassem de receber os rendimentos de seus investimentos no Brasil, perturbando a relação nas duas comunidades.

Para imigrarem para o Rio de Janeiro, os portugueses chegavam via vapores no Porto do Rio de Janeiro. De 1920-1929 os portugueses foram responsáveis por 44% das entradas no Porto. Os anos 1926 e 1928 foram os que registraram mais entradas, com 22.334 e 33.882 portugueses. Ao comparar os números de entradas de imigrantes portugueses na Hospedaria, vimos que até 1924, as entradas de portugueses foram muito baixas, praticamente nulas, não chegou na casa das centenas somadas. Acreditamos que o processo do qual boa parte dos imigrantes portugueses que aportavam no Porto do Rio de Janeiro não usavam os serviços da Hospedaria da Ilha das Flores porque as cadeias migratórias a substituíam se agudizou na década de 1920. Logo, o fluxo imigratório para a Ilha se tornou praticamente nulo. No entanto, a partir de 1925, a Hospedaria da Ilha voltou a ter presença portuguesa. Porém, a presença portuguesa foi resultado do ato de imigração de 1924 que obrigava todos os imigrantes de segunda classe e terceira classe que chegavam no Porto do Rio de Janeiro a passarem pela Ilha das Flores. A legislação não foi cumprida à risca, não foram todos que passaram pela Ilha, mas houve um aumento grande na entrada de portugueses.

Como já expomos anteriormente, a imigração portuguesa nos primeiros anos da década foi praticamente irrelevante. Já a partir de 1925, quando a Hospedaria voltou a receber números expressivos de portugueses, percebe-se que ela foi uma imigração quase exclusiva para a Capital. Praticamente não há uso da Hospedaria como entreposto para o meio rural do

Rio de Janeiro, destinos como Cantagalo, Cordeiro, deixaram de receber portugueses por meio da Ilha. Além disso, a Hospedaria também deixou de receber imigrantes com o objetivo de se enraizar em outros estados. Destinos com São Paulo e Minas Gerais sumiram dos livros de registro. Inclusive o movimento entre hospedarias, fenômeno comum na Ilha das Flores antes da Primeira Guerra Mundial. Portanto, acreditamos que os imigrantes passaram pela Hospedaria da Ilha das Flores apenas para seguir o protocolo, fazer alguns exames médicos e conferir documentos. Em relação ao desuso da Hospedaria como entreposto para o meio rural, é uma possibilidade de ter sido um desdobramento do contexto econômico da cidade do Rio de Janeiro, que vivia o declínio das grandes plantações, assim como a expansão das fabricas que estavam formando cadeias migratórias no seu entorno.

O perfil da imigração portuguesa na Hospedaria de imigrantes na Ilha das Flores na década de 1920 foi surpreendentemente uniforme. O perfil do imigrante português concentrou-se na faixa de 20-30 anos e maioria masculina. No que concerne ao estado civil, a proporção foi equilibrada, números bem próximos de solteiros e casados. Caso sejam mais criteriosos, analisando o estado civil junto com a faixa etária, ainda veremos números próximos, mas com uma leve vantagem para o domínio de imigrantes casados. O perfil da imigração feminina é bem mais equilibrado que a masculina, concentrou-se na faixa de 20-30 anos, mas ela foi consideravelmente menor se compararmos com a imigração masculina. Havia muitas meninas bem jovens que vinham junto com a família. Acerca do estado civil das mulheres portuguesas, havia mais mulheres solteiras do que casadas devido à presença proporcionalmente grande de crianças, que obviamente não estavam aptas para o matrimônio. Mas, se olharmos a partir da faixa etária, veremos que quando existia a possibilidade de serem casadas, foram registradas mais mulheres casadas do que solteiras. Cabe ressaltar que tinha mais viúvas do que viúvos em números absolutos. Isto é notável, haja vista que o número de homens portugueses era muito superior. A respeito do perfil masculino, ele é basicamente o mesmo do perfil geral, porque a imigração masculina foi a maior fatia da imigração.

O estudo da imigração portuguesa na década de 1920 não foi esgotado com esse trabalho, não era a nossa intenção e nem se quiséssemos conseguiríamos tal tarefa, levando em consideração o tempo para se concluir uma dissertação. Na verdade, não fomos capazes de dar conta de cobrir toda a documentação da Ilha das Flores nesta década. Nos faltou tempo para trabalharmos melhor os dados relativos à composição familiar dos imigrantes portugueses.

Portanto, dada a parte da documentação que não conseguimos nos aprofundar, cremos que esse trabalho poderia se desdobrar em futuras pesquisas sobre a família portuguesa. Além

disso, acreditamos que os casos encontrados com recorrência de mulheres sendo colocadas como chefes, possa igualmente ser objeto de investigação futura.

## REFERÊNCIAS

- BAINES, D. *Emigration from Europe 1815-1930*. Studies in Economic and Social History. Londres: MacMillan, 1991.
- BRANDÃO, A. M. 2008. *Breve contributo para uma história da luta pelos direitos de gays e lésbicas na sociedade portuguesa*. In Semana Pedagógica União de Mulheres Alternativa e Resposta (Umar), Braga, 17 abr. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Mu1Vwu>>. Acesso em: 20 jul. 2023.
- BRANDOLT, M. R. “*Entre o fim do século XIX e o início do século XX: a luta pelo divórcio e as escritoras brasileiras*”. Tese de doutoramento, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2017.
- CHALHOUB, S. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- COSTA, J. C. O. *Hospedaria da Ilha das Flores: um dispositivo para a efetivação das políticas imigratórias (1883 – 1907)*. 2015. 104f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015.
- CRUZ, M. L. R. *A peculiaridade da década de 1920 para a imigração alemã*, (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores, 2018
- DEMARTINI, Z. B. F. *A Primeira República e a imigração portuguesa em São Paulo: famílias e instituições*. In: *Alda Mourão; Angela Maria De Castro Gomes*. (Org.). *A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal*. 1ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012, v., p. 1-486.
- \_\_\_\_\_. *Educação e imigração: diferentes grupos, diferentes momentos (séculos XX e XXI)*. TEMAS DE ANTROPOLOGÍA Y MIGRACIÓN, v. 11, p. 141-165, 2020.
- DEVOTO, F. “*Las cadenas migratorias italianas: algunas reflexiones a la luz del caso argentino*”. In: *Studi Emigrazione*. Vol. XXIV, 87, 1987, p. 355-373.
- EISENBERG, P. L. *A mentalidade dos fazendeiros no Congresso agrícola de 1878*. In: LAPA, J. R. do A. *Modos de produção e Realidade Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980. 167-194.
- DIAS, M.O. L.S. “*A Interiorização da Metrópole*.” In: MOTA, C. G.(org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972, pp. 160-184.
- FERREIRA, D. *Brasil. Porto de Esperança. A Emigração do Porto para o Brasil entre o final da Primeira Guerra Mundial e a Crise Capitalista de 1929*. CEPESE, 2019.
- FONSECA, V. M. M. da. *No gozo dos direitos civis: associativismo no Rio de Janeiro, 1903-1916*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional/Niterói: Muiraquitã, 2008.

GONÇALVES, P. C. *A Grande Imigração no Brasil (1880-1930)*. In: REZNIK, Luís. (Org.). *HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL*. 1aed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 91-132.

\_\_\_\_\_. *Agenti, subagenti, engajadores e ganchos: O recrutamento de emigrantes na Europa Mediterrânea*. In: FERNANDO DE SOUSA; ISMÊNIA MARTINS; LENÁ MEDEIROS DE MENEZES; IZILDA MATOS; JOBSON ARRUDA; NAZARÉ SARGES; VERA FERLINI. (Org.). *Portugal e as migrações da Europa do Sul para a América do Sul*. 1ed. Porto: CEPES, 2014, v. 1, p. 276-298.

GRANGEIA, M. L. *MEMÓRIAS E DIREITOS NA IMIGRAÇÃO PORTUGUESA NO BRASIL DO SÉCULO XX*. História, Franca, v. 36, e16, 2017. disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010190742017000100512&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010190742017000100512&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 Nov. 2020. Epub Out 30, 2017. <https://doi.org/10.1590/1980-436920170000000016>.

HILY, M. ; BERTHOMIÈRE, W. "La notion de "réseaux sociaux" en migration." In: *Hommes et Migrations*, n°1250, . Réseaux sociaux en migration. p.6-12, 2004.

HOBSBAWM, E. *A Era dos Extremos – O Breve Século XX (1914-1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

JERÓNIMO, H. M.; ROVISCO, M. L.; ALMEIDA, C. M.; LOPES, J. C. "A emigração portuguesa: uma breve introdução" in José Luís Garcia, org., *Portugal Migrante*. Lisboa: Celta, 2000.

KLEIN, H. S. *A integração social e económica dos imigrantes portugueses no Brasil nos finais do século XIX e no século XX*. *Análise Social*, Lisboa, n. 2, v. 28, 1993. p. 235-265

KOIFMAN, F. *Política imigratória no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. In: REZNIK, Luís. (Org.). *História da imigração no Brasil*. 1aed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 157-204.

LAINS, P. *Los progresos del atraso. Una nueva historia económica de Portugal, 1842-1992*. Zaragoza: Prensas de la Universidad de Zaragoza, 2006.

LEITE, J. C. *A emigração como vínculo transatlântico: Portugal e Brasil, 1850– 2002*. (Texto não publicado). 2003.

\_\_\_\_\_. *Informação ou propaganda? Parentes, amigos e engajadores na emigração oitocentista*, em Nizza da Silva, Ioannis Baganha, Maria José Maranhão, e Míriam Halpern Pereira (orgs.), *Emigração/imigração em Portugal*. Actas do Colóquio Internacional sobre Emigração e Imigração em Portugal (séculos XIX e XX), Lisboa, Fragmentos.

\_\_\_\_\_. *O Brasil e a emigração portuguesa (1855-1914)*. In: Boris Fausto (Org.). *Fazer a América. A imigração em massa para a América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1999.

\_\_\_\_\_. *Mitos e realidades da emigração portuguesa (1851- 1973)*. In Actas das V Jornadas de História Local. Fafe: Câmara Municipal de Fafe. 2004.

LEITE, J. C. *O transporte de emigrantes: da vela ao vapor na rota do Brasil, 1851-1914*". *Análise Social*, v. 26, n. 112-113, p. 741-752, 1991.

\_\_\_\_\_. *Emigração portuguesa: a lei e os números (1855- 1914)*. *Análise Social*, n.97, p.463-480. 1987.

LOBO, E. *História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)*. 2.v. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MACDONALD, L. & MACDONALD J. S. *Chain Migration, Ethnic Neighborhood Formation and Social Networks. The Milbank Memorial Fund Quarterly*, XLII, 1, 1964, pp. 82-96.

MARNOCO E SOUSA, A. J. F. *Tratado de economia Política*. In: Joel Serrão e outros, *Testemunhos sobre a Emigração Portuguesa*, Lisboa, 1976, pp.165-169.

MARTINS, I. de L. *A capital federal e os imigrantes em registros literários*. Rio de Janeiro, 1890-1920. In: MENEZES, Lena M. de; SOUSA, Fernando de (org.). *Brasil-Portugal: pontes sobre o Atlântico: múltiplos olhares sobre a e/imigração*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2017. p. 13-25.

MARTINS, J. *A Emigração do Norte de Portugal para o Brasil (1876-1879)*. In De Colonos a Imigrantes: I(E)Migração Portuguesa. ARRUDA, José Jobson de Andrade [et at.] p. 239-252, 2013.

MATA, M.E. "*A política financeira*". In: *História da Primeira República Portuguesa*, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009.

MENEZES, L. M. *Portugueses no Rio de Janeiro. Negócios, trajetórias e cenografias urbanas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ed. Ayran Eireli, 2021. v. 1. 336p.

\_\_\_\_\_. *A "onda" emigratória de 1912: dos números às trajetórias*. In: SOUSA, Fernando; MARTINS, Ismênia; MATOS, Maria Izilda Santos de. *Nas duas margens. os portugueses no Brasil*. Porto/Portugal: ed. Afrontamento, p. 237-247

Maxwell, K. "*A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro*", in *Chocolate, piratas e outros malandros*. Ensaio tropicais, São Paulo, Paz e Terra, 1999, pp. 157-207.

NGAI, M. *A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965*. *Tempo* [online]. 2008, v. 13, n. 25 [Acessado 14 Julho 2022] , pp. 5-36. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>>. Epub 17 Out 2008. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/S1413-77042008000200002>.

NOGUEIRA, A. M. M. *Como nossos pais: uma História da Memória da Imigração Portuguesa em Niterói (1900-1950)*. Dissertação de Mestrado. Niterói UFF, 1998.

NUNES, R. B. *Portuguese Migration to Rio de Janeiro, 1822-1850*. *The Americas*, v. 57, n. 1, p. 37-61, 2000.

PAIVA, O. C.; MOURA, S. Hospedaria de imigrantes de São Paulo, São Paulo: Paz e Terra. 2008.

PAULO, H. (2019). *Salazar no Brasil*. Amazon, E-book.

PEREIRA, D. “A sociedade”. In: *História da I República*, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 79-92.

PEREIRA, M. A. F.; FRUTUOSO, M. S. *Fontes para o estudo da presença portuguesa em Santos*. In: SOUSA, F.; MARTINS, I. L.; PEREIRA, C. M. (org.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Santa Maria da Feira: Rainho & Neves, 2007.

PEREIRA, M. T. C. A. “*Problematização da condição da mulher no início do século XX em Sozinha e um Divórcio, de Sarah Beirão*”. 2021. 102f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação. 2015.

PEREIRA, M. H.. “*A Política da Emigração Portuguesa (1850-1930)*”. São Paulo: EDUSC (reedição revista e aumentada). 2002.

PEREIRA, V. *Concéder le départ des travailleurs pour entrer en guerre. Les négociations de la convention de main-d’œuvre franco-portugaise du 28 octobre 1916*. In : Centenaire de la première convention franco-portugaise de main-d’œuvre civile et militaire du 28 octobre 1916 (pp. 79- 92). Comité français Sousa Mendes, 2017.

\_\_\_\_\_. *Trier et inspecter les travailleurs étrangers : les dépôts de travailleurs portugais dans le Pays basque de 1916 à 1940* ". In Passages et frontières en Aquitaine : Expériences migratoires & lieux de transit, edited by Laurent Dornel, 103-122. France: Presses Universitaires de Pau et des Pays de l'Adour, 2018

PERROT, M. *Minha história das mulheres*. Contexto, 2007.

\_\_\_\_\_. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESTANA, I.P. “*A memória da guerra*”. In: *História da Primeira República*, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009.

PETRONE, M. T. S. *Imigração*. In: *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil republicano - sociedade e instituições (1889-1930)* [S.l: s.n.], 2006.

PINHEIRO, E. S.; PEREIRA, A. *Relatório de pesquisa da imigração espanhola* (relatório de pesquisa não publicado), Acervo: Ilha das Flores.

RABAÇA, S. *De pai para filho. Imigrantes portugueses no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: ed. Documenta Histórica, 2010.

RAMOS, J. S. “*Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 1920*”. In: M. C. Maio e R. V. Santos (orgs.), *Raça, ciência e sociedade* Rio de Janeiro, Fiocruz-CCBB, 1996, pp. 59-82.

REZNIK, L.; CARVALHO, C. C. de. *Imigração árabe e cadeias migratórias: um estudo de caso da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores (1883- 1929)*. Territórios e Fronteiras, Cuiabá, v. 13, n. 2, p. 5-23, 2020. Disponível em:  
<http://ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/1046>

REZNIK, Luís; COSTA, J. C. O. *Como manter saudáveis nossos imigrantes: preceitos higienistas na constituição da Hospedaria de Imigrantes da Ilha das Flores*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 26, n.1, p. 15-32, jan.-mar. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v26n1/0104-5970-hcsm-26-01-0015.pdf>. Acesso em: 10 de nov. de 2020.

REZNIK, L.; FERNANDES, R. A. N.; COSTA, J. C. O. *Se o Rio é lusitano, por que a Ilha das Flores não o é? A recepção de imigrantes portugueses no Rio de Janeiro (1883-1892)*. Revista Portuguesa de História, v. 50, p. 89-108, 2019.

REZNIK, L.; FERNANDES R. A. N. ; *Hospedarias de Imigrantes nas Américas: a criação da hospedaria da Ilha das Flores*, In: História (São Paulo) v.33, n.1, p. 234-253, jan./jun. 2014. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/his/v33n1/12.pdf> >. Acesso em: 09 de nov. de 2020.

\_\_\_\_\_. *Política imigratória e recepção de imigrantes: a experiência da Ilha das Flores*. Navegar, vol. 2, n° 3, Jul.-Dez. 2016, pp. 77-107.

RIBEIRO, G. S. *O Rio de Janeiro dos fados, minhotos e alfacinhas: o antilusitanismo na Primeira República*. 1. ed. Niterói: EDUFF, 2017.

RIBEIRO, P. *A década de 1920 e aspectos da imigração urbana para o Brasil*. In: REZNIK, Luís. (Org.). *HISTÓRIA DA IMIGRAÇÃO NO BRASIL*. 1aed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 2020, v. 1, p. 133-159.

ROLLO, M. F. "*Da insustentabilidade do modelo à crise do sistema*". In: História da I República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 27-42.

ROSAS, F. "*A crise do liberalismo oligárquico em Portugal*". In: História da I República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p. 15-26.

Rui R.; Bernardo V. S., Nuno G. M. (coord). *História de Portugal*, 1ª ed. - Alfragide: D. Quixote, 2021. [ebook]

SCOTT, A. S. V. *As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930)*. Congreso de Historia Económica de Zaragoza. 2000, SESION: LAS MIGRACIONES A AMERICA, Universidad San Pablo-CEU, Madrid, pp. 1-28, 2001.

SERRA, J.B. "*O 5 de Outubro*" ". In História da I República, Coordenação Fernando Rosas, Tinta da China, 2009, p.55-61

SILVA, M. B. N., 1986 – "*A mulher no contexto da imigração portuguesa no Brasil*". Análise Social. Vol. XXII, n.º 92-93, p. 653-659.

TELO, A. J.. 2020. “A crise do liberalismo (1890-1930).” In História social contemporânea. Portugal 1808-2000, [org.] António Costa Pinto e Nuno Gonçalo Monteiro, Rio de Janeiro: Objetiva, contemporânea ,126-173

TRUZZI, O. *Redes em processos migratórios*. Tempo soc., São Paulo, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010320702008000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010320702008000100010&lng=en&nrm=iso)>. acesso em 09 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702008000100010>.

VIER, R. A “*Navalha de Ockham*”. In: GARCIA, Antônio (Org.). Estudos de Filosofia Medieval. Petrópolis: Vozes; São Paulo: USF, 1997, pp. 121-134.

## **FONTES**

### **Livros de Registros:**

Livro de registro nº 89, 15/08/1896 à 08/11/1900, Arquivo Nacional, AN 049-94.

Livro de registro nº 94, 08/11/1900 à 31/07/1908, Arquivo Nacional, AN 051-94.

Livro de registro nº 95, 31/07/1908 à 27/08/1909, Arquivo Nacional, AN 063-94.

Livro de registro nº 98, 27/08/1909 à 31/12/1909, Arquivo Nacional, AN 070-94.

Livro de registro nº 99, 03/01/1910 à 27/12/1910, Arquivo Nacional, AN 064-94.

Livro de registro nº 100, 01/01/1911 à 30/06/1911 Arquivo Nacional, AN 068-94.

Livro de registro nº 101, 01/07/1911 à 30/10/1911, Arquivo Nacional, HIF.0.0101.

Livro de registro nº 102, 01/11/1911 à 30/12/1911, Arquivo Nacional, AN 068-94.

Livro de registro nº 103, 02/01/1912 à 30/06/1912, Arquivo Nacional, AN 069-94.

Livro de registro nº 104, 02/07/1912 à 30/09/1912, Arquivo Nacional, AN 066-94.

Livro de registro nº 106, 01/01/1913 à 23/06/1913, Arquivo Nacional, AN 003-95.

Livro de registro nº 107, 23/06/1913 à 21/08/1915, Arquivo Nacional, AN 065-94.

Livro de registro nº 109, 19/01/1920 à 02/10/1922, Arquivo Nacional, AN 003-95.

Livro de registro nº 110, 27/10/1922 à 17/07/1924, Arquivo Nacional, AN 069-94.

Livro de registro nº 111, 17/07/1924 à 31/12/1925, Arquivo Nacional, AN 061-94.

Livro de registro nº 112, 03/01/1928 à 30/03/1929, Arquivo Nacional, AN 061-94.

Livro de registro nº 113 02/01/1928 à 08/09/1929, Arquivo Nacional, AN 060-94.

Livro de registro nº 114, 03/01/1928 à 31/12/1929, Arquivo Nacional, AN 060-94.

Livro de registro nº 115, 02/01/1928 à 25/04/1930, Arquivo Nacional, AN 070-94.

Livro de registro nº 116, 01/07/1929 à 31/01/1931, Arquivo Nacional, AN 063-94.

Livro de registro nº 117, 16/09/1929 à 05/09/1932, Arquivo Nacional, AN 065-94.

Livro de registro nº 118, 05/04/1929 à 22/06/1931, Arquivo Nacional, AN 062-94.

Livro de registro nº 120, 04/01/1930 à 10/02/1933, Arquivo Nacional, HIF.0.0120.

Livro de registro nº 121, 27/04/1930 à 03/09/1932, Arquivo Nacional, AN 062-94.

Livro de registro nº 203, 01/10/1912 à 28/12/1912, Arquivo Nacional, AN 064-94.

### **Relatórios ministeriais:**

Almeida, M. C. P. A. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

\_\_\_\_\_. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1925.

\_\_\_\_\_. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

\_\_\_\_\_. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

Castro, G. L. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

\_\_\_\_\_. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

\_\_\_\_\_. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

Almeida, M. C. P. A. “Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

LOPES. I. S. “Relatório apresentado ao Presidente da República pelo Ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio”. Rio de Janeiro: Papelaria e Typographya Villas Boas, 1921.

### **Entrevistas:**

Depoimento de Eden Gonçalves para Julianna Costa. Rio de Janeiro. 2016. Acervo Centro de Memória da Imigração da Ilha das Flores.

Depoimento de José Bento Silveiras para Sônia Maria de Freitas. São Paulo. 2002. Acervo: Biblioteca digital da biblioteca online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

Depoimento de Maria Dominguez para Sônia Maria de Freitas. São Paulo. 2002. Acervo: Biblioteca digital da biblioteca online do Museu da Imigração do Estado de São Paulo.

### **Sites:**

Câmara dos deputados <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>.

Office of Historian. <<https://history.state.gov/milestones/1921-1936/immigration-act>> .Acesso em 10 jul. 2022.